



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

SARA DE ARAÚJO ALMEIDA

**PROGRAMA DE MICROCRÉDITO EMPREENDA MULHER DO ESTADO DE SÃO
PAULO: UMA AVALIAÇÃO A PARTIR DAS BENEFICIADAS**

FORTALEZA

2024

SARA DE ARAÚJO ALMEIDA

PROGRAMA DE MICROCRÉDITO EMPREENDA MULHER DO ESTADO DE SÃO
PAULO: UMA AVALIAÇÃO A PARTIR DAS BENEFICIADAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: políticas públicas e mudanças sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Suely Salgueiro Chacon.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- A451p Almeida, Sara de Araújo.
Programa de microcrédito empreenda mulher do estado de são paulo: : uma avaliação a partir das beneficiadas / Sara de Araújo Almeida. – 2024.
143 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2024.
Orientação: Prof. Dr. Suely Salgueiro Chacon.
1. Microcrédito. 2. Mulheres negras e periféricas. 3. Empoderamento feminino. 4. Políticas públicas de renda. 5. Avaliação de políticas públicas com base na Sustentabilidade (ABS). I. Título.
CDD 320.6
-

SARA DE ARAÚJO ALMEIDA

PROGRAMA DE MICROCRÉDITO EMPREENDA MULHER DO ESTADO DE SÃO
PAULO: UMA AVALIAÇÃO A PARTIR DAS BENEFICIADAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: políticas públicas e mudanças sociais.

Aprovada em: 23/02/2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Suely Salgueiro Chacon (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Maria de Nazaré Moraes Soares
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Polliana de Luna Nunes Barreto
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

A Deus, meus guias e família.

AGRADECIMENTOS

Ao longo da minha vida tive a oportunidade de ser beneficiária de diversas políticas públicas, principalmente na educação. Desde a escola onde pude entrar em uma EEEP - Escola Estadual de Educação Profissional que me deu a chance de trabalhar e começar uma profissão, ações de projetos sociais, ser aluna PROUNI - Programa Universidade para todos e muitas outras. Essas oportunidades me fizeram enxergar o quanto o estado é fundamental na educação da sociedade, desde a educação básica até as formações pós-graduação, onde consegue formar uma população com pensamento crítico mais capacitada para contribuir com a nossa sociedade. Baseado nisso veio o sonho de cursar o mestrado em Políticas Públicas em uma universidade pública, como uma forma de contribuir com a sociedade através da pesquisa e como retribuição por todas as políticas públicas da qual já fui beneficiária. Portanto, meu primeiro agradecimento é uma saudação e gratidão pela educação pública brasileira.

O Programa Empreenda Mulher foi formulado com o objetivo de ajudar as mulheres em um cenário de pandemia COVID - 19 em que o nível de desemprego foi muito elevado, mas a mais profunda das catástrofes dessa pandemia foram as 6.919.573 vidas perdidas no mundo e 709.601 no Brasil. É estarrecedor lembrar o que o mundo viveu nos últimos anos.

De forma pessoal, gostaria de agradecer à minha mãe Maria Jecina, uma mulher guerreira que lutou e enfrentou todas as dificuldades para que eu pudesse crescer, mesmo com pouca formação sempre acreditou que através da educação nós poderíamos mudar de vida. Ela foi minha inspiração para que eu pudesse escolher o objeto dessa dissertação.

Aos meus irmãos e ao meu pai, Francisco Sávio, Débora Cristina, Fabiana Almeida, Mara Almeida, Robson Almeida, Rodolfo Almeida e ao Rubens Almeida que praticamente me criou e a todos que sempre me inspiram, torcem e acreditam em mim. Em especial a Fabiana, que esteve ao meu lado quando tomei a decisão de estudar para ingressar no mestrado e durante todo o processo seletivo me inspirou a continuar e acreditou no meu potencial, mesmo e principalmente quando nem eu mesma acreditava que conseguiria chegar aqui. Esse sonho parecia distante e inimaginável pois entrar em uma universidade pública não é fácil, mas quando consegui, o sentimento de realização foi inenarrável.

Ao estudar para o processo seletivo temos uma lista bem longa de bibliografias que

devemos conhecer e estudar para nos preparar, uma dessas autoras me chamou atenção por sua visão abrangente e amplificada sobre o mundo e as pessoas como um ecossistema, por sua postura e inteligência. Nesse momento eu pensei, seria mais um sonho poder conhecer um dia uma mulher assim. Durante minha entrevista de entrada para o programa fui positivamente surpreendida quando a autora que tanto admiro estava em meu processo seletivo e ao entrar, tornou-se minha orientadora. Então gostaria de agradecer a Profa. Dra. Suely Salgueiro Chacon por ser essa grande inspiração e minha orientadora, obrigada por todo o carinho, dedicação e empenho ao longo dessa longa trajetória do mestrado. O caminho não foi fácil, mas estamos aqui.

Gostaria de agradecer as Profa. Dra. Maria de Nazaré Moraes Soares e a profa. Dra. Polliana de Luna Nunes Barreto que fizeram parte da trajetória no mestrado durante minha banca de qualificação, contribuindo e enriquecendo esta dissertação com suas experiências tão ricas em Políticas Públicas. Sou grata por todo esse aprendizado.

Não poderia deixar de agradecer a todos os professores do PPGAPP - Programa de Pós-graduação em Avaliação de Políticas Públicas por toda a dedicação ao longo das disciplinas, nos apoiando e ensinando com tanto empenho. Nós tivemos o privilégio de aprender com professores excelentes.

Agradeço ao meu amigo André Braz, que assim como eu também acredita no impacto das políticas públicas na vida das pessoas e me apresentou a essa grande oportunidade do PPGAPP.

Realizar uma pesquisa de mestrado e trabalhar paralelamente não é fácil, são muitos desafios para enfrentar e persistir. Por isso agradeço ao meu amigo e na época do processo seletivo colega de trabalho, Higor Alves, que me apoiou e incentivou durante todo o processo, acreditando no meu potencial e ajudou nessa integração com o trabalho.

Ser pesquisadora é uma trajetória, pois fica-se horas e horas estudando sobre seu tema para conhecê-lo melhor, depois vai-se a campo, mas logo retornamos para escrever tudo aquilo que aprendemos. Então, agradeço a todos os meus colegas da minha turma do PPGAPP, pois estivemos juntos principalmente durante as disciplinas em que compartilhamos nossas angústias e nossas experiências, cada um em um universo de pesquisa diferente, mas todos com o objetivo de contribuir com as políticas públicas no Brasil. Foram meses de muita troca e aprendizados.

Sou grata ao meu companheiro Ricardo Dias, que desde o início esteve ao meu lado nos

momentos bons e nos desafiadores, me apoiando em todas as fases. Esta foi uma trajetória que sem dúvida me fez crescer como pessoa e cidadã.

Por fim sou grata a Deus, aos meus guias e Orixás que estão ao meu redor me orientando para aprender a ser alguém melhor a cada dia.

“Saudade dentro do peito
É algo que não tem jeito,
Mas não priva de aprender.
Serei sempre nordestina,
Onde eu for, a vida ensina,
Só cresce mais o saber.” (Auritha Tabajara,
2023. Revista E – Sesc) Artista e cordelista
cearense. Para celebrar o poder de aprender,
que foi a forma de lutar de todas as mulheres
que conheci nesse estudo.

RESUMO

A desigualdade de gênero é um problema secular que traz impactos para a sociedade até os dias de hoje e entre eles está o desequilíbrio do mundo do trabalho, colocando as mulheres em uma posição injusta de uma corrida desleal. As consequências disso são a pobreza, desemprego e a sua ausência em cargos de decisão. Nesse contexto desalentador, o programa de microcrédito busca contribuir com o trabalho e renda através do empréstimo produtivo e em condições específicas para aqueles que mais precisam. Essa dissertação teve como objetivo avaliar o desempenho do programa de microcrédito Empreenda Mulher na cidade de São Paulo, a partir da visão das mulheres negras e periféricas beneficiadas, destacando o recorte de gênero e raça que permeia essa política pública. O microcrédito nasceu na Ásia em Bangladesh através de pequenos empréstimos que não exigiam as mesmas condições dos bancos convencionais. A iniciativa cresceu no Brasil nos anos de 1980 através de ONG's e cooperativas, em um cenário de avanço das políticas neoliberais com alta da inflação, baixo crescimento econômico e perda do poder de compra do consumidor. Embora ainda tenha muito o que ser discutido, o microcrédito está evoluindo como uma política de trabalho e renda. Dedico-me a avaliar a contribuição do microcrédito, especificamente do Programa Empreenda Mulher no desenvolvimento das mulheres beneficiadas e seu impacto. A dissertação se deu inicialmente por meio da análise documental, com o estudo das normativas e documentos a respeito do programa, como publicações no site, documentos e termos para compreender a construção formal da política. A seguir, a coleta de dados contou com observações *in loco* e entrevistas semiestruturadas, com membros do banco do povo e mulheres beneficiadas, buscando compreender suas histórias de vida. Os dados foram analisados utilizando os critérios da Análise do Discurso (AD) com práticas da Análise Crítica de Discurso, explorando os atos da fala, as conversas informais com o critério pragmático, repertório, retórica e polaridades. Em meu percurso avaliativo utilizei a Avaliação com Base na Sustentabilidade (ABS) desenvolvido por Chacon (2007) e atualizado por Chacon e Nascimento (2020) buscando compreender a política sob a ótica da sustentabilidade segundo as dimensões econômica, institucional-política e social. No referencial teórico foram tratados os seguintes temas: Desigualdade de gênero, feminismos, a mulher negra brasileira e a partir daí, as políticas públicas, especialmente do microcrédito que constitui o objeto estudado. Foi fundamentada a urgência de políticas públicas que incentivem a inserção das mulheres no mercado de trabalho para promover sua autonomia e desenvolvimento. Conclui-se quanto a dimensão institucional-

política que o objetivo proposto para o programa pelos formuladores foi alcançado, pois a comunicação direcionada, prazos maiores e linha dedicada às mulheres já foi capaz de aumentar sua participação no mundo dos pequenos negócios. Na dimensão econômica, o programa modificou fortemente a trajetória profissional das mulheres aumentando sua renda. Por fim, o maior benefício deu-se na dimensão social, pois foi percebida mais autoconfiança, autoconhecimento, autonomia e crescimentos das oportunidades sociais nas mulheres entrevistadas. Conhecer suas histórias de vida foi fundamental para entender como é urgente passar a formular políticas públicas que sejam condizentes com a realidade do seu destinatário final para que seu impacto seja ampliado. Os achados desta pesquisa podem colaborar com a fortalecimento do Empreenda Mulher por contemplar o ponto de vista das mulheres e ser uma análise externa aos colaboradores que estão diariamente lidando com a política pública, fornecendo um olhar crítico de fora da situação. Para as mulheres impactadas, esse trabalho poderá trazer mais confiança para a sua atuação, pois saberão que não estão sozinhas e sua opinião é relevante e central.

Palavras-chave: microcrédito; mulheres negras e periféricas; empoderamento feminino; políticas públicas de renda; Avaliação de políticas públicas com base na Sustentabilidade (ABS).

ABSTRACT

Gender inequality is a longstanding issue that continues to impact society to this day. One of its consequences is the imbalance in the world of work, placing women in an unjust position in an unfair race. The outcomes of this include poverty, unemployment, and the lack of women in decision-making positions. In this discouraging context, the microcredit program aims to contribute to work and income through productive loans, with specific conditions for those who need it most. This dissertation aimed to evaluate the performance of the Empreenda Mulher microcredit program in the city of São Paulo from the perspective of Black and peripheral women who benefited from it, highlighting the gender and race dynamics that permeate this public policy. Microcredit originated in Asia, specifically in Bangladesh, through small loans that did not require the same conditions as conventional banks. The initiative grew in Brazil in the 1980s through NGOs and cooperatives, in a context of advancing neoliberal policies marked by high inflation, low economic growth, and loss of consumer purchasing power. While much is still to be discussed, microcredit is evolving as a policy for work and income. This dissertation focuses on evaluating the contribution of microcredit, specifically the Empreenda Mulher program, in the development of the women who benefit from it and its impact. The research began with documentary analysis, studying the regulations and documents related to the program, such as website publications, official documents, and terms, to understand the formal construction of the policy. Data collection then included on-site observations and semi-structured interviews with members of the Banco do Povo and the women who benefited, aiming to understand their life stories. The data were analyzed using the criteria of Discourse Analysis (DA) along with practices from Critical Discourse Analysis, exploring speech acts, informal conversations with a pragmatic criterion, repertoire, rhetoric, and polarities. In my evaluative process, I used the Sustainability-Based Evaluation (SBE) developed by Chacon (2007) and updated by Chacon and Nascimento (2020), seeking to understand the policy through the lens of sustainability, considering the economic, institutional-political, and social dimensions. The theoretical framework covered the following themes: Gender Inequality, Feminisms, Brazilian Black Women, and, from there, public policies, especially microcredit, which is the subject of the study. The urgency of public policies that promote women's inclusion in the labor market to foster their autonomy and development was emphasized. In conclusion, regarding the institutional-political dimension, the goal set for the program by its formulators was achieved, as the targeted communication, longer deadlines, and a line dedicated to women were able to

increase their participation in the world of small businesses. In the economic dimension, the program significantly altered the professional trajectories of women, increasing their income. Finally, the greatest benefit occurred in the social dimension, as increased self-confidence, self-awareness, autonomy, and growth in social opportunities were observed among the interviewed women. Understanding their life stories was essential to grasp the urgency of formulating public policies that align with the reality of their final recipients to maximize their impact. The findings of this research may contribute to strengthening the Empreenda Mulher program by incorporating the women's point of view and providing an external analysis, apart from the perspective of those directly involved with the public policy. For the impacted women, this work may bring more confidence to their actions, as they will know they are not alone and that their opinions are relevant and central.

Keywords: microcredit; black and peripheral women; female empowerment; public income policies; Assessment of Public Policies Based on Sustainability (ABS).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>triple bottom line</i>	32
Figura 2 – Proporção % da população preta e parda por bairro de São Paulo.....	71
Figura 3 – Proporção % da população feminina por bairro de São Paulo.....	72
Figura 4 – Proporção (%) de domicílios em favelas em relação ao total de domicílios por bairro de São Paulo.....	73
Figura 5 – Taxa de oferta de emprego formal, por dez habitantes participantes da população em idade ativa (PIA), por bairro de São Paulo.....	76
Figura 6 – Proporção (%) da população que reside em um raio de até 1 km de estações de sistemas de transporte público de alta capacidade (trem, metrô e monotrilho, por bairro de São Paulo).....	77
Figura 7 – Coeficiente de mulheres vítimas de violência (todas as categorias) para cada dez mil mulheres residentes de 20 a 59 anos, por bairro de São Paulo.....	79
Figura 8 – Coeficiente de mulheres vítimas de feminicídio, para cada dez mil mulheres de de 20 a 59 anos, por bairro de São Paulo.....	81
Figura 9 – Coeficiente de pessoas vítimas de violência homofóbica e transfóbica para cada cem mil habitantes, por bairro de São Paulo.....	82
Figura 10 – Coeficiente de agressões decorrentes de intervenção policial registradas nas unidades de saúde para cada cem mil habitantes, por bairro de São Paulo.....	84
Figura 11 – 20 bairros mais citados com os piores índices no Mapa da Desigualdade.....	94
Figura 12 – Resultados alcançados segundo ABS e ACD.....	100

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Composição familiar por raça	47
------------------------------------------------	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Nome dos bairros de São Paulo – ano base 2020.....	70
-------------------------------------------------------------	----

LISTA DE FOTOS

Foto 1	– Palestra na SDE - SP sobre Políticas públicas e ODS.....	86
Foto 2	– Foto do negócio de uma das entrevistadas, Maria.....	111
Foto 3	– Foto do negócio de uma das entrevistadas, Bianca.....	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGE	Agência de Empreendedorismo de Pernambuco
ACD	Análise Crítica do Discurso
AD	Análise do Discurso
ABS	Avaliação com base na sustentabilidade
BANDES	Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento; Coordenadoria de Empreendedorismo e da Micro e Pequena Empresa
CEMPE	
FSM	Fórum Social Mundial
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para infância
IAF	<i>Inter American Foundation</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEI	Microempreendedor individual
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PCPP	Programa de Crédito Produtivo Popular
BADESC	Programa de Microcrédito da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.
SDE - SP	Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo
SEC	
MULHER	Secretaria da Mulher
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária

SPM

Secretaria de Políticas para as Mulheres

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas São Paulo

SEBRAE -

SP

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	20
2	METODOLOGIA	25
2.1	O envolvimento da pesquisadora com o objeto	25
2.1.1	<i>Histórias de Vila Nova - como o microcrédito rodeou minha vida desde muito cedo</i>	26
2.2	Métodos de pesquisa	27
2.3	Técnica de coleta de dados	28
2.4	Método de análise de dados	29
3	PERCURSO AVALIATIVO	32
3.1	A sustentabilidade	32
3.2	Os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS)	34
3.3	Avaliação com Base na Sustentabilidade (ABS)	35
4	REFERENCIAL TEÓRICO	38
4.1	A desigualdade de gênero e os feminismos	38
4.1.1	<i>A origem da desigualdade de gênero</i>	39
4.1.2	<i>O papel do patriarcado na desigualdade de gênero</i>	41
4.1.3	<i>Os feminismos e as ondas do movimento</i>	42
4.1.4	<i>O feminismo negro e interseccional</i>	43
4.1.5	<i>Ecofeminismo</i>	45
4.2	A mulher negra brasileira	46
4.2.1	<i>A força de trabalho da mulher negra periférica</i>	49
4.2.2	<i>A feminização da pobreza</i>	50
4.3	Economia Solidária	52
4.4	O que são Políticas Públicas	55
4.4.1	<i>O conceito de política pública</i>	55
4.4.2	<i>O problema público</i>	56
4.5	Políticas Públicas para mulheres	56
4.5.1	<i>Trajatória das políticas públicas para mulheres no século XXI</i>	57
4.5.2	<i>Promoção das liberdades para tornar as mulheres agentes de sua vida</i>	58

4.6	Política Pública de Microcrédito.....	60
4.6.1	<i>O nascimento do Microcrédito.....</i>	61
4.6.2	<i>As políticas de Microcrédito no Brasil.....</i>	62
4.6.3	<i>As políticas de Microcrédito orientadas às mulheres no Brasil.....</i>	63
4.6.4	<i>As políticas de Microcrédito e a informalidade no Brasil.....</i>	66
5	O PROGRAMA EMPREENDA MULHER.....	68
5.1	O Programa Empreenda Mulher na cidade de São Paulo (SP).....	68
5.1.1	<i>O lócus: A periferia paulistana.....</i>	69
5.2	Conhecendo os atores institucionais.....	85
5.2.1	<i>A Secretaria de desenvolvimento econômico de São Paulo.....</i>	85
5.2.2	<i>A Coordenadoria de empreendedorismo e da micro e pequena empresa (CEMPE).....</i>	87
5.2.3	<i>O banco do povo paulista.....</i>	88
6	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	89
6.1	Membros do Banco do Povo entrevistados.....	89
6.1.1	<i>Escolha dos membros do Banco do Povo participantes.....</i>	90
6.1.2	<i>Perfil socioeconômico.....</i>	90
6.1.3	<i>Análise de discurso a partir das entrevistas.....</i>	91
6.2	Mulheres beneficiadas entrevistadas.....	93
6.2.1	<i>Escolha dos bairros participantes.....</i>	93
6.2.2	<i>Escolha das mulheres participantes.....</i>	96
6.2.3	<i>Perfil socioeconômico.....</i>	97
6.2.4	<i>Análise de discurso a partir das entrevistas.....</i>	97
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
	REFERÊNCIAS	120
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	135
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	142

1 INTRODUÇÃO

O cenário de desigualdade que as mulheres vivem hoje, nem sempre existiu. No período do nomadismo e início do sedentarismo com a agricultura havia uma cultura feminina, pré-patriarcal, onde a mulher tinha um papel chave na agricultura e fecundidade, que eram conceitos essenciais para o sucesso de uma comunidade. Entretanto, com a estabilidade vieram outras influências como os primeiros cultos e o sentido de fecundidade feminina foi distorcido, onde os homens como grupo modificaram o rumo da história tomando para si o papel de grande semeador das fêmeas, nascendo as primeiras estruturas patriarcais e misóginas (D'EAUBONNE, 1977). A partir de então ao longo da história as mulheres passam por diversos obstáculos em suas dinâmicas sociais, como a invisibilidade, responsabilidade unilateral com as tarefas domésticas e criação dos filhos, além de vivenciar a concentração dos espaços de poder pelos homens (especialmente os brancos), gerando a ausência da mulher na política, uma desigual divisão da força de trabalho e outros impactos em diversos âmbitos da sociedade.

Entre as bases para a divisão sexual da força de trabalho há a construção secular e misógina que ensina a enxergar a função de gerar, amamentar e criar os filhos como um trabalho secundário, de menor complexidade sendo restrito e inerente a figura feminina, portanto nossos aprendizados deveriam se restringir a esse ambiente, de criar com zelo, educar nos princípios morais e recatados, vigília constante e modelo de virtude (DUARTE, 2010). Essa transmissão ideológica recai sobre o mercado de trabalho, ao se considerar o mercado formal, são historicamente delegadas funções consideradas igualmente inferiores ou secundárias. De acordo com Biroli (2018), essa configuração de hierarquia de gênero deixa as mulheres vulneráveis à precarização do trabalho, pois toda essa privação histórica deixou a mão de obra feminina mais barata, causando, entre outros abismos, a desigualdade salarial. Toda a luta das mulheres permitiu uma relativa valorização da sua presença no mundo do trabalho, entretanto suas obrigações como cuidadora do lar se mantiveram, só aumentando sua jornada de trabalho (BIROLI, 2018). Portanto a opressão das mulheres permanece, com novas faces e facetas. Essa opressão que ocorre no sistema econômico atual aprofunda ainda mais os impactos seculares da desigualdade de gênero. De acordo com Saffioti (2004), a hegemonia do capital

financeiro é uma grande fonte de instabilidade social no mundo globalizado de hoje, pois gera uma altíssima concentração de bens em poucos enquanto muitos estão na miséria, esse dilema da desigualdade é uma contradição fundamental do modelo de produção capitalista (SAFFIOTI, 2004). Ou seja, a exploração do capital está relacionada com a exploração de gênero.

A opção por empreender individualmente tem crescido no Brasil, especialmente entre as mulheres com menor acesso ao mercado formal de trabalho, com destaque para os pequenos negócios. Segundo a pesquisa realizada em Mossoró-RN, 68% dos empreendedores que adquiriram microcrédito são do gênero feminino, entretanto 91,7% delas permanecem na informalidade (NETO, 2018). Essa informalidade pode ser um fator que impacta na seguridade social desse público. A busca pela inserção no mercado formal é uma luta desleal para as mulheres, por diversos motivos, desde a sua obrigação como cuidadora familiar, racismo, desigualdade salarial, assédio e outros.

Os programas de microcrédito são uma forma de empréstimos sociais, caracterizados por conceder pequenas quantias a pequenos empreendedores e ganharam força no Brasil por volta de 1980, período em que o desemprego abateu o país. No século XXI tornou-se uma política pública nacional através do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e diversos municípios e estados possuem seus próprios programas de incentivo ao microcrédito. Vivemos em um sistema capitalista e o microcrédito está inserido nessa engrenagem, entretanto é implementado de forma mais inclusiva do que os bancos tradicionais, uma vez que possuem juros irrisórios, prazos maiores e na maioria das vezes nenhuma exigência de capital precedente.

Ao pensar no microcrédito como uma das alternativas para melhoria da renda das mulheres, destaco também outros fatores que são influentes na vida de uma mulher, como o trabalho doméstico e outros formatos de composições familiares. Segundo os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) (ONU-BRASIL, 2015), é necessário reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais. Portanto, além da renda, as outras

dimensões da vida devem ser levadas em consideração ao se pensar no desenvolvimento individual e coletivo.

O entendimento sobre o que é uma família e o que é ser uma mulher precisam ser respeitados e considerados de forma ampla, para além do conceito heteronormativo imposto historicamente. Biroli (2013) e Kendall (2022) tangibilizam que a construção social do que entendemos como mulher deve incluir mulheres transexuais e não-brancas com os seus desafios e necessidades validados na sociedade.

Diante dessas questões, o microcrédito surge como uma ferramenta de auxílio na construção de condições para fortalecer o processo de autonomia produtiva e, por consequência, pessoal, em especial para as mulheres. As teorias feministas colocam em discussão o sentido de autonomia, pois este conceito considera o indivíduo de forma isolada como responsável direto por seus acontecimentos. Entretanto, deixa de fora as relações de poder que interferem em sua construção de vida e essas hierarquias provocam vantagens e desvantagens estruturais a depender da sua posição social (BIROLI, 2013). Mesmo se o microcrédito promover a autonomia financeira das mulheres beneficiadas, não se pode garantir que esse acesso seria suficiente para promover sua completa independência, modificar sua realidade, desenvolvimento pessoal ou seu entorno.

Compreendendo essas premissas, essa dissertação, como um estudo de caso, avaliou o programa Empreenda Mulher, que tem como objetivo incentivar a autonomia das mulheres, possibilitando acesso a crédito e oferta de cursos de qualificação. Como lócus do trabalho temos as mulheres beneficiadas na cidade de São Paulo, onde a mídia de massa pelo país afora a retrata como a capital do desenvolvimento, dos empregos, grandes salários e oportunidades. Entretanto, essa está longe de ser a realidade para a parcela da população que vive nas periferias paulistanas. É importante destacar que a política foi formulada e implementada pelo Governo do estado, entretanto foram entrevistados os atores apenas da capital.

Diante desse cenário foi perguntado: Em que medida as Políticas Públicas de Microcrédito orientadas às mulheres são capazes de promover o desenvolvimento pessoal das beneficiadas? E para buscar a resposta, essa dissertação teve como objetivo central avaliar o Programa de Microcrédito Empreenda Mulher no município de São Paulo-SP, tendo como base o ano de 2023, a partir da percepção das mulheres negras e periféricas beneficiadas, buscando determinar em que medida é capaz de promover o seu desenvolvimento pessoal.

De forma complementar e específica, também foi buscado identificar as premissas e objetivos propostos na formulação do Empreenda Mulher na cidade de São Paulo; Identificar a sua influência na trajetória profissional e renda familiar das mulheres negras e periféricas beneficiadas; e por fim, avaliar o acesso às oportunidades sociais das beneficiadas desde sua inserção no programa Empreenda Mulher.

Após essa apresentação inicial sobre o trabalho há a metodologia explicando o envolvimento da autora com o tema da dissertação assim como os métodos de pesquisa que foram utilizados para concebê-la. Na sequência é descrito a Avaliação com Base na Sustentabilidade (ABS), que é um percurso avaliativo integrativo que busca conectar os atores em torno das dimensões da sustentabilidade, que retratam as teias da vida, e avaliar a política pública sob a ótica da sustentabilidade (CHACON e NASCIMENTO, 2020). A ABS forneceu uma perspectiva de observação para identificar dentro do próprio programa o equilíbrio entre as dimensões para torná-lo sustentável. As dimensões são: Institucional-política, econômica, social e ambiental.

No capítulo seguinte, do referencial teórico, foi tratado o tema da desigualdade de gênero, desde sua origem, a conexão com os feminismos e o patriarcado sendo apresentadas escritoras feministas interseccionais, que segundo Akotirene (2020), com fundamentos em Kimberlé Crenshaw, Patrícia Hill Collins e Sueli Carneiro, está associado aos conceitos de liberdade, equidade e coletividade buscando apoiar as mulheres de forma ampla, em seus diversos aspectos como sexualidade, cor, composição familiar e etc. A seguir foi apresentada a mulher negra periférica com a feminização da pobreza e sua força de trabalho através de escritoras como Arruzza, Bhattacharya, Fraser, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro e outras. A segunda metade do referencial teórico traz os conceitos relacionados a economia solidária e políticas públicas, sobre problema público, políticas para as mulheres e por fim, o microcrédito que é a temática central desta dissertação. Diante de todos os desafios apresentados, como a superação da pobreza e a desigualdade do mundo do trabalho, o microcrédito está entre as políticas que podem ser uma aliada na redução desses problemas colossais.

Na sequência foi apresentado de forma mais detalhada o Programa Empreenda Mulher apresentando seus objetivos, atores formuladores e implementadores. Por fim, são apresentados os resultados deste trabalho e a conclusão. Quanto à análise dos

resultados, estes foram analisados de acordo com a Avaliação com Base na Sustentabilidade e a Análise Crítica do Discurso. Na conclusão há a recapitulação dos objetivos alcançados na dissertação e as considerações finais sobre a avaliação realizada.

2 METODOLOGIA

A metodologia constitui a fase mais concreta da investigação, em que se busca apresentar os métodos que serão utilizados para realizar a pesquisa. Segundo Marconi e Lakatos (2003), método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que permite alcançar o objetivo, traçando o caminho a ser seguido e apoiando as decisões do pesquisador. Neste capítulo é apresentada a metodologia utilizada na pesquisa, especificando as técnicas utilizadas para o alcance do objetivo de avaliar a política pública Empreenda Mulher na cidade de São Paulo – SP em 2023, a partir da percepção das beneficiadas.

Foram abordadas metodologias de pesquisa de caráter exploratório, descritivo e qualitativo. Segundo Minayo, a abordagem qualitativa passa pela compreensão e interpretação onde não busca generalizar e responder a questões singulares de determinado grupo ou espaço, preocupados em observar a realidade. Dentro dos parâmetros da pesquisa qualitativa, utilizei o método de pesquisa descritiva, que busca descrever determinado público ou fenômeno assim como estabelecer relações entre as ações e acontecimentos (SILVA, MENEZES, 2005).

Foi realizado inicialmente pesquisa bibliográfica e documental a partir das normas e registros da política pública. Posteriormente uma etapa exploratória, para levantar informação sobre o objeto, no caso, o programa Empreenda Mulher, para mapear o campo de pesquisa e entender como ele acontece na realidade e se manifesta. No capítulo são descritos também os métodos de coleta e análise de dados.

2.1 O envolvimento da pesquisadora com o objeto

Eu nasci, cresci e até poucos meses morava em Fortaleza – CE, é lá que estão minhas raízes e minha formação como pessoa, mas a caminhada pelo sonho de formar uma carreira no terceiro setor me trouxe até São Paulo – SP para trabalhar em

uma fundação com jovens em situação de vulnerabilidade. Relembrando um pouco a favela que eu cresci, vi que o microcrédito desempenhou um capítulo na jornada da minha mãe, que na minha adolescência encontrou nele uma saída para a pequena renda dos subempregos e uma chance de aumentar a renda familiar por ser a única provedora da casa. Por esse motivo passei a acreditar que o microcrédito tem um papel importante na vida das mulheres da periferia.

Atualmente moro na cidade de São Paulo e percebo como há imensos abismos entre diferentes regiões da capital, portanto quero entender o papel dessa saída emergencial para quem tem poucas chances de mudar sua realidade, que é o microcrédito; e sua participação entre as múltiplas políticas necessárias para a superação da pobreza e desigualdade de gênero em territórios tão desiguais como nas periferias da capital.

2.1.1 Histórias de Vila Nova - como o microcrédito rodeou minha vida desde muito cedo

Quando eu escolhi meu tema, ainda tinha uma ideia muito inocente sobre o microcrédito, ainda sem uma perspectiva estrutural do que ele significa na vida das mulheres negras periféricas, só o que eu tinha (e talvez hoje não tenha muito mais que isso) é um conjunto de memórias da minha infância. De mulheres, amigas de minha mãe, que frequentam a casa que eu cresci até hoje trazendo consigo em um café da tarde com minha mãe, suas histórias de vida. E é baseada nessas histórias de vida que eu cresci ouvindo, quero agora conhecer novas trajetórias, de mulheres cuja única saída foi ter seu pequeno negócio local de bairro. Quero lhe apresentar agora: Minha mãe, a vizinha, o Lô e a Velha, costureira e a mulher da água. Todos com um desafio em comum: criar sua família em um mundo sem saídas. A Vizinha é negra, mãe de três filhos e seu marido morreu de um infarto com seus filhos ainda adolescentes, agora ela tem uma netinha da sua única filha, uma mulher inteligente e forte, é uma das minhas colegas de infância. A Vizinha então não consegue trabalhar fora, tem alguns problemas de saúde para agravar a situação, apesar de ter sido doméstica por muito tempo. De anos para cá pegou um microcrédito e abriu uma vendinha, agora, essa é a única opção de vida da vizinha, e assim está criando sua família.

A costureira se fosse de uma família com possibilidades e talvez, como ouvi uma vez, menos preta para ser aceita, bem que poderia ser daquelas estilistas famosas pois costura como ninguém. Trabalhou muitos anos nas fábricas da cidade, mas precisava cuidar dos filhos (nunca teve marido, desde que eu nasci pelo menos) então abriu sua pequena costura em casa mesmo e passou a costurar para os vizinhos, dessa forma, também criou seus filhos e netos.

Mais recentemente a mulher da água com seu marido abriram um negócio de vender água, olha deu muito certo, reformaram a casa, que antes o esgoto passava bem na porta, mas eles mesmo deram um jeito e cobriram com cimento (o cheiro é bem ruim, ele passa na porta da casa que eu cresci também, então sei como é) a filha do casal estuda em uma pequena escola particular do bairro, pois a mãe não queria que ela estudasse com os usuários de drogas e traficantes da nossa região e estudam no colégio municipal mais próximo, quando fui visitar minha mãe certa vez eles tinham comprado um carrinho que mal entrava na Vila Nova, mas estão bem.

Essas pessoas têm em comum o fato de serem mulheres, negras e periféricas. São pessoas que permearam minha vida e circularam entre o microcrédito, então aprendi que essa pode ser uma forma de sobrevivência. Nessa dissertação quero conhecer novas caminhadas.

2.2 Métodos de pesquisa

Experiência é o que o ser humano apreende do mundo, as ações que realiza ao longo do tempo e sua compreensão a partir do que acontece consigo. Assim como também é importante conhecer diferentes visões, pois mesmo um conjunto de pessoas vivendo a mesma experiência, sua personalidade e experiências anteriores definem a sua vivência onde cada um possui a sua a partir dos fatos (MINAYO, 2012). Buscou-se na pesquisa conhecer a experiência e vivência das mulheres beneficiadas pela política pública Empreenda Mulher. Nesse sentido, utilizei o método História de Vida para conhecer as experiências e a trajetória das beneficiadas, para conhecer seu percurso no mercado de trabalho que as levou para o microcrédito e compreender sua vivência na política pública para conseguir entender o impacto que elas vivenciam.

O método História de Vida busca construir o conhecimento através da escuta sobre a trajetória do outro, é um processo profundo de entrevista até a análise da história contada para buscar no que foi dito, as respostas para os problemas de pesquisa. É ter o ser humano como matéria-prima de produção e análise. O próprio narrador vai revivendo sua história ao contá-la, tomando consciência dos seus pontos altos e dos seus percalços (NOGUEIRA *et al*, 2017).

Tendo firmado as bases da minha pesquisa a partir do percurso citado acima, foi realizado inicialmente uma pesquisa documental a partir das normas e registros da política pública. Posteriormente houve uma etapa exploratória e descritiva, onde levantei informações sobre o objeto Empreenda Mulher e mapeei o campo de pesquisa na busca por entender como ele se manifesta e acontece na realidade. Essa etapa se deu também através da Pesquisa de Campo, sendo é uma técnica imprescindível no desempenho da avaliação, a fim de conhecer a realidade das mulheres e compreender quais campos são impactados pela política pública a partir da história que elas mesmas contaram.

2.3 Técnica de coleta de dados

Inicialmente foram aplicados dois questionários através do google forms para conhecer o perfil socioeconômico das pessoas entrevistadas, um destinado às mulheres beneficiadas e outro para os atores institucionais.

Foi realizada a Observação Participante, onde busquei me envolver e participar do dia a dia dos membros do Banco do Povo e dos negócios escolhidos para capturar a história de vida, enquadrando-se no modo artificial de observação participante pois não sou uma das mulheres beneficiadas pelo programa, mas buscarei compreender suas trajetórias.

Além da observação do cotidiano da política, realizei entrevistas semiestruturadas com as beneficiadas e com os integrantes da hierarquia da política, como funcionários do Banco do Povo e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Algumas perguntas das entrevistas foram baseadas na análise que Lélia Gonzalez faz do espaço da mulher negra na sociedade, trazendo em seu livro informações relacionadas a sua iniciação no trabalho informal e abandono escolar, que está diretamente relacionado com o seu desempenho e crescimento profissional no futuro.

2.4 Método de análise de dados

Em busca de relacionar e compreender as histórias ouvidas, foi utilizado o método análise de discurso para analisar as entrevistas e conversas realizadas na pesquisa.

A Análise do Discurso (AD) tem como objetivo compreender como cada texto produz seus sentidos a partir das construções ideológicas do sujeito, indo além das palavras expressas mas procurando explorar seus contextos e estruturas mais profundas. Isso posto, este método atua em diferentes níveis de linguagem, buscando compreender a estrutura ideológica de um texto, sendo necessário instigar outros sentidos que não estão aparentes no que se é dito (CLUBE DE FALA, 2022). No processo de construção da Análise de Discurso surgiram diversas visões.

Entre as linhas da Análise de Discurso (AD) há a Escola Francesa de AD fundada por Michael Pêcheux, recebendo contribuição de autores como: Charaudeau, Maingueneau, Coutrine, Foucault e de autores brasileiros como Brandão, Orlandi, Soares e Mariani (SILVA; ARAÚJO, 2017). A AD propõe que a linguagem é materializada na ideologia e se manifesta na linguagem sendo o discurso parte da relação desses dois conceitos e através da análise de discursiva é possível explicitar os mecanismos da determinação histórica dos processos de significação, põe como central a relação entre o simbólico e o político. As formações discursivas são o que o sujeito pode dizer em determinada situação e conjuntura, portanto o que diz está relacionado às suas condições de produção externas ao próprio sujeito (ORLANDI, 2005). Podendo a história ser a aparência da interpretação do ser humano diante dos “fatos”, a AD trabalha justamente no questionamento ou análise dessa aparência, buscando entender essa relação (ORLANDI, 1990). Para compreender a AD é importante saber que Michel Pêcheux propôs três regiões do saber: O primeiro deles, o materialismo histórico, como uma teoria das formações sociais e suas

transformações; em segundo, a linguística, enquanto teoria dos processos não subjetivos de enunciação e finalizando a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos (OLIVEIRA, 2020).

Há diversas formas de aplicar a análise de discurso, algumas delas são: Sociolinguística Interacional; Etnografia da Comunicação; Análise da Conversação; Psicologia Discursiva e Análise Crítica de Discurso. Trabalharei a Análise Crítica do Discurso (ACD) em minha pesquisa. O termo "Análise de Discurso Crítica" ou ACD foi dito pelo linguista britânico Norman Fairclough, da Universidade de Lancaster em 1985 (RESENDE, RAMALHO, 2006). E na perspectiva contemporânea Izabel Magalhães, Viviane de Melo Resende e Viviane Ramalho publicam diversas obras a respeito do tema.

Esse modelo estuda as práticas sociais presentes no interior do discurso, como: Abuso de poder, controle social, dominação, desigualdades sociais, processo de marginalização e exclusão social exigindo do analista um posicionamento interpretativo e crítico sobre o que é dito, contribuindo para a consciência crítica. A ACD possui duas escolas, por assim dizer, são elas: Escola Anglo-Saxônica (Escola Inglesa) e a Escola Francesa Pós-estruturalista Neomarxista da Europa Continental. Ao seguir na linha da Escola Francesa Pós-estruturalista Neomarxista da Europa Continental temos forte contribuição de Michael Foucault, entre outros (RODRIGUES; MELO, 2020). Foucault também contribui no conceito de discurso, compreendendo que é uma forma de entender a língua que faz parte de um processo que vai se modificando e produzindo efeitos de acordo com o momento ideológico e histórico. Sua produção somente é possível quando há uma relação político ideológica favorável ao seu surgimento, sendo construído por uma relação entre o poder, o saber e a linguagem (BARONAS, 2011). Para Fairclough (2001) o discurso é um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. Também segundo Resende e Ramalho (2006) discurso pode ser como um elemento da vida social interconectado dialeticamente a outros elementos. Portanto, analisar um discurso é ir além do que é dito, mas entender suas entrelinhas, algo exterior à própria língua e compreender as questões que estão envolvidas na fala e escrita.

A prática de ACD deve considerar 3 elementos básicos: 1. A seleção dos textos-discurso: Deve-se consultar quais os tipos de textos que configuram o discurso

para considerar apenas os que têm valor para o coletivo, envolvam crenças e valores compartilhados. Pode-se conectar esse primeiro tópico com o conceito de materialidade, ou seja, aquilo que é material, concreto e valoroso, sendo crucial que o texto possa refletir além das palavras, mas valor. 2. Posicionamento social, ideológico e político do sujeito-enunciador: Nessa etapa se conhece a origem social do sujeito que constrói o discurso, o lugar que ocupa na sociedade e o contexto histórico em que se é falado. Portanto, nesta pesquisa busquei entender quem são as mulheres beneficiadas, qual a trajetória delas diante do microcrédito e qual a sua realidade. 3. Corpus do texto: deve-se verificar qual a materialidade dos textos, ou seja, se são orais ou escritos e de que tipos: Documentos, entrevistas, comunicados, estudos, palestras, conversas transcritas, planos ou projetos institucionais e outras possibilidades (RODRIGUES; MELO, 2020). Além dos elementos citados acima, ao analisar o discurso foram observadas também as seguintes características, segundo Rodrigues Melo (2020): 1. Atos da fala: Efeitos que a fala traz na vida do sujeito; 2. Pragmática: Observar as conversas informais para buscar seus significados; 3. Retórica: Entender a estrutura argumentativa do texto analisado para compreender o poder de repercussão. 4. Repertório interpretativo: Identificar o repertório temático inserido nos discursos, como o sujeito se coloca no texto; 5. Polaridade: Identificar as oposições existentes nos discursos analisados, como por exemplo: dependente, independente, subordinado ou não, incluído, excluído etc. que irá permitir uma análise crítica das ideologias presentes nos discursos (RODRIGUES; MELO, 2020). Originalmente, CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH (1999) propõem os passos para uma Análise Crítica do Discurso: 1. Identificar um problema na prática social que precisa ser desvelado; 2. Identificar obstáculos a serem enfrentados; 3. Considerar se a rede de práticas se percebe dentro de um problema; 4. Verificar possíveis caminhos de superação no interior das práticas sociais e do discurso, percebendo caminhos para a mudança; 5. Proposição de soluções e reflexões sobre a problemática. Entre esses passos é importante ressaltar que a prática da pesquisa baseada na Análise Crítica do Discurso deve ser reflexiva de forma ampla, e não limitada ao seu objeto com proposições que possam ser também limitadas.

Esse método de análise é crítico e contra hegemônico, uma vez que busca identificar as lacunas do discurso que evidenciem as estruturas de dominação. No capítulo sobre Análise dos Resultados apresentei como os pontos acima foram identificados nos discursos, essa identificação é importante pois através dela pode-se identificar desigualdades e diversidades sob o ponto de vista das beneficiadas com o programa e os formuladores da política pública.

3 PERCURSO AVALIATIVO

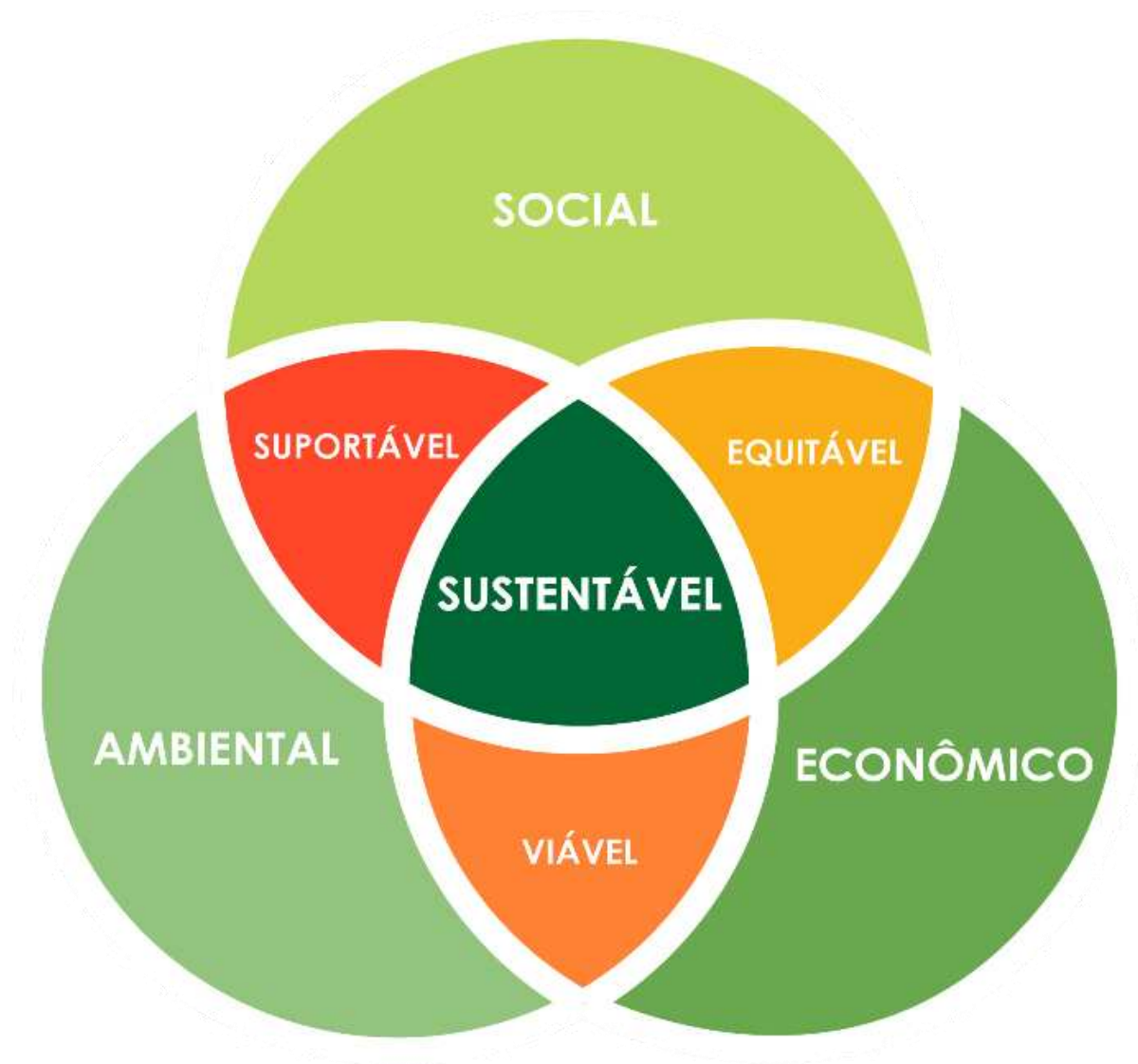
Após compreender o objetivo da dissertação e a metodologia que foi empregada, deve-se entender mais profundamente quais premissas e conceitos foram considerados neste trabalho. No capítulo sobre o referencial teórico é apresentado o que são políticas públicas e os conceitos que as rodeiam, mas de antemão é importante saber que as políticas públicas são desenvolvidas dentro de um “aparato institucional” como afirma Leonardo Secchi (2015).

Nesse contexto, sendo esta uma pesquisa avaliativa, é preciso eleger a perspectiva que guia a observação da política pública em foco. Esta pesquisa, portanto, é norteada pelas premissas da Avaliação com Base na Sustentabilidade (ABS), percurso avaliativo desenvolvido por Chacon (2007) e atualizado por Chacon e Nascimento (2020). Para melhor compreensão dessa escolha é importante conhecer o conceito de sustentabilidade e conhecer a atual agenda de governança global que se atrela a esse conceito, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável implementados pela ONU.

3.1 A sustentabilidade

Os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável têm recebido diversos significados, mas, de forma geral, segundo o conceito de triple bottom line (Figura 1) lançado por John Elkington (2010), ensejam a busca por um processo de desenvolvimento coletivo capaz de gerar viabilidade econômica com prudência ecológica e justiça social. Essa discussão passou a ocupar um espaço maior nas discussões acadêmicas e políticas a partir de 1960 (BACHA *et al*, 2010). O tema busca conciliar a necessidade infinita do sistema capitalista atual de crescimento econômico diante da finitude dos recursos ambientais, e considerando as necessidades sociais e culturais das pessoas.

Figura 1 - *triple bottom line*



Fonte: IBDN (2017)

Se há uma palavra que expressa a visão de utopia, de um mundo desejável, que surge e evolui com a revolução industrial, essa palavra é desenvolvimento (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012). Essa citação evidencia as raízes da expressão desenvolvimento, que é um conceito nascido em contexto capitalista, mas que de forma evolui a visão de que a plenitude e o sucesso da sociedade se têm apenas com o crescimento econômico.

Ainda segundo Bursztyn e Bursztyn, o conceito de desenvolvimento também foi se modificando com o tempo e em meados do século XX quando acabou a segunda guerra mundial surgiram importantes atores que vieram a discutir esse conceito

ampliado de desenvolvimento, como a ONU, Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e entre outros.

Após a segunda metade do século XX foram realizados diversos fóruns nacionais para tratar do desenvolvimento, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, em 1972, que reuniu diversas visões. Entre elas a narrativa do desenvolvimento econômico a todo custo dos países ditos subdesenvolvidos em conflito com os ambientalistas em defesa do meio ambiente. A partir dessas discussões sobressai o consenso de que o desenvolvimento deve ser fomentado, mas se for socialmente e ambientalmente responsável. Esse ponto de vista levanta temas como, por exemplo, a justa distribuição de terras e demandas dos mais vulneráveis (SACHS, 2002). Atualmente, essa discussão evoluiu para o desenvolvimento sustentável principalmente pautado na agenda 2030 e nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS como um conjunto de metas criados pela ONU (ONU-BRASIL, 2015), que visam uma sociedade mais inclusiva, diversa, socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente correta.

3.2 Os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS)

Para descrever como nasceram os ODS é necessário relembrar o ano de 2000 quando os países participantes da ONU propuseram os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) com metas para serem alcançadas até 2015. Os oito objetivos são: reduzir a pobreza, atingir o ensino básico universal, igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o HIV/ Aids, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Após os avanços (embora poucos) conquistados nesse período e em busca de continuar o trabalho, ocorreu a “Rio+20”, uma conferência das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro em 2012. Os 193 Estados membros discutiram o desenvolvimento sustentável, ou seja, uma forma de crescer atendendo às necessidades da geração atual, sem comprometer a existência das gerações futuras. Nessa ocasião surgiram os ODS (ONU-BRASIL, 2015).

Os ODS representam uma agenda global que contribui e cobra que grandes, médias e pequenas organizações repensem seus modelos de negócios, que de fato impactam imensamente todo o meio ambiente, e embora esteja alicerçado em bases capitalistas mas é necessário e urgente promover essa mudança mesmo que dentro desse sistema econômico desigualdade e feroz.

3.3 Avaliação com Base na Sustentabilidade (ABS)

Considerando o exposto, abordei o modelo Avaliação com Base na Sustentabilidade (ABS), desenvolvido por Chacon (2007) e atualizado por Chacon e Nascimento (2020) como percurso avaliativo.

Segundo o WWF - World Wide Fund for Nature, desenvolvimento sustentável é a capacidade de suprir as necessidades da geração atual, sem limitar as próximas gerações. Um futuro sustentável garante que permaneçamos dentro dos limites do planeta e possa ser possível proporcionar qualidade de vida para as próximas gerações (WWF, 2023). Pensar no desenvolvimento sustentável é também compreender que a geração de riqueza por si só não é suficiente, é preciso pensar em diversas dimensões, como: Social, Política, Ambiental e Econômica. Acrescenta-se a dimensão institucional-política, que é responsável por integrar as demais dimensões nos diversos territórios (CHACON e NASCIMENTO, 2020).

Em minha pesquisa trabalhei as dimensões Econômica, Institucional-Política e Social, para compreender as repercussões da política pública avaliada entre as beneficiadas, e a partir de suas percepções. E compreender se o Empreenda Mulher aplicado na cidade de São Paulo – SP contribui para o seu desenvolvimento pessoal de forma decisiva, considerando o conjunto de políticas que eventualmente apoiam as mulheres de forma mais ampla. O quadro a seguir busca ilustrar os objetivos específicos conectados com a ABS, que é o percurso avaliativo dessa dissertação e norteou a construção dos instrumentos de pesquisa e análise de resultados.

Objetivos Específicos	Dimensão ABS	Método de coleta de dados
------------------------------	---------------------	----------------------------------

Identificar as premissas e objetivos propostos na formulação do programa de microcrédito Empreenda Mulher na cidade de São Paulo;	Institucional-Política	Entrevistas semiestruturadas com os atores institucionais ;
Identificar a influência do programa Empreenda Mulher na trajetória profissional e renda familiar das mulheres beneficiadas;	Econômico	Entrevistas semiestruturadas com as beneficiadas .
Avaliar o acesso às oportunidades sociais das beneficiadas desde sua inserção no programa Empreenda Mulher;	Social	Entrevistas semiestruturadas com as beneficiadas .

No primeiro objetivo específico foi abordada a dimensão institucional – política ao entrevistar os formuladores e implementadores da política pública para compreender quais os objetivos elaborados para o programa, essa identificação será crucial para conectar com a prática atual do programa.

No segundo objetivo específico foi abordada a dimensão econômica já no ponto de vista das beneficiadas, para compreender como se deu a trajetória dessas mulheres, sua situação no microcrédito e o impacto em sua renda familiar.

O terceiro objetivo específico avaliou o acesso às oportunidades sociais das beneficiadas desde sua inserção no programa Empreenda Mulher como parte integrante do seu desenvolvimento pessoal. Sen (2010) conceitua oportunidades sociais como os serviços que influenciam a liberdade substantiva de alguém, sendo crucial para se viver melhor e com dignidade, tornando viável sua participação efetiva nas atividades econômicas, sociais e políticas, são exemplos a educação e saúde. Os objetivos específicos citados buscaram apoiar na compreensão do papel do microcrédito na vida das beneficiadas.

A Avaliação com Base na sustentabilidade tem como valores principais a participação social, o reconhecimento da conexão do território com a política, além de estimular a conexão do planejamento público com os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), já citados acima. Um dos grandes pontos diferenciais da ABS é a busca por conectar os diversos eixos da sustentabilidade, pois comumente avalia-se cada uma de suas áreas separadamente, gerando um resultado parcial (CHACON e NASCIMENTO, 2020). Avaliei a política pública Empreenda Mulher a partir da visão das mulheres beneficiadas e considerando além do benefício direto, que é o recurso financeiro concedido, também o impacto no bairro, na família (principalmente os filhos), o acesso à educação, saúde e lazer. Entre outros fatores que podem ser influenciados por uma política de microcrédito.

A igualdade de gênero é o quinto, entre os 17 ODS, sendo uma pauta de importância internacional na promoção do desenvolvimento. Uma das metas citadas pelas Nações Unidas é a garantia da participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública. Outra meta como: realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, é citada nos ODS e se conecta com os objetivos dos programas de microcrédito.

O ODS 8º - trabalho decente e crescimento econômico, também será trabalhado na pesquisa, se conectando com a meta de: Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros (ONU-BRASIL, 2015).

Portanto, desenvolver iniciativas que promovam a inclusão econômica, política e social das mulheres é essencial para o desenvolvimento não apenas pessoal, mas também coletivo.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Referencial teórico caracteriza-se pela etapa da pesquisa em se faz um apanhado teórico para contextualizar o leitor sobre os temas que serão abordados no trabalho (FERRAREZI, 2012). Portanto, neste capítulo será tratado sobre o público mais impactado com as políticas de microcrédito, que nasceu com a ideia de prover pequenos empréstimos para pessoas pobres e o Grameen Bank foi uma das primeiras iniciativas na zona rural de Bangladesh e em 1983 tornou-se referência no crédito para pessoas de baixa renda, sendo 97% mulheres, portanto esse tipo de política pública impacta fortemente a mulher negra periférica. Para que seja possível pensar em alternativas para a problemática da população negra é fundamental descrever o seu contexto histórico (BERTH, 2019). Nesse sentido dos grandes desafios que as mulheres, especialmente negras e periféricas possuem de acessar o mercado formal, serão abordados os temas: Desigualdade de gênero, feminismo, a mulher negra brasileira e a partir daí, as políticas públicas, especialmente do microcrédito que constitui o objeto estudado. Será fundamentado porque é tão urgente a necessidade de políticas públicas de incentivo a inserção das mulheres no mercado de trabalho para promover a seu empoderamento e independência, ainda neste subcapítulo será discorrido sobre os movimentos femininas, que fortemente há séculos vem lutando pela igualdade de gênero em diversos âmbitos, financeiros, políticos, sociais e outros.

4.1 A desigualdade de gênero e os feminismos

Neste subitem será tratada a desigualdade de gênero de um ponto de vista histórico, trazendo a sua construção e origem nas primeiras sociedades, que foram construindo geração após geração os costumes machistas e misóginos que estão presentes até hoje em nossa sociedade. Esses comportamentos ditos ideais para cada sexo eram expressos em valores, costumes, leis e papéis sociais (LERNER, 2019). Quando eram (e até hoje) discutidas questões relacionadas às mulheres comumente via-se sob o olhar de dominação e submissão diante do poder do homem, seu valor era determinado a partir do seu lugar social, sua cor e seu sexo. Esses papéis formam estereótipos, no caso das mulheres, sinônimo de subordinação, inferioridade intelectual ou fraqueza. Como conta Woolf (1938) “quando ela abriu um pequeno volume e despejou uma tolice prolixa e sentimental, uma de nós disse: deve ter sido escrito por uma mulher. Sendo uma surpresa quando nos disse que na verdade foi escrito por um homem.” Essa visão atrelada às mulheres nos fez realmente acreditar que o somos. Abordarei também os

feminismos, que nasceu como respostas à desigualdade de gênero e que segundo Gonzalez (1984) historicamente não contemplava as demandas sociais das mulheres negras, indígenas e latino-americanas que estiveram distantes dos discursos hegemônicos. Portanto, para compreender a desigualdade de gênero é fundamental perpassar o feminismo, o patriarcado, o capitalismo e a mulher negra brasileira.

4.1.1 A origem da desigualdade de gênero

Segundo estudo científico realizado pela revista Nature, na pré-história os povos eram caçadores-coletores com papéis distintos, mas homens e mulheres eram considerados igualmente responsáveis pela sociedade. Acredita-se que a desigualdade passou a existir com a agricultura, quando as sociedades foram se firmando em regiões e acumulando recursos (WHITFIELD, 2012). Em complemento, Gerda Lerner (2019) afirma que ao contrário das necessidades das sociedades de caçadores-coletores, os agricultores passaram a poder explorar o trabalho infantil para aumentar sua produção e acumular recursos, portanto os “Homens como grupo” tinham direitos sobre as mulheres que as “mulheres como grupo” não tinham sobre os homens.

Após a acumulação de recursos, o cristianismo reforçou a subjugação feminina ao declarar que mulheres foram feitas para os homens e devem viver sob sua égide através de instituições como o casamento, que devem ser dominadas pelos homens. A igreja católica definia a nós, mulheres, como “vasos mais frágeis” que deveriam ser protegidas pelo pai e ao se casarem (pois esse deveria ser o seu destino) serem novamente protegidas por seus maridos (MCCANN *et al*, 2019). Essa visão contempla as mulheres brancas, pois segundo Davis (1944) os adjetivos dados às mulheres negras estavam longe de ser fragilidade, mas sim promiscuidade, sexo fácil e vitalidade para os trabalhos domésticos.

Esse formato de sociedade começou a ser questionado pelo Feminismo, movimento que busca a igualdade de gêneros. Até então houve diversas gerações do feminismo, enfrentando a resistência secular do machismo. Desde sua formação, nossa sociedade é marcada pelas desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero que permanecem muito presentes. Segundo Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) nos trezentos anos de escravidão o domínio de uma elite fundiária, proprietária e branca como grupo social dominante produziu intensas violências para as mulheres e especialmente as negras e indígenas.

Nos Estados Unidos por volta de 1870 no período da Guerra Civil houve um crescimento na presença das mulheres nos empregos formais, mas eram em sua maioria brancas

e 70% delas donas de casa, tornaram-se maioria nas confecções e passaram a lutar por seus direitos de forma mais acentuada, mas não necessariamente uma luta pelo direito de todas as mulheres (DAVIS, 1944). Estando inserida nessa estrutura de dominação, o espaço destinado às mulheres brancas era em funções secundárias e às mulheres negras, no trabalho doméstico e funções manuais. Ambas sendo mantidas à margem da sociedade produtiva.

O controle econômico torna a mulher mais vulnerável de diversas formas, como fisicamente, psicologicamente e politicamente. Notamos que até hoje temos reflexo dessa realidade, pois em alguns estados do Brasil o salário do homem chega a ser 40% superior ao da mulher (ALVES, 2019). Por volta de 1970 foi criado o termo “colarinho rosa”, que significava os trabalhos “femininos” como assistentes pessoais em escritórios, garçonetes, lavadeira, faxineira e outros de baixa remuneração, já os homens deveriam ser os responsáveis pelas ocupações profissionais, de gestão e tomares de decisão. Essa separação entre o que deve ser o “trabalho de mulher e trabalho de homem” pode ser conceituada como divisão sexual do trabalho (FRASER, 2006), e temos como resultado toda uma classe de gênero marginalizada e explorada profunda e estruturalmente. De acordo com Hooks (1981), essa divisão de trabalhos existiu inclusive na divisão de trabalho entre escravizados, quando os homens ficavam na lavoura, e as mulheres também trabalhavam lá mas também eram as mais utilizadas no trabalho domésticos e como babás, o homem por sua vez não realizava esse tipo de tarefa por ser considerado uma atividade feminina.

A injusta divisão do trabalho entre gênero afeta de modo estrutural a democracia, pois haver o equilíbrio entre trabalho remunerado e não remunerado deve ser equalizado com o acesso às ocupações do mercado para trazer mais possibilidade de participação políticas, nos cargos e no engajamento em ações políticas (BIROLI, 2018). Segundo Amartya Sen (2010), é benéfico para toda a sociedade que haja políticas de redução da desigualdade de gênero estrutural, mas também ações que tornem as mulheres agentes de seus destinos como por exemplo, papel ativo dentro da economia, capacitação justa, divisão das tarefas domésticas e outros, contribuindo para tornar as mulheres uma voz ativa e independente.

Em meados de 1970 dentro do espectro dos países da América-latina, a presença das mulheres no mercado de trabalho passou de 18,5% para 55% na virada do século e parte desse crescimento deve-se ao acesso à educação sendo as mulheres, a maioria entre os estudantes do ensino superior, entretanto tem-se ainda uma diferença de 25% na média salarial. Ao entrarmos na esfera racial, as mulheres negras possuem uma desvantagem ainda maior pois 39% exercem trabalhos precarizados enquanto o percentual em homens brancos é de 20,6%. Ao abordar a desigualdade de gênero é imprescindível tratar a desigualdade racial, pois mesmo as mulheres

(brancas) sendo dominadas por homens (brancos), a dominação de ambos acontece sobre a população negra. As mulheres negras, portanto, estão em dupla desvantagem, por pertencerem à classe dominada em termos de gênero e raça (BIROLI, 2018). É diante desse cenário de desigualdade que surgem os movimentos feministas, defendendo que as relações entre homens e mulheres sejam equânimes e justas.

4.1.2 O papel do patriarcado na desigualdade de gênero

Para analisar o papel do patriarcado na desigualdade de gênero é importante conhecer o papel do capitalismo e imperialismo nessa estrutura, Jaeggi e Fraser (2020) dialoga sobre a teoria marxista de que a contradição central da sociedade está no capitalismo, e discussões como a desigualdade de gênero são desdobramentos das diferentes formas de dominação do capitalismo, mas a autora apresenta outras possibilidades que estão em ascensão, como o ponto de vista de que a dominação de gênero pode não desaparecer com o fim do capitalismo ou que pode ser superada sem a superação do capitalismo. São diversas as alternativas, mas é inegável como o racismo e o sexismo estão enraizados profundamente com os imperativos capitalistas. Portanto, é importante compreender como essas formas de dominação atuam conjuntamente. De acordo com Hooks (1981), o patriarcado é o poder que os homens utilizam para controlar e dominar as mulheres, que não está restrito a determinada raça ou classe social. E em complemento, Vergès (2020) mostra como o imperialismo, mais especificamente na Europa, rouba saberes, estéticas, técnicas, culturas e filosofias de povos que ele subjuga e cuja civilização ele nega a existência, implantando como padrão seu modo de viver.

Essa dominação nasceu com as primeiras comunidades agrícolas, quando a sexualidade das mulheres passou a ser utilizada como moeda de troca das alianças e acordos intertribais. O advento da agricultura também trouxe à luz o uso do trabalho infantil, passando a ser hiper explorada a função reprodutiva das mulheres. Assim, as mulheres passaram a ser recursos adquiridos pelos homens, tanto quanto suas terras, nascendo a escravização por gênero. A mulher como produto da escravidão era lucrativa, sendo símbolo de status, por tornar possível a expansão das riquezas por meio do fruto do trabalho das crianças filhos de escravas quanto por sua venda (LERNER, 2019). No período de grandes descobertas que foi o início da agricultura quando se aprende a multiplicar as plantas a partir de suas sementes, o homem descobre que não é qualquer divindade que fecunda a mulher e sim ele, tal qual os machos do

gado com as fêmeas, passando a atribuir a si próprio o grande papel de multiplicador em um terreno anteriormente inerte (D'EAUBONNE, 1977). A partir da história contada acima podemos compreender que o patriarcado nasceu com as primeiras comunidades agrícolas e os homens eram as figuras que negociavam/compravam e as mulheres, seu objeto de negociação/venda. Essa estrutura de dominação, embora secular, não acabou com o fim da escravidão, mas está presente em nosso dia a dia e enraizada nas bases da nossa sociedade.

A estrutura patriarcal ao longo dos anos esteve na tentativa de convencer as mulheres de que não possuem valor próprio e o adquirem somente ao se associarem aos homens, e que não há valor ao nos unirmos, pois, as mulheres são rivais (HOOKS, 1984). O sistema de subjugação do patriarcado inclui na lista de desiguais todos os seres cujos corpos devem ser medidos por seu valor de uso, como por exemplo: corpos para o trabalho, corpos para a procriação, para o cuidado e a manutenção da vida, para o prazer alheio etc. Dessa forma, cada pessoa deve desempenhar suas 'funções' pré-estabelecidas pelo gênero de acordo com a necessidade da lógica patriarcal (TIBURI, 2018). De acordo com Wolf (2018) assim como outros sistemas controlados pelo patriarcado, a "beleza ideal" funciona como um padrão-ouro que forma um conjunto de crenças para manter intacto o domínio masculino, que atribui às mulheres uma hierarquia de acordo com o seu padrão físico imposto culturalmente, sendo portanto um aparelho de repressão sexual. Esse padrão influencia as mulheres de forma diferente, no caso das mulheres negras, como diz o livro *O Avesso da Pele*, "Nós mulheres negras estamos acostumadas aos homens escolherem sempre as mais clarinhas". Todo esse arcabouço galgou as colunas que sustentam a desigualdade de gênero e injustiça de oportunidades para as mulheres.

4.1.3 Os feminismos e as ondas do movimento

Os movimentos feministas se estruturaram por volta de 1890, mas bem antes disso já havia mulheres lutando por seus espaços na sociedade. Em 1762 o filósofo Jean-Jacques Rousseau publicou o *Émile*, onde afirma que o principal papel da mulher é ser mãe e esposa. Essa atitude comumente aceita na época foi refutada por grupos feministas e nasceram organizações femininas como *La Belle Assemblée*, *Femile Parliament*, *Carlisle House Debates* e o *Female Congress* onde eram tratados temas como igualdade na educação, direitos políticos e ao trabalho (MCCANN *et al*, 2019). Iniciativas tais tinham maior poder de recursão por estarem nas maiores metrópoles da época, centradas na parcela rica da população e eurocentralizada.

O movimento feminista passou por ondas, a primeira no Brasil teve como uma das principais protagonistas Nísia Floresta, em busca do direito ao voto e acesso à vida pública. Ela dirigia um colégio feminino e escreveu livros para defender os direitos femininos, dos índios e dos escravizados, sendo uma das primeiras a publicar textos na grande imprensa, questionava também o espaço da mulher na política, ao cobrar a participação feminina nos cargos de comando, tais como de general, ministra de Estado e outras chefias (DUARTE, 2010). A primeira onda nos Estados Unidos era liderada principalmente por mulheres brancas, que por sua vez buscavam apenas suas próprias demandas, estando em embate com o movimento antiescravagista, segundo Hooks, quando as mulheres (brancas) americanas buscaram seu direito ao voto, inicialmente se aliaram aos homens negros que também lutavam por esse direito, mas quando se apresentou o cenário do homens negros terem seu sufrágio enquanto elas não conseguiam o seu, a solidariedade foi por água abaixo (HOOKS, 1981). A segunda onda, já por volta dos anos 1960, expandiu para além dos direitos legais questionando temas como trabalho e família. Por volta de 1990 vem a terceira onda, rejeitando a crença de que o feminismo estava “superado” e as mulheres já tinham seus direitos garantidos, mas a sociedade ainda era misógina e era preciso lutar contra o assédio, o racismo, o preconceito de classe e outros temas, sendo necessário ajustar o movimento às múltiplas necessidades da época. Em 2010 fala-se da quarta onda, já tendo presente as mulheres beneficiadas com as conquistas de suas antecessoras, e a luta pela desigualdade ganha uma linguagem global e digital (MCCANN *et al*, 2019).

Ao falarmos sobre raça, os movimentos feministas entre si têm suas controvérsias pois as demandas das mulheres brancas, negras, nativas, originárias, orientais, árabes e entre outras, possuem divergências estruturantes culturalmente. Essas diferenças nos trazem a necessidade de ter diálogos mais plurais e inclusivos entre as próprias mulheres, apresento a seguir escritoras feministas interseccionais partindo das mais contemporâneas às clássicas.

4.1.4 O feminismo negro e interseccional

Reservo este subcapítulo para trazer citações de autoras defensoras do feminismo negro e interseccional pois conforme cita Djamila Ribeiro (2019), é importante aprendermos com o feminismo negro, que nos ensina a importância de nomear as opressões, já que não se pode combater o que não tem nome.

O feminismo negro nasce a partir da invisibilidade e até opressão dentro do feminismo com o seu discurso universal excludente, que não considera os diversos tipos de

opressão que as mulheres sofrem. Nos Estados Unidos, ganhou força com a National Black Feminist junto a diversas feministas negras que passaram a escrever sobre o tema, mas outras precursoras como Sojourner Truth em 1851 com seu famoso discurso “E não sou eu uma mulher?” na Convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio já falava sobre o tema. No Brasil começou a ganhar força a partir dos anos 1980, com Núbia Moreira e se estabeleceu a partir do III Encontro Feminista Latino- Americano ocorrido em Bertioga em 1985 (RIBEIRO, 2018). É crucial para todo o movimento feminista perceber, além do que nos une, mas todas as adversidades e contextos culturais que nos diferenciam. Essas diferenças não deveriam hierarquizar as mulheres, mas sim serem compreendidas e assim construir um movimento mais sólido.

Ampliando as perspectivas de feminismo, Vergès (2020) defende o feminismo decolonial que tem como objetivo o combate ao racismo, capitalismo e imperialismo, pois tais estruturas em suas diversas transformações têm capturado a luta das oprimidas para si. A autora complementa questionando se é possível manter os objetivos de justiça social, dignidade, respeito, políticas de vida contra políticas de morte caso o feminismo esteja aliado ao capital, ao Estado e ao império. Continuando o ponto de vista decolonial Adichie (2014) retrata como o feminismo tem uma conotação negativa em algumas regiões do mundo, certa vez ouviu de uma professora universitária nigeriana que o feminismo era antiafricano e que segui-lo, seria ser corrompida pelos ideais ocidentais. Outras afirmações, como, “o feminismo irá acabar com o seu casamento” também são frequentemente ouvidas.

Ainda no feminismo contemporâneo, em complemento a defesa de um feminismo amplo e plural, Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser apresentam seu manifesto “Feminismo para os 99%” que mostram a urgência do feminismo em nossa sociedade de forma que contemple a maioria das mulheres e suas realidades. O movimento apresenta dados alarmantes, como a feminização da pobreza pois no Brasil 34,5% da população urbana vive em assentamentos precários, sendo a maioria de mulheres e negras que estão à frente desses lares, também o genocídio da população negra, onde cerca de 30 mil jovens são assassinados por ano e mais de 70% deles são negros e pobres. Apresentam, portanto, um feminismo anticapitalista, antirracista, anti-imperialista, ecossocialista e radical (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). As mulheres negras nunca fizeram parte desse mito da fragilidade feminina que justificou por décadas que as mulheres precisavam ser protegidas por seus pais e maridos, pelo contrário, a negritude nunca foi tratada como frágil e complementa que é necessário enegrecer o movimento feminista (CARNEIRO, 2013). As mulheres negras ocupam um muito

tortuoso na sociedade supremacista branca, por não serem nem brancas, nem homens, sofrendo uma carência dupla (KILOMBA, 2012).

Já na segunda metade do século XX, a luta feminista afirma que direitos das mulheres são direitos humanos (BLAY; AVELAR; RANGEL, 2019). Hooks (1984) apresenta as controvérsias da obra de Betty Friedan “The feminine mystique” (1963) por tratar de dilemas feministas apenas sob o ponto de vista das mulheres estadunidenses brancas, de classe média e alta, que queriam algo mais além de cuidar da casa e dos maridos, entretanto a autora mostra que há uma parcela esmagadora de mulheres (não brancas e brancas pobres) mais preocupadas com a sobrevivência econômica, a discriminação étnica e racial entre outras problemáticas, e no período em que a obra foi escrita, mais de um terço de todas as mulheres estadunidenses estavam na força de trabalho. Nessa visão de feminismo negro e interseccional quem tem grande participação na discussão é a grande militante dos Panteras Negras e do Partido Comunista dos Estados Unidos, Ângela Davis que constrói seu discurso partindo do período da escravidão que desumanizou fortemente a mulher negra. Na visão de Davis (1944) nesse período as mulheres negras exerciam papéis além da trabalhadora doméstica, mas de forma numerosa nas lavouras pois em meados do século XIX, sete em cada oito pessoas escravizadas, tanto mulheres como homens, trabalhavam na lavoura. A questão do gênero não diminuía os açoites sofridos pelas escravizadas, mas sofriam ainda mais com estupros e abusos cabíveis às mulheres, como quando eram avaliadas por sua fertilidade sendo obrigadas a ter até dezenas de filhos sendo utilizadas também para a ampliação da força de trabalho escrava. Em suas obras a autora ainda aborda a interseccionalidade entre raça, classe e gênero.

Já no século XVII a concepção sobre as mulheres ainda estava ao redor do cristianismo, que relacionava as mulheres com um comportamento sexual, provocador e que, sendo filhas de Eva, são herdeiras do pecado original. No início das ideias protestantes lideradas por Lutero a religião passou a defender a alfabetização das mulheres, entretanto com o interesse de agregar fiéis e bem distante da intenção de igualdade para as mulheres, a partir desse movimento a igreja católica também passou a abordar uma conotação mais positiva às mulheres, valorizando como virtude sua capacidade de procriação (NUNES, 2000). Foi crucial realizar essa breve linha histórica dos pensamentos feministas e concepção da mulher ao longo das décadas para compreender o que pode ser feito daqui em diante, com novos desafios sobre a participação efetiva das mulheres, uma luta que ainda está distante do fim.

4.1.5 Ecofeminismo

Ao longo dos tempos a discussão ambiental tem ficado restrita aos campos das ciências naturais, manifestando como a degradação ambiental tem acontecido de forma desgarrada e à luz do dia, esses impactos são sentidos pela própria população e de forma transgeracional, tornando-se um problema também social. A partir dessa narrativa nasce o Ecofeminismo, acreditando que a exploração da natureza vem uma origem em comum com a exploração das mulheres, o patriarcado. Segundo obras da ativista indiana Vandana Shiva, Ecofeministas buscam um mundo mais equânime para todas as pessoas e formas de vida, onde mulheres e homens são reconhecidos igualmente em sociedade, e há uma digna valorização da natureza (BEZERRA, 2020). Segundo Emma (2000) Ecofeminismo pode ser definido como uma corrente de pensamento que busca conectar a dominação da natureza e a dominação das mulheres, esse viés busca trazer para o ambientalismo um olhar além daquilo que a natureza produz, digamos assim, mas o papel social de quem contribui e influência na natureza assim como o papel da mulher nesses sistemas produtivos e a subalternidade das mulheres rurais. O Ecofeminismo busca, por fim, tratar a questão ambiental de modo interseccional, com a voz política feminista. Há diversas correntes ecofeministas e trago o pensamento de Stacy Alaimo, Karla Armbruster e outras que têm um olhar essencialista e eco crítico, com o entendimento de que as mulheres, assim como a natureza são socialmente construídas, e partindo daí, devemos reaprender a compreendê-las de outra maneira (BRANDÃO, 2020).

A visão ecofeminista conecta-se com esta dissertação quando se propõe a estudar as mulheres subalternizadas e marginalizadas, também na compreensão de como as mulheres entrevistadas se sentem diante da sociedade e como mulheres em si. Portanto torna-se necessário trazer esse conceito para colaborar com a problematização das questões que envolvem as mulheres beneficiadas com o Empreenda Mulher.

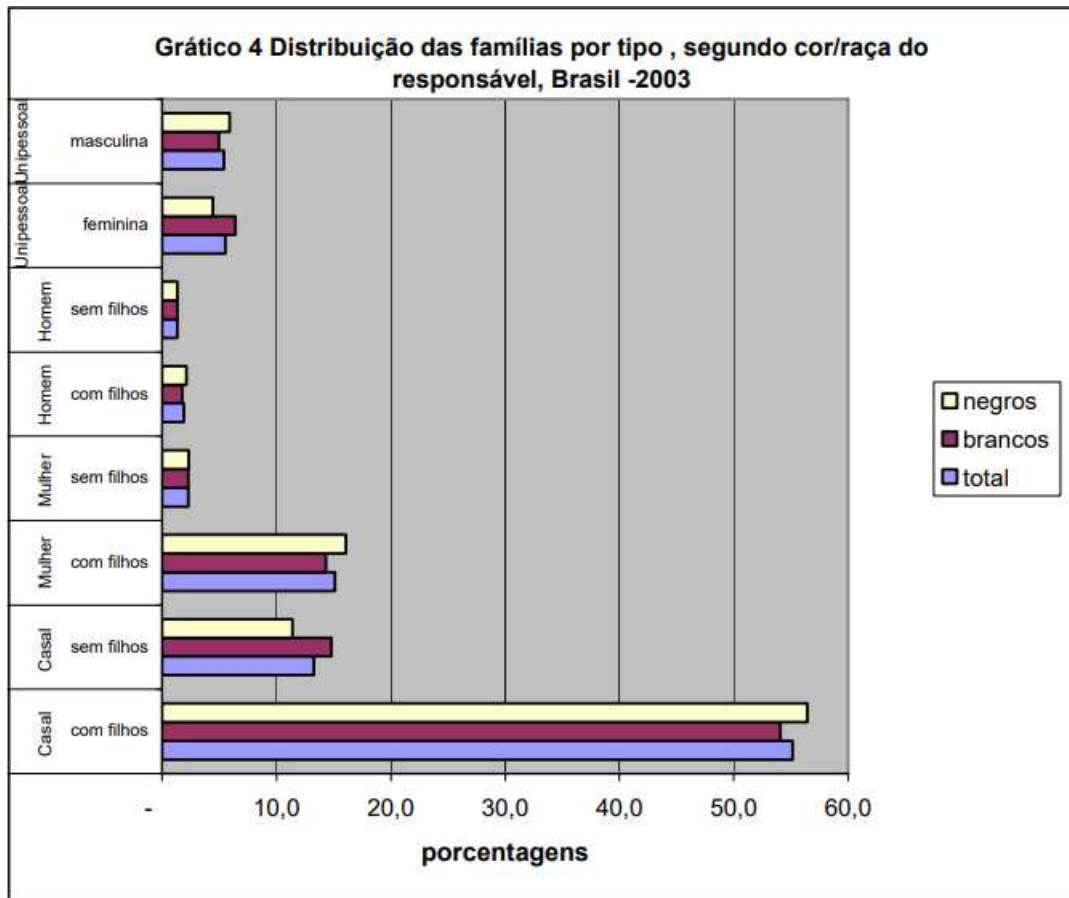
4.2 A mulher negra brasileira

Para retratar a mulher negra brasileira é importante iniciar falando sobre o racismo, como um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade, sendo manifestado por ela culturalmente dentro da sua rotina e não como um fenômeno anormal ou patológico, está portanto no dia a dia e em todo lugar, moldando a desigualdade presente na vida, sendo conceituado como uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento (ALMEIDA, 2019). Para dialogar sobre o racismo é fundamental relacioná-lo com o racismo, tal sistema tem beneficiado em diversos âmbitos a população branca enquanto a

negra é vista como mercadoria sem acesso a direitos e cidadania, sendo uma estrutura de opressão sistêmica que nega direitos, e não somente uma ação individual (RIBEIRO, 2019). Uma das características do racismo é a maneira pelo qual ele sintetiza uma população em uma imagem fixa (como quando generalizam a população africana – que é um continente mas é tratada como um país só com as mesmas características) enquanto os brancos são representados em sua diversidade, como em uma foto publicitária que se coloca um negro e um oriental no meio de vários brancos, somente para fingir diversidade, continuando a excluir minorias (CARNEIRO, 2011). Mas trata-se de minorias políticas, pois as mulheres, por exemplo, são maioria na população, mas minoritárias em diversos espaços de poder. Embora tenha sido historicamente excluída da política, as mulheres negras são as pioneiras na criação de projetos e experiências para a igualdade e liberdade, sendo a prática feministas intrinsecamente negra (XAVIER, 2017).

Em superação aos desafios apresentados acima, há uma narrativa que defende a sociedade brasileira como superracial, entretanto ignora a realidade da população negra marginal, como afirma Lélia Gonzalez (2020) , o mito da democracia racial. Os negros brasileiros e principalmente, as mulheres negras perdem mais filhos para doenças, má nutrição e morrem mais cedo, ganham menos do que os brasileiros brancos estando no mesmo nível de escolaridade, experiência profissional e condições de moradia (REICHMANN, 1995). No Brasil, ao trazer a negritude para o debate do movimento de mulheres, demarca-se o peso que a questão racial tem na construção de políticas demográficas, e inclui a raça nas formas de violência contra a mulher além da presença em outras áreas da política pública como saúde e mercado de trabalho (CARNEIRO, 2013). Nessa construção da mulher negra deve-se falar sobre a estrutura familiar, no gráfico 1 abaixo são apresentadas as composições familiares divididas por raça.

Gráfico 1 - Composição familiar por raça



Fonte: Retrato das Desigualdades Gênero e Raça (2003)

Entre outras informações é possível notar ao analisar o gráfico que na composição “mulher com filhos” há maior presença da mulher negra, enquanto os “homens com filhos” tem uma participação mínima, tornando as mulheres negras mais vulneráveis ao risco social por assumirem sozinhas a responsabilidade de provedora familiar.

4.2.1 A força de trabalho da mulher negra periférica

Durante o período escravocrata a população negra e indígena era vista como propriedade e objeto de trabalho, sendo exploradas pelo lucro de forma incansável. As mulheres negras além do trabalho braçal tinham a função de procriar e gerar novas forças de trabalho (DAVIS, 1944). Após a abolição da escravatura em 1888 iniciou-se uma grande marginalização urbana dos trabalhadores(as) negros(as), onde eles saíram das fazendas e passaram a ocupar morros e guetos e a sociedade branca que por sua vez enriquecia com o trabalho escravo, passou a achar inadequado que o negro ocupasse os novos postos de emprego como trabalhadores livres. Foi vivenciada então a “grande imigração” baseada na superioridade branca que visava ocupar esses novos postos de trabalho e combater o grande perigo do Brasil não ser um país “civilizado” devido novos espaços que negros, índios e mestiços vinham ocupando. Então as possibilidades de ascensão dessa população ficaram restritas basicamente ao entretenimento, as mulheres como um corpo super explorado (quando se encaixava nos padrões) e os homens muitas vezes no futebol ou música popular (mas também sem grandes destaques) mas claro, “o negro sempre conhecendo o seu lugar” (GONZALEZ, 2020). É perceptível como não há tantas mudanças no mundo de hoje para a população negra, que permanece marginalizada. A discriminação racial é concreta e vai desde o salário até os problemas estruturais da família. A mulher negra, enquanto trabalhadora, continua a desempenhar as funções modernas de escrava de eito e mucama, como doméstica e escrava de ganho, nas funções de servente e vendedora ambulante. Como escrava de eito, foi utilizada nas plantações para enriquecer o sistema econômico e como mucama, utilizada para o lazer e bem-estar dos seus senhores.

No imaginário social em geral a força de trabalho da mulher é vista como complementar, quando o homem não consegue sustentar a família com somente a sua renda. Portanto parte do pressuposto do homem como principal provedor, sendo uma ocupação eventual e instável. É nesse contexto ilusório em que a força de trabalho feminina é colocada como secundária e, portanto, passa a ocupar espaços específicos (HIRATA; SEGNINI, 2007). Para contrapor essa ilusão que as mulheres trabalham menos, Wolf (2018) argumenta que em algumas sociedades modernas tribais as mulheres produzem cerca de 80% dos alimentos necessários para sobrevivência da tribo, enquanto os homens produzem os demais 20%, durante o sistema fabril no século XIX, “as mulheres eram universalmente forçadas a trabalhar mais e

receber menos”. Wolf também aponta dados do Instituto Humphrey de Questões Públicas, que “embora as mulheres sejam 50% da população mundial, elas cumprem quase dois terços do total das horas de trabalho, recebem apenas um décimo da renda mundial e possuem menos de 1% das propriedades” (WOLF, 2018, p. 38).

A maior concentração da força de trabalho feminina está presente nos setores de prestação de serviços e comércio, como empregadas domésticas, professoras, enfermeiras e balconistas. Fazendo o recorte racial, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 1976), 69% das mulheres negras trabalham na agricultura e na prestação de serviços, enquanto as atividades sociais e o comércio absorviam principalmente as mulheres brancas (30% para 16% de negras). Nas categorias de ocupação, 87% das trabalhadoras negras exercem ocupações manuais, ou seja, atuam nos setores ou subsetores de menor crédito, remuneração e 60% delas não têm carteira assinada, grande parte como autônomas, por exemplo. (GONZALEZ, 2020). E assim permanecem no setor mais explorado e oprimido da sociedade, sofrendo tríplice discriminação (social, racial e sexual). As ocupações manuais e subsetores onde a mulher negra se concentra atualmente é o conhecido mercado informal, que é muitas vezes precarizado.

A Pesquisa Estatística de Gênero realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em 2019 aponta o grande impacto que a vida familiar causa no trabalho das mulheres, o estudo mostrou que entre as mulheres de 25 e 49 com crianças de até 3 anos de idade que trabalham é de 54,6% enquanto os homens nessa mesma situação são de 89,2%. Uma das razões apontadas para as mulheres deixarem o trabalho em detrimento aos homens é que sua renda é menor (BARCELLOS, 2021). A força de trabalho das mulheres é secundarizada há décadas, com raízes profundas de desigualdade, portanto são necessárias políticas públicas amplas para conseguir reduzir ou minimizar o impacto dessa desigualdade hoje e para as próximas gerações.

4.2.2 A feminização da pobreza

No modo de produção capitalista os trabalhadores devem vender sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência, mas o advento da tecnologia tem reduzido os postos de trabalho e concentrado a riqueza nas mãos de poucos, deixando uma grande parcela da população fora desse dito desenvolvimento e alimentando uma pobreza crônica (SANTOS; ARCOVERDE, 2011). E a cada período que atravessamos, como a revolução industrial, a

população passa a ser cada vez mais marginalizada. Os empregos vão se modificando e vai se tornando cada vez mais complexo garantir a ocupação das pessoas, e essa marginalização ocorre com essa ausência de empregos, mas também quando uma parcela não consegue ter acesso às tecnologias. Na realidade brasileira, segundo Simon Schwartzman (2004) é complexo medir a pobreza no Brasil uma vez que somente considerar renda, não necessariamente é garantia das necessidades básicas atendidas. O Banco Mundial utiliza como limite da pobreza o valor de um dólar por dia, mas esse é um indicador turvo, ainda segundo o autor, sendo necessário realizar estudos em profundidade sobre as realidades de cada território. O conceito de pobreza pode ser relativo quanto a quais bens são indispensáveis para sobreviver em determinado território, em uma comunidade pobre o indispensável pode ser mais básico, entretanto numa sociedade mais abastada, esses bens podem ser mais complexos (KAGEYAMA, HOFFMANN, 2016) e segundo Sen (1983) a qualidade de vida não se mede só pela posse dos bens, nem por suas utilidades, mas nas capacidades dos indivíduos em utilizar esses bens para obter satisfação e felicidade.

A política pode ser o resultado de interações entre diferentes grupos que formam o centro de uma discussão estruturada em torno de um aparelho, que chamamos de Estado. Estabelecer esse conceito não o isenta de controvérsias que revelam de cada participante, visões diferentes de mundo (MELAZZO, 2010). Cada política pública é também uma decisão política, que deverá combinar as visões desses diferentes grupos, que podem ou não ser os beneficiados, ou seja, podem ter uma visão turva sobre o seu real impacto.

Segundo Jannuzzi (2021), também a avaliação de políticas públicas está longe de ser considerada neutra mas é o resultado de discussões orientadas por valores e visões de diferentes agentes. Isso posto, quando os estudos, soluções e avaliações pensadas no combate à pobreza majoritariamente acatam uma posição neutra no sentido de gênero, é intrínseco como refletem um olhar do ponto de vista masculino, isso se deve também em razão das políticas serem conduzidas predominantemente por homens. Portanto, pode-se considerar que não existe neutralidade em políticas públicas e até na criação de qualquer “produto”, pois as soluções sempre são criadas para alguém sob a perspectiva de um outro alguém. Essa é também a importância de

adotar métodos não convencionais ao avaliar políticas públicas, para que se tenha um olhar mais amplo e interseccional.

Essa pobreza tem um rosto, de acordo com a pesquisa Sínteses dos Indicadores Sociais (SIS), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2019) as mulheres negras e pardas formam o maior grupo entre os pobres. Embora representem 28,7% da população total, mas 38,1% são pobres e 39,8% dos extremamente pobres. A incidência de pobreza também é maior nas famílias formadas apenas pelas mulheres negras ou pardas, sem companheiro, e com filhos menores de 14 anos (TRISOTTO, 2020). A estratégia central para a superação a pobreza no Brasil deve ser o trabalho digno, sendo necessário conhecer as condições de inserção de negros e mulheres no mercado de trabalho pois esses grupos enfrentam uma situação de desvantagem tanto em relação ao acesso como à qualidade do emprego, cada grupo com sua particularidade (GRPE, 2006). Com as informações acima é possível reconhecer o rosto, o gênero e a cor da pobreza no Brasil sendo o trabalho o caminho para a sua superação.

Segundo Oliveira (2019), as discriminações no mundo do trabalho afetam também os homens, mas trazem mais danos proporcionalmente para as mulheres trabalhadoras pois acumulam mais funções, principalmente atividades domésticas não remuneradas que limitam seu tempo de trabalho externo, sendo necessário realizá-lo em tempo parcial, geralmente em vagas precárias e mal remuneradas. Em visto disso, as políticas de microcrédito estão diretamente relacionadas com essas tentativas de dar uma saída a esse público, entretanto não se pode afirmar que é suficiente para a superação da pobreza, uma vez que se apresenta como uma alternativa dentre as muitas que são necessárias para buscar reduzir um problema público extremamente complexo como a feminização da pobreza.

4.3 Economia Solidária

Está no cerne das economias capitalistas o processo de exclusão e desemprego em massa, por isso, há a necessidade de novas alternativas de iniciativas associativistas e cooperativas formando o conceito de economia solidária, como “outra forma” de fazer economia (SANTOS, 2010). A Economia Solidária se apresenta como uma solução, mas é importante conhecer dentro de qual problemática ela está inserida. Segundo Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) a consolidação do sistema capitalista no mundo está diretamente relacionada com a invasão e a dominação dos territórios latino-americanos, que vem acompanhada de uma imposição de modelo de vida “padrão-ouro” que modifica

intrinsecamente as culturas locais, essa figura ideal é ilustrada frequentemente por homens branco, patriarcal, heterossexual, cristão e proprietário. Um modelo que deixa de fora muitas características locais e sujeitos com suas diversidades, a exemplo, as mulheres (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). As revoluções inglesa, americana e francesa contribuíram fortemente para a reorganização do mundo, travando uma agressiva transição das sociedades feudais para o capitalismo, trazendo consigo a filosofia de homem universal como fundamental e único caminho para o sucesso da civilização. Essa grande civilização foi então levada para outros locais do mundo que não conheciam o brilhantismo desse desenvolvimento, sendo chamados de primitivos. Esse processo de expansão levou destruição e apropriação para diversos territórios, sendo chamado de colonialismo (ALMEIDA, 2019).

Nesse processo de colonialismo está o capitalismo, que é o sistema econômico-social dominante globalmente e entre suas premissas está a concorrência, afirmando que todos os produtos devem ser vendidos em diversos locais e tudo deve estar em disputa onde há vencedores e perdedores, teoricamente, para oferecer o melhor aos consumidores. Mas na prática, as maiores lucram cada vez mais e conseguem expandir, deixando os negócios locais à míngua (SINGER, 2002). Esse conceito pode ser aplicado não somente aos negócios, mas aos sistemas educacionais e às próprias pessoas, onde quem tem mais recursos se sobressai enquanto a população paupérrima vive à margem da sociedade. Ainda segundo Singer (2002) nesse sistema de competição os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens nas competições futuras, esses fatores explicam por que o capitalismo produz desigualdades crescentes e quem fica por último só acumula dívidas, pagam juros mais altos proporcionalmente e desempregados, cada dia que tem menos chances de serem empregados. Portanto, nesse sentido, a pobreza vai se tornando secular em uma família, atravessando gerações, até que algo nesse círculo vicioso mude, como a aplicação de políticas públicas afirmativas e de combate à pobreza. Segundo Frazer e Jaeggi (2020) afirmam que subordinação de gênero e de raça, imperialismo e dominação política assim como depredação ecológica, são características estruturais inerentes à sociedade capitalista.

A partir do contexto acima trago o conceito de Economia Solidária, que segundo o Atlas da Economia Solidária no Brasil pode ser compreendida as atividades econômicas - de produção, distribuição, consumo, prestação de serviços, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores(as) de forma coletiva e autogestionária (ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL, 2009 – PAG. 17). A economia solidária se fortaleceu como política pública a partir da realização do I Fórum Social Mundial (FSM), que através do seu grupo de trabalho realizou outros encontros para discutir o tema até que em 2003 nasceu a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) que conforme decisão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, tem como objetivo viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária nacionalmente, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário (CARVALHO, 2011). O conceito de economia solidária está conectado diretamente com as políticas de microcrédito, que por sua vez também possuem o objetivo de incentivar os pequenos negócios e o desenvolvimento local.

Outro importante conceito para conectar o microcrédito e a economia solidária é o cooperativismo. Durante o período da revolução industrial na Europa houve iniciativas em buscaram a “humanização do capitalismo” um dos mais conhecidos é Robert Owen (1771 – 1858) que desenvolveu ações de reforma social através da associação comunitária, quando montou uma fiação no centro de uma comunidade operária e abriu serviços comunitários de educação, saúde e assistência social, nesse sentido a comunidade passou a se autogerir, no lugar de dinheiro circulavam vales correspondentes ao número de horas trabalhadas. Promoveu também outras iniciativas, como uniões sindicais, escreveu livros e se denominou socialista (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2016). Ainda segundo o Portal do Cooperativismo Financeiro, as iniciativas de Owen tornaram seus empregados ainda mais engajados, e conseqüentemente seus negócios mais lucrativos, após ele outros atuaram na causa, como William King, Herman Schultze, Friedrich Raiffeisen, Charles Gide, Luigi Luzzatti, Alphonse Desjardins, Edward Filene, Roy Bergengren, Theodor Amstadt e como precursora brasileira, temos Maria Thereza Teixeira Mendes, fundadora da primeira Cooperativa de Crédito Mútuo do Brasil.

A partir do contexto apresentado acredito que as políticas de microcrédito que podem aprender muito com as iniciativas de economia solidária, uma vez que praticam a autogestão com participação democrática dos seus membros, ampliando seus benefícios para além do indivíduo beneficiado, mas toda a comunidade ao redor.

4.4 O que são Políticas Públicas

Pode-se afirmar que as políticas públicas hoje são estão entre os mecanismos mais concretos que a população consegue perceber a atuação do estado, pois elas estão presentes em nosso dia a dia como os meios de transporte, mas também possuem influenciar a nossa vida de forma mais profunda como com as políticas de educação.

É importante situar em que momento histórico – social essas políticas públicas estão sendo formuladas e implementadas. Hoje vivemos um cenário de expansão do neoliberalismo, que segundo Moraes (2002) o neoliberalismo econômico valoriza o mercado como propulsor da riqueza, eficiência e justiça sendo a intervenção estatal apenas tolerada que nessa visão distorce o belo e criativo mundo do livre mercado (MORAES, 2002). Esse modelo econômico se expandiu nos anos 1970 e 1980 na Inglaterra, na Alemanha e nos Estados Unidos, e foi imposto em alguns países da América Latina, como Argentina, Chile, México e o Brasil. No Brasil, está mais fortemente presente a partir dos anos 80 com novos governos pós-ditaduras inclinados a seguir agendas impostas pelo Fundo Monetário Internacional - FMI e Banco Mundial (OLIVEIRA, 2011). Esse modelo foi crescendo dentro dos governos e é refletido nas políticas públicas aplicadas desde então. Trago abaixo o conceito de política pública e de problema público, sendo essencial conhecer o contexto acima e os conceitos abaixo para em seguida aprofundar-se nas políticas públicas para mulheres e no objeto dessa pesquisa, o microcrédito.

4.4.1 O conceito de política pública

Conceituar políticas públicas requer entender a diferença entre politics e policy. Politics é uma atividade humana que é utilizada para coordenar os recursos necessários para o exercício do poder sobre o ser humano, comumente entendemos como o embate de interesses e sua mediação. Policy significa as orientações para determinadas ações e estão presentes nas instituições para definir quais atitudes devem ser tomadas diante de tais situações, como por exemplo uma política de direitos humanos, são as diretrizes sobre determinado assunto.

Políticas públicas é o conteúdo concreto dessas policies e fruto das decisões políticas. O objetivo da política pública deve ser então resolver um problema público, ou seja, o que a sociedade entende como relevante para todas as pessoas ou um conjunto dela (SECCHI, 2015). Entretanto esse conceito não é uma unanimidade, há diversas visões.

Segundo Álvaro Chrispino (2016), o significado de política pública é repleto de inúmeras variáveis como valores, ideologias e contextos que podem variar de acordo com quem está formulando, mas conhecer a origem e a ontologia da área de conhecimento que estamos estudando é crucial para compreender o seu desenvolvimento.

A avaliação de políticas públicas pode ser caracterizada por um estudo crítico, pode buscar uma relação de causa e efeitos entre a teoria estabelecida, a sua prática e os resultados gerados (CHRISPINO, 2016). Nessa dissertação foi realizada a avaliação da política pública Empreenda Mulher, a análise de como ela foi desenvolvida e os seus objetivos, posteriormente foi identificado como ela impactou uma parcela das beneficiadas.

4.4.2 O problema público

Na construção das políticas públicas um dos primeiros passos é ter um nítido conhecimento sobre o problema público no qual ela se propõe a solucionar. A situação torna-se um problema público quando é assunto de conflitos, de controvérsia, de debate de opiniões no espaço público, requerendo ser tratada pela ação coletiva dos poderes públicos, das instituições ou dos movimentos sociais (GUSFIELD, 1981). De forma contemporânea pode-se dar como exemplos de problemas públicos: Acesso à educação de qualidade, moradia, saneamento básico, desemprego, seguridade social, insegurança urbana, violências, evasão escolar, exploração infantil, trabalhos análogos a escravidão, imigração clandestina, o impacto das grandes indústrias nas comunidades, a destinação de resíduos, a questão climática e centenas de exemplos com tudo aquilo que é problema aos olhos de toda ou de boa parte da população do país.

A partir do que foi apresentado, estabeleço aqui a inserção das mulheres no mercado de trabalho, a autonomia feminina e o desenvolvimento pessoal como problemas sociais a serem trabalhados através de políticas públicas, como no caso, o microcrédito.

4.5 Políticas Públicas para mulheres

Para iniciar o capítulo sobre política pública para mulheres trago qual a participação política das mulheres na América Latina no maior cargo executivo, a presidência. Trazendo a realidade do Brasil, Argentina e Chile após a redemocratização tivemos três mulheres eleitas para presidência da república: Dilma Rousseff, Michelle Bachelet e Cristina Kirchner. Dilma sofreu golpe com dois anos de mandato e foi deposta, Kirchner saiu do governo sob gravíssimas acusações e Bachelet até conseguiu terminar seu mandato em 2018 lidando com as oposições (BLAY; AVELAR; RANGEL, 2019). A partir do relato acima do desafio em manter as mulheres no poder é possível perceber a urgência de políticas que insistam na participação ativa das mulheres na sociedade. Por volta de 1980, logo após surgirem as primeiras delegacias da mulher, as publicações feministas relataram uma mulher universal. O estado, por sua vez, desenvolvia e avaliava as políticas públicas baseadas nessas referências que não reconheciam toda a interseccionalidade das mulheres (AKOTIRENE, 2020). Entretanto, é crucial compreendermos as mulheres negras na diversidade de gênero, sexualidade, classes, geografias e marcações subjetivas.

4.5.1 Trajetória das políticas públicas para mulheres no século XXI

Foi lançado em 2005 o Plano Nacional de Políticas para Mulheres através da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres na presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, tendo como objetivo a formulação, coordenação e articulação de políticas que promovam a igualdade entre mulheres e homens. A construção do plano se deu através da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres que reuniu cerca de 120 mil mulheres em sua construção, reunindo os seguintes pontos principais: igualdade e respeito à diversidade, equidade, autonomia das mulheres, laicidade do estado, universalidade das políticas, justiça social, transparência dos atos públicos, participação e controle social como proteção aos direitos humanos das mulheres e meninas. O plano prevê, entre outras medidas, a inclusão de recursos nos planos plurianuais, leis de diretrizes orçamentárias e leis orçamentárias anuais para implementação de políticas públicas para as mulheres. Inclui também o fornecimento de subsídios para a formulação e implementação de políticas públicas de saúde, previdência social, trabalho, educação e cultura, que levem em consideração a realidade urbana e rural também das populações indígenas e afro-brasileiras.

Logo depois essa secretaria foi transformada em Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) através da medida provisória nº 103 de 2003. Segundo o blog Blogueiras Feministas este tem sido um importante instrumento de garantia aos direitos das mulheres no

Brasil. Em 2011 a SPM se tornou um ministério expandindo suas ações. Ao longo desse tempo houve conquistas como a Lei Maria da Penha em 2007 de combate à violência doméstica no Brasil e dentro de programas nacionais como Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida, as mulheres possuem prioridade. Outro programa importante nos direitos das mulheres é o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), principal política do governo Dilma, inclui no conjunto de investimentos a construção de novas creches. Sobre a destinação de recursos federais para políticas públicas para as mulheres em 2001 era de R\$5 milhões e em 2012 foi de R\$51 milhões. Outras áreas como saúde, educação, trabalho, participação política e seguridade social também foram trabalhadas pela SPM (BRITO, 2013).

Em 2016 o ministério das mulheres foi extinto durante a presidência de Michel Temer, outros ministérios como o da Juventude e dos Direitos Humanos também foram extintos e ao longo dos 2 anos seguintes a pauta passou por diversas mudanças de gestão e orientação estratégica (CHAGAS, 2018). A partir da trajetória apresentada é possível perceber que houve uma descontinuidade das políticas orientadas às mulheres no Brasil, que impacta diretamente no desenvolvimento a longo prazo das mulheres e famílias beneficiadas.

4.5.2 Promoção das liberdades para tornar as mulheres agentes de sua vida

Posiciono aqui o termo liberdade, com uma conotação diferente da liberdade injusta atualmente parceira do conceito de meritocracia, mas liberdade como sinônimo de acesso. Para se ter uma plena liberdade, é necessário ter acesso igualitário às oportunidades para construir sua vida dignamente. Um dos que seguem essa primeira conotação de liberdade que citei é Adam Smith, considerado o pai do liberalismo, para ele o progresso é possível quando os seres humanos possuem liberdade de agir segundo seus desejos e interesses e que seria inerente ao ser humano agir para o crescimento econômico e define as sociedades mais industrializadas como sinônimo de sucesso, que torna possível a acumulação de capital, riqueza, especialização, a divisão do trabalho e a troca de produtos (SCHWARTZMAN, 2004). Entretanto, existem outras visões sobre desenvolvimento e liberdade. Segundo o economista e ganhador do prêmio Nobel da Paz, Amartya Sen, o desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. A liberdade deve incluir a capacidade de evitar privações como fome, ausência de educação, participação política, liberdade de expressão etc. Essas liberdades e direitos também podem contribuir muito eficazmente para o progresso econômico, não como objetivo central, mas como consequência e um meio de alcançá-la, se conectando com diversas liberdades. Ou seja, a liberdade é um meio para o desenvolvimento.

Retratando Amartya Sen (2010), vamos falar sobre os 05 (cinco) tipos de liberdades, onde todas são importantes e interdependentes. A primeira delas é a Liberdade Política, é a oportunidade que as pessoas têm para determinar quem deve governar, possibilitando fiscalizar e criticar seus gestores com equidade. Em segundo, a Liberdade de Facilitação Econômica é a oportunidade de usar seus recursos disponíveis, relacionar -se com o mercado, o acesso às oportunidades de conquista de novos recursos através de uma forma de distribuição equitativa. Assim como a disponibilidade de financiamento que deve garantir seu pleno acesso, é a forma como o estado pode assegurar recursos para a sociedade. Terceiro temos as Oportunidades Sociais, que é a disponibilidade de acesso nas áreas de educação, saúde, segurança e outros. Em quarto, temos as Garantias de Transparência, onde nossos acordos sociais devem ser realizados com nítida exposição de suas características e consequência, podemos tomar como exemplo acordos que acontecem nas áreas rurais de grandes fazendeiros com acesso ao estudo aos pequenos agricultores muitas vezes sem alfabetização, o estado deve mediar, para prover justiça e transparência nesses acordos. Outro exemplo em nosso dia a dia são os portais da transparência do governo, que devem fornecer não somente os dados brutos, mas simplificadas em informações para haver entendimento nítido por parte da população. Em quinto temos a Segurança Protetora onde o estado deve impedir o pauperismo absoluto, ou seja, a miséria abjeta com os direitos mínimos à sociedade, como por exemplo benefícios aos desempregados, alimentação básica para todos (SEN, 2010).

Conhecendo essas formas de liberdades vitais, é necessário conectá-las com as políticas públicas de desenvolvimento para garantir que as mulheres tenham condições de atuar na sociedade de forma igualitária e justa. Garantir essas liberdades dentro do capitalismo é um grande desafio, por ser um sistema essencialmente excludente, entretanto devemos desenvolver mecanismos para oferecer oportunidades para todas as mulheres, sendo necessário estar atento a sua diversidade e interseccionalidade.

Quando uma mulher consegue atingir esse nível de acesso, conhecimento sobre sua realidade e liberdade conforme citado acima pode-se dizer que é empoderada, embora não completamente, pois segundo Berth (2019), ter poder é algo coletivo. É quando indivíduos e grupos reconhecem seu valor, conhecem a si mesmos, suas origens, habilidades e compreendem sua posição social e política. Mas esse empoderamento é incompleto quando ele acontece com alguém individualmente, sem legitimidade de seu grupo. Por exemplo, a polícia possui o poder de tirar a liberdade de um cidadão, pois alguém lhe permitiu isso e o legitimou. Por isso as políticas públicas de empoderamento para mulheres devem considerar a mulher como ser coletivo e não individualizado, analisando todas as suas especificidades. De acordo

com Sardenberg (2012) empoderamento é reconhecer as forças que te oprimem e realizar atividades que questionam essas relações de poder, principalmente indivíduos que têm seu acesso limitado a sua condição social, cor, religião ou outras individualidades. Nesse sentido, Collins (2000) afirma que o empoderamento está na autodefinição e autoavaliação, quando se desafia as imagens estereotipadas de si desenhadas por outrem, sendo um movimento interno em que se toma consciência de si, passando a definir estratégias de combate principalmente às práticas de dominação. Portanto, o empoderamento, a liberdade e autonomia formam conceitos essenciais nesse processo de independência das mulheres.

4.6 Política Pública de Microcrédito

Diante de todos os desafios apresentados anteriormente, como a superação da pobreza e a desigualdade do mundo do trabalho, o microcrédito está entre as políticas que podem ser uma aliada na redução desses problemas colossais. O microcrédito é uma atividade de distribuição de renda voltada a microempreendedores com o objetivo de apoiar o desenvolvimento inclusivo, a superação da pobreza, a garantia do trabalho, e a garantia da renda (SAMPAIO, 2016). O conceito de microcrédito tem sido interpretado e aplicado de diversas formas no mundo inteiro a depender da ideologia e visão das instituições que o aplicam. Ele pode ter um viés pró liberal, que visa a lucratividade como premissa básica, ou com o objetivo de desenvolvimento local e potencialização dos pequenos negócios, aliados aos conceitos de cooperação e economia solidária. Portanto, é um tema polêmico entre os estudiosos e agentes formuladores, carregando diversos adjetivos.

Essa atividade tem se expandido no mundo inteiro e no Brasil tornou-se uma política pública, tem como público principal a população de baixa renda, sendo uma saída para quem muitas vezes está fora do mercado de trabalho formal por diversas razões, seja uma mulher que é despedida após a gravidez, ou alguém que perdeu seu emprego para uma máquina, as causas do desemprego são muitas, mas o microcrédito busca promover a reinserção desses cidadãos. O Microcrédito, portanto, enquadra-se também como uma política de fomento ao trabalho, Tiburi (2018) classifica o trabalho como um problema de gênero, pois desde o nascimento pois está sentenciada a servir aos outros além do trabalho remunerado escolhido por ela, mas também nos deveres domésticos por ser uma mulher. O mundo capitalista contemporâneo é marcado por teorias neoliberais, globalização e a cada dia surgem novas tecnologias que contribuem com a exclusão social e o desemprego, uma grande parcela

dessa população não consegue se recolocar no mercado de trabalho formal e muito encontram no microcrédito essa saída.

De acordo com Fraser (2006), para que haja justiça é necessário haver redistribuição e reconhecimento, existindo diversas injustiças, como a cultural caracterizada pela dominação cultural, o ocultamento de certa população em práticas de representação e o desrespeito com a difamação rotineira. Existe também a injustiça econômica, onde acredito que as políticas de Microcrédito se enquadrem como proposta de superação, descrita como a exploração do trabalho, a marginalização econômica em subempregos e a privação de não ter acesso a um padrão de vida digno.

Nesse subcapítulo apresento a origem do microcrédito e algumas iniciativas aplicadas no Brasil.

4.6.1 O nascimento do Microcrédito

O microcrédito deve ir aonde o pobre está! É o que diz Robinson Borges na revista Valor Econômico. Os programas de microcrédito consistem em oferecer empréstimos para públicos de baixa renda, com pequenos valores e juros descomplicados frente ao sistema bancário convencional. A iniciativa nasceu com Muhammad Yunus, ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 2006, e é o pai do microcrédito e dos negócios sociais.

O Professor Yunus nasceu em 1940 em Bangladesh, país localizado no sul da Ásia, a leste da Índia, e sua capital, Daca, é uma das maiores cidades do mundo, com cerca de 19 milhões de pessoas e em sua maioria empregadas no meio rural. Dentro do país, a religião exerce papel imprescindível nos costumes e tradições com quase 90% de islâmicos e 10% hinduístas. Dentro desse contexto, ele estudou com bolsa nos EUA e ao retornar, tornou-se presidente do Departamento de Economia da Universidade de Chittagong, cidade em Bangladesh que é um centro industrial de grande relevância no país (GUITARRARA, 2022).

O microcrédito nasceu com a ideia de prover pequenos empréstimos para pessoas pobres, mas sem as exigências comuns dos bancos comerciais, criou-se assim o Grameen Bank e em 1983 tornou-se referência no crédito para pessoas de baixa renda e principalmente mulheres na zona rural de Bangladesh, hoje conta com 8,4 milhões de beneficiários, sendo 97% mulheres. Em 2006, o professor Yunus e o Grameen Bank receberam o Prêmio Nobel da Paz (YUNUS, 2022).

O “banco dos pobres” é a forma como são chamadas essas iniciativas que funcionam com o objetivo de financiar os meios de produção, ou seja, o crédito deve ser

utilizado para comprar matéria-prima, máquinas e equipamentos para fomentar o trabalho. Diferentemente dos bancos convencionais, que buscam garantias de seu investimento, portanto concedem empréstimos a partir do capital que alguém já possui, como um empresário que já possui uma fábrica e quer ter duas, portanto nesse modelo convencional só tem crédito quem já tem capital e só terá ainda mais posses. Acredito que esse modelo tradicional é essencialmente excludente, enquanto o microcrédito procura incluir quem mais precisa.

4.6.2 As políticas de Microcrédito no Brasil

O microcrédito chegou na América Latina na década de 1980, inicialmente no Peru, Chile e Bolívia. A iniciativa ganhou força no Brasil nesta década pois era um cenário de inflação elevada, baixo crescimento econômico, perda do poder de compra do consumidor e escassez do crédito e com essa situação cresceram as iniciativas de ONG's - organizações não governamentais e cooperativas que iniciaram os pequenos empréstimos. Os primeiros programas chegaram no Brasil com a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações nas cidades de Recife (PE) e Salvador (BA), com o Programa Uno, que atuou de 1973 a 1991, outras ong's importantes foram o Centro de Apoio aos pequenos empreendimentos Ana Terra (CEAPE\RS) e o Banco da Mulher contando com verba do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, IAF – Inter American Foundation e do Fundo das Nações Unidas para infância (UNICEF) caracterizando uma política pública com foco especialmente nas mulheres (SANTOS, 2009). Sobre o Programa Uno como precursor do Microcrédito era uma organização não governamental, atuava no formato de “aval moral” onde um grupo normalmente de três a cinco empreendedores são responsáveis pela adimplência do grupo, fomentando o associativismo com a criação de cooperativas, associações de artesãos e grupos de compra, sendo referência na expansão do microcrédito na América Latina (BARONE *et al*, 2002).

A partir dessas iniciativas pioneiras, por volta de 1990 surgiram os programas públicos em microcrédito: 1996 - Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP) criado pelo BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento; 1997 - Programa CrediAmigo criado pelo BNB - Banco do Nordeste e nos últimos vinte anos, Programa de Microcrédito da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (Badesc), o CredPop do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A (BDMG) e o Nosso Crédito do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes). Em 25 de abril de 2005, foi estabelecido o Programa Nacional de Microcrédito

Produtivo Orientado (PNMPO), por meio da Lei 11.110. Em 24 de agosto de 2011, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria e do PNMPO, o Governo Federal lançou o Programa Crescer (BNDES,2016).

O Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) foi criado pela Lei n. 11.110, de 25 de abril de 2005, com o objetivo principal de estimular a geração de trabalho e renda entre microempreendedores populares, mediante a disponibilização de fontes específicas de financiamento ao microcrédito produtivo orientado. Para subsidiar a coordenação do Programa, a Lei criou o Fórum Nacional de Microcrédito – com a participação de órgãos federais competentes e entidades representativas do setor, com o objetivo de promover o contínuo debate entre as entidades vinculadas ao segmento (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, 2016).

A metodologia do microcrédito possui algumas características como: Crédito Produtivo: Orientado a um determinado segmento, no caso, o microempreendedor informal; Ausência de garantias reais: Não há solicitação de bens para comprovar que consegue pagar o empréstimo; Crédito Orientado: Buscando atingir os pequenos negócios, deve ser acompanhado por um agente de crédito para assistir a implementação do valor; Adequado ao ciclo do negócio: Forma-se um círculo virtuoso onde o tomador de empréstimo pode solicitar crédito repetidas vezes de acordo com sua adimplência e Baixo custo de transação: A localização da instituição normalmente fica próxima ao local de trabalho dos microempreendedores para tornar mais simplificada e ágil a contratação (BARONE *et al*, 2002). Um programa implementado com todas essas características permite um impacto social positivo na comunidade em que atua, aumentando a renda das famílias, principalmente aquelas já excluídas do mercado formal e das normas dos bancos convencionais.

A política de microcrédito no mundo inteiro está inserida dentro de um sistema capitalista e no Brasil não é diferente, entretanto é implementada por atores considerados alternativos e diferentes dos bancos tradicionais como os citados acima, como os fundos de desenvolvimento, bancos locais e em São Paulo, por exemplo, pelo Banco do Povo.

4.6.3 As políticas de Microcrédito orientadas às mulheres no Brasil

Atualmente o Brasil possui diversas iniciativas que são ou se assemelham ao microcrédito, sendo importante destacar que nem todas elas são dedicadas às mulheres. Neste subcapítulo citarei aquelas orientadas especificamente às mulheres e que podem ser

encontradas em todo o país, entretanto irei citar as do nordeste do país, que é a região com maior número de políticas.

O Banco do Nordeste (BNB) hoje presente no Nordeste é uma das maiores instituições de apoio aos pequenos negócios e atua com o Crediamigo e Crediamigo Delas que tem como público-alvo empreendedoras com recurso direcionado a investimento e capital de giro com limite de financiamento de até R\$5mil podendo ser acessada através do site do BNB (BANCO DO NORDESTE,s.d).

Na cidade de Fortaleza existem duas iniciativas direcionadas ao microcrédito para mulheres, são elas: Nossas Guerreiras e Mulher Empreendedora.

O Projeto Mulher Empreendedora visa estimular o empreendedorismo feminino, possibilitando o acesso ao financiamento de máquinas, insumos e equipamentos, além de realizar capacitações e oferecer consultorias gerenciais. Este Projeto está estruturado para beneficiar e desenvolver as áreas menos favorecidas da cidade, dando prioridade aos empreendimentos localizados em bairros com menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH na cidade de Fortaleza (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2020). Essa e outras políticas de microcrédito podem ter como objetivo reduzir as desigualdades sociais com o aumento da renda e autonomia dessas mulheres.

O Projeto Nossas Guerreiras, implantado em 2021 com o lançamento do edital, tem como objetivo conceder crédito orientado para 17.000 (dezessete mil) mulheres, com treinamentos em gestão e orientação para a ampliação e implantação de negócios femininos em Fortaleza - Ceará, o programa é realizado através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE com valor de até R\$3.000,00 (três mil reais) por pessoa física tendo como público-alvo mulheres que queiram implantar seus negócios em bairros com menor Índice de Desenvolvimento Econômico - IDH, o programa busca como resultado apoiar as famílias matriarcais, fomentar o empreendedorismo criativo e inovador, elevar a taxa de sobrevivência dos pequenos empreendedores na cidade. Para participar do Nossas Guerreiras, as mulheres

devem ter participado também da capacitação “Como elaborar uma proposta de negócio”, realizada por meio do Programa Fortaleza Capacita, além de apresentar documentações que comprovem a hipossuficiência em renda (FORTALEZA DIGITAL, 2022).

O estado de Pernambuco conta com três iniciativas de microcrédito para mulheres: Programa Mulheres Empreendedoras, As Marias e o Programa Crédito Popular do Recife - Cred Pop.

Mulheres Empreendedoras realizada pelo Governo do Estado de Pernambuco, através da Agência de Empreendedorismo de Pernambuco (AGE) e da Secretaria da Mulher (SecMulher-PE) como estratégia de retomada na Pandemia do Coronavírus a partir de 2020, o programa nasceu em 2021. O objetivo do programa é estimular a cultura do empreendedorismo com concessão de crédito de até R\$20.000 (vinte mil reais) por pessoa beneficiada, com juros de 0,5% ao mês para pagamento. Entretanto o microcrédito está disponível apenas para aquelas que já tenham contratado algum microcrédito via Agência de Empreendedorismo de Pernambuco - AGE e tenham sido adimplentes. Segundo Márcio Stefanni, diretor-presidente da AGE: “As mulheres representam 65% das operações do Crédito Popular, nossa principal linha de microcrédito. Elas são, em regra, melhores pagadoras. Com a nova linha, queremos fortalecer os empreendimentos daquelas que já o contrataram, oferecendo um valor até quatro vezes maior, e incentivar sua formalização, para que acessem direitos como aposentadoria, auxílio-doença e salário-maternidade”.

O programa “As Marias” é outra iniciativa realizada pela organização Acreditar, está mudando a vida de cerca de 200 mulheres de Glória de Goitá, a grande missão é fazer da conquista do negócio próprio uma declaração de independência feminina. Desde 2009 a Acreditar beneficiou mais de nove mil empreendimentos, sendo 70% de mulheres, foi quando criamos o projeto As Marias, segundo Lilian Prado, a diretora e cofundadora da organização. A organização realiza análise dos projetos, apoia a criação do plano de negócios e orienta as futuras empresárias na fase de operacionalização. Entre os objetivos está o combate ao êxodo de trabalhadores do campo, pois atuam também nos municípios de Pombos, Gravatá e Lagoa de Itaenga, criando oportunidades para pessoas invisíveis (CORREIA, 2017).

O Programa Crédito Popular do Recife - Cred Pop foi implantado em 2021 como plano de recuperação no contexto de pandemia vivido no país. Segundo Isabella de Roldão, vice-prefeita do Recife “Mulheres, jovens, negros, pardos e pessoas com deficiência são prioridade no programa, com as mulheres tendo um maior destaque pois por natureza as mulheres são empreendedoras, basta ver como as donas de casa conseguem articular e cuidar de tanta coisa ao mesmo tempo, com um orçamento pequeno transformam tanta coisa”. O

crédito por ser de até R\$3.000 (três mil) com seleção feita através da AGE e sendo financiado pela própria Prefeitura da Cidade do Recife com juros de 0,99% ao mês. Um diferencial importante é que o programa não tem restrições a quem esteja negativado em serviços de proteção ao crédito (PREFEITURA DE RECIFE, 2021).

Em Salvador, a iniciativa Cred Salvador não é exclusiva para mulheres, mas é o perfil prioritário assim como no Cred Pop em Pernambuco, o Programa é realizado pela prefeitura de Salvador em parceria com a Nexoo (empresa do grupo Ame/Americanas) onde foram anunciados R\$10.000.000,00 (dez milhões) em microcrédito. O objetivo é promover a empregabilidade para a população com pouco acesso ao sistema financeiro convencional (REDAÇÃO LDNOTÍCIAS, 2021).

Essas iniciativas citadas não são as únicas nacionais, mas poderão ser estudadas para trazer referências em apoio ao estudo do Programa Empreenda Mulher na cidade de São Paulo.

4.6.4 As políticas de Microcrédito e a informalidade no Brasil

Até o momento foi discutida a política pública de Microcrédito como aliada na redução da pobreza, uma proposta para retirar da informalidade diversos trabalhadores marginalizados que não encontraram espaço no mercado de trabalho formal, para que tenham acesso a oportunidades de geração de renda e em programas mais consolidados, minimamente a seguridade social. Os trabalhos informais existem principalmente pelas dificuldades de absorção dos indivíduos economicamente ativos nos postos de trabalho de formais de forma que supra suas necessidades econômicas assim como a precarização do mercado de trabalho formal, dessa forma os trabalhadores enxergam nos postos de trabalho informais como a saída para a sobrevivência ainda considerando as supostas vantagens como autonomia, flexibilidade e baixo investimento.

De acordo com a pesquisa realizada por Léa Marques, a entrada na informalidade ocorre também para ter maiores remunerações (em valores brutos, sem considerar direitos trabalhistas) e romper explorações, assédios e más condições de trabalho no mercado formal. Nessa mesma pesquisa foi identificado o quanto as mudanças tecnológicas têm afetado essa força de trabalho periférica, que muitas vezes possui mais de um vínculo trabalhista (trabalhando CLT durante o dia e com uma loja virtual à noite) para reforçar a renda familiar.

A pandemia do Coronavírus impactou diretamente o mercado de trabalho. Segundo a PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Contínua realizada pelo IBGE -

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o número de trabalhadores informais chegou a 39 milhões de pessoas em maio de 2022 (CARNEIRO, 2022). O programa Empreenda Mulher nasceu em 2021, no período da pandemia da COVID- 19 que impactou diversos postos de trabalho formais, aumentando ainda mais a relevância do Microcrédito para a população de baixa renda. Segundo pesquisas, as ocupações de baixa escolaridade foram as mais afetadas, com redução de 20,6% no emprego de pessoas com até 3 anos de estudo, sendo inversamente proporcional o aumento da escolaridade e a redução nos empregos formais, ou seja, quantos menos anos de estudo, mais afetado. Por outro lado, cresceu em 4,8% os empregos para pessoas com 15 anos ou mais de estudo (VELOSO,2021). pandêmico na pandemia em 2021, portanto observando esses dados é interessante compreender na pesquisa como a pandemia impactou essas beneficiadas que fazem parte desse número.

A OIT - Organização Internacional do Trabalho (2022) destaca dados relevantes sobre a informalidade, como: Quem trabalha informalmente na América Latina e no Caribe tem entre 2 e 5 vezes mais chances de estar em situação de pobreza assim como cerca de 80% dos trabalhadores pobres estão na informalidade, em cenário de pós-pandemia cerca de 60% a 80% dos empregos recuperados são em condições de informalidade.

Nesse sentido, a informalidade está diretamente relacionada com a pobreza e/ou más condições de trabalho, sendo pertinente entender dentro da trajetória profissional das beneficiadas do microcrédito, como estão suas condições de trabalho e vida.

5 O PROGRAMA EMPREENDA MULHER

O objeto desta dissertação, o Programa Empreenda Mulher, foi desenvolvido pelo estado de São Paulo e está presente em todos os municípios, mas devido às restrições de tempo e recurso irei focar em bairros específicos da periferia da cidade de São Paulo.

A instituição foi visitada e foi realizada uma aproximação inicial com os agentes institucionais para apresentar a ideia da pesquisa, que foi muito bem recebida. Em outras visitas a pesquisadora realizou entrevistas informais para aprofundar as informações sobre o programa, portanto os próximos passos de implementação da pesquisa são viáveis e acessíveis à pesquisadora. Algumas informações citadas a seguir partem das visitas realizadas e de fontes como internet e materiais institucionais.

5.1 O Programa Empreenda Mulher na cidade de São Paulo (SP)

O programa Empreenda Mulher tem o objetivo de incentivar a autonomia das mulheres no estado de São Paulo, possibilitando acesso a crédito e oferta de cursos de qualificação. Segundo entrevistas, nasceu há cerca de um ano por iniciativa da secretaria da Coordenadoria de Empreendedorismo e da Micro e Pequena Empresa (CEMPE) – Jandira Araújo e da diretoria Sueli Cavalhero, em busca de potencializar a renda das mulheres no cenário de pandemia do Coronavírus em 2021. O Programa nasceu com 40 mil vagas e oferta atual de R\$50 milhões em crédito. Segundo uma entrevista informal com funcionário do banco, cerca de 2 mil mulheres já foram beneficiadas somente na capital São Paulo.

A formulação da política foi assumida pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (SDE - SP) sendo aplicada pelo Banco do Povo, que é conduzido pela SDE - SP, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas São Paulo (SEBRAE - SP). O financiamento do programa vem através do Desenvolve SP - O banco do empreendedor que é vinculado à Secretaria da Fazenda e Planejamento, o Desenvolve SP foi criado pela Lei Estadual 10.853/01, e regulamentada pelo Decreto 52.142/07.

Para ter acesso ao microcrédito as mulheres têm como requisito a realização de um dos cursos selecionados no programa Empreenda Mulher, oferecidos pelos parceiros Sebrae-SP e Aliança Empreendedora nos formatos online e presencial. No total, são 40 mil vagas. Os cursos são de Formalização, Marketing digital, Educação Financeira, Desenvolvimento Pessoal, Organize Seu Negócio, Sua Empresa Em Alta Performance e PF – Pessoa Física.

Outra exigência para a obtenção do recurso é a obrigatoriedade de haver um espaço destinado para a realização do negócio, onde o banco realiza registros deste local. Em entrevista informal foi relatado que muitas vezes esse local é a própria casa das mulheres e isso se confirmou durante as entrevistas com as beneficiadas pois na maioria dos casos as mulheres realmente moram no mesmo edifício que o seu negócio.

Quando a pesquisa foi realizada o programa era coordenado por Bruna Helena, que coordenava todos os projetos do banco do povo com seis pessoas na equipe. Os coordenadores do banco estão sendo os interlocutores para a realização da pesquisa no Banco do Povo.

Segundo entrevista informal realizada no Banco do Povo, as mulheres que buscam o crédito destinam o valor principalmente para os segmentos de beleza e estética, mas o ramo de alimentação também possui grande participação. Quanto a localização, a capital São Paulo, Osasco e Guarulhos estão entre as cidades mais impactadas com o programa no Estado.

5.1.1 O lócus: A periferia paulistana

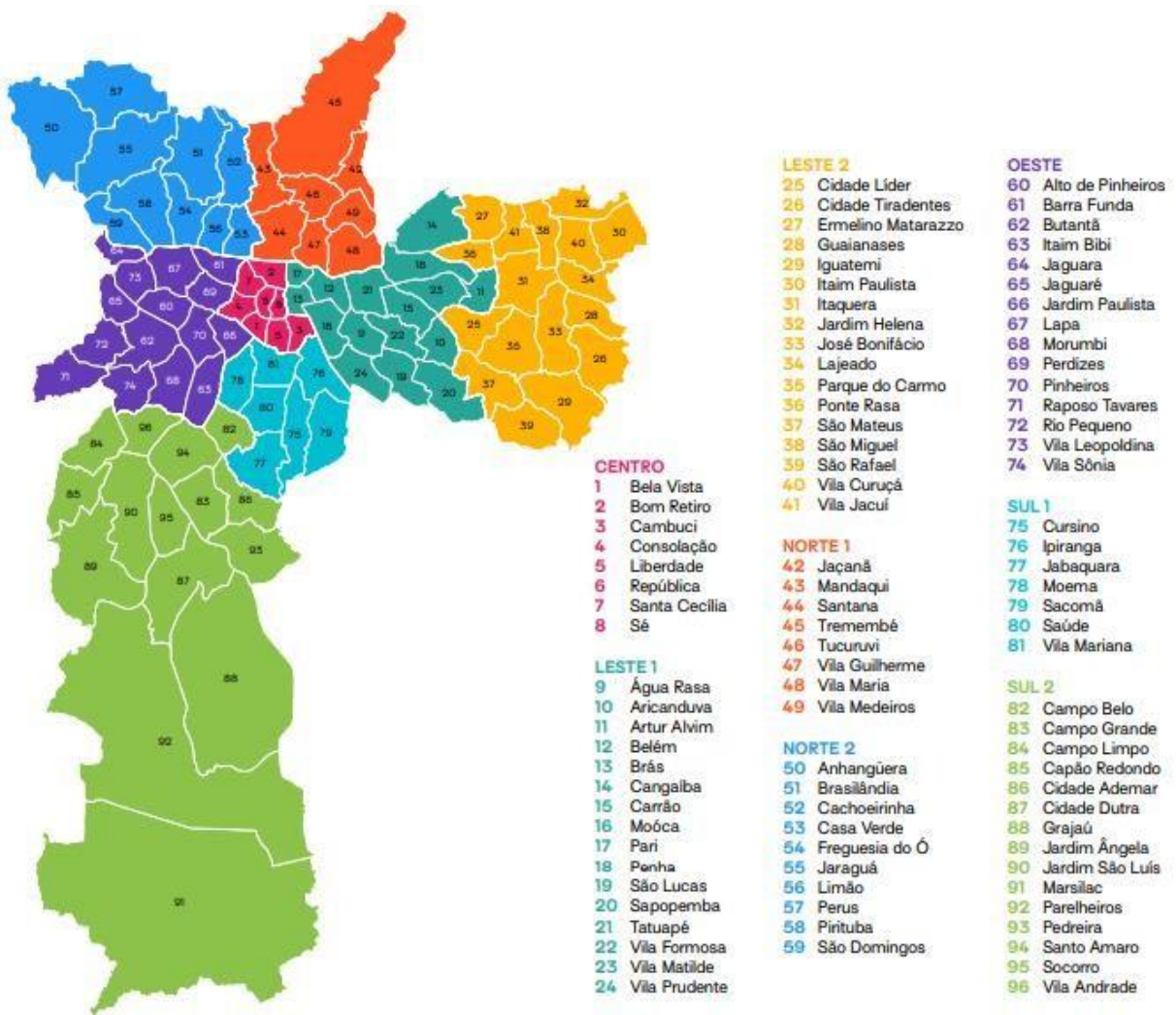
Na mídia de massa e nas produções desenvolvidas para retratar a capital São Paulo vemos com frequência palavras como desenvolvimento, emprego, grandes salários e oportunidades. Entretanto, essa está longe de ser a realidade para a parcela da população que vive nas periferias paulistanas. Carril (2006) em sua obra “Quilombo, favela e periferia” traz a seguinte realidade “A periferia de São Paulo é incalculável [...], um mar de casas e barracos precários, empilhados um sobre os outros, construídos do jeito possível [...]. Sendo um território de exclusão, mas também de criação.” À medida que vai se afastando dos centros, os moradores vão ficando cada vez mais relegados e banidos da sociedade, por uma coincidência social, também mais negros.

A periferia de São Paulo se expandiu principalmente nas décadas de 40 a 70 com uma ocupação desordenada e desestruturada dos solos, gerando rotineiras tragédias como deslizamentos e incêndios, além de outras questões como saúde e saneamento. A partir dos anos 60, marcada fortemente pela ditadura militar, passa a ser implementada uma política urbana de caráter excludente visando a modernização do país mas que aumentou ainda mais o abismo da desigualdade, e então, sendo um dos resultados dessa construção a gigantesca concentração da miséria em populações já marginalizadas, emerge uma onda de violência represada, caracterizada por roubos, furtos e crimes que as classes dominantes passam a colocar como estereótipo e imagem oficial dessa população (MARICATO, 1996). A população migrante na

cidade de São Paulo ocupou-se primordialmente nos empregos industriais, tendo um papel fundamental na construção das riquezas materiais e alavancando a modernização paulista.

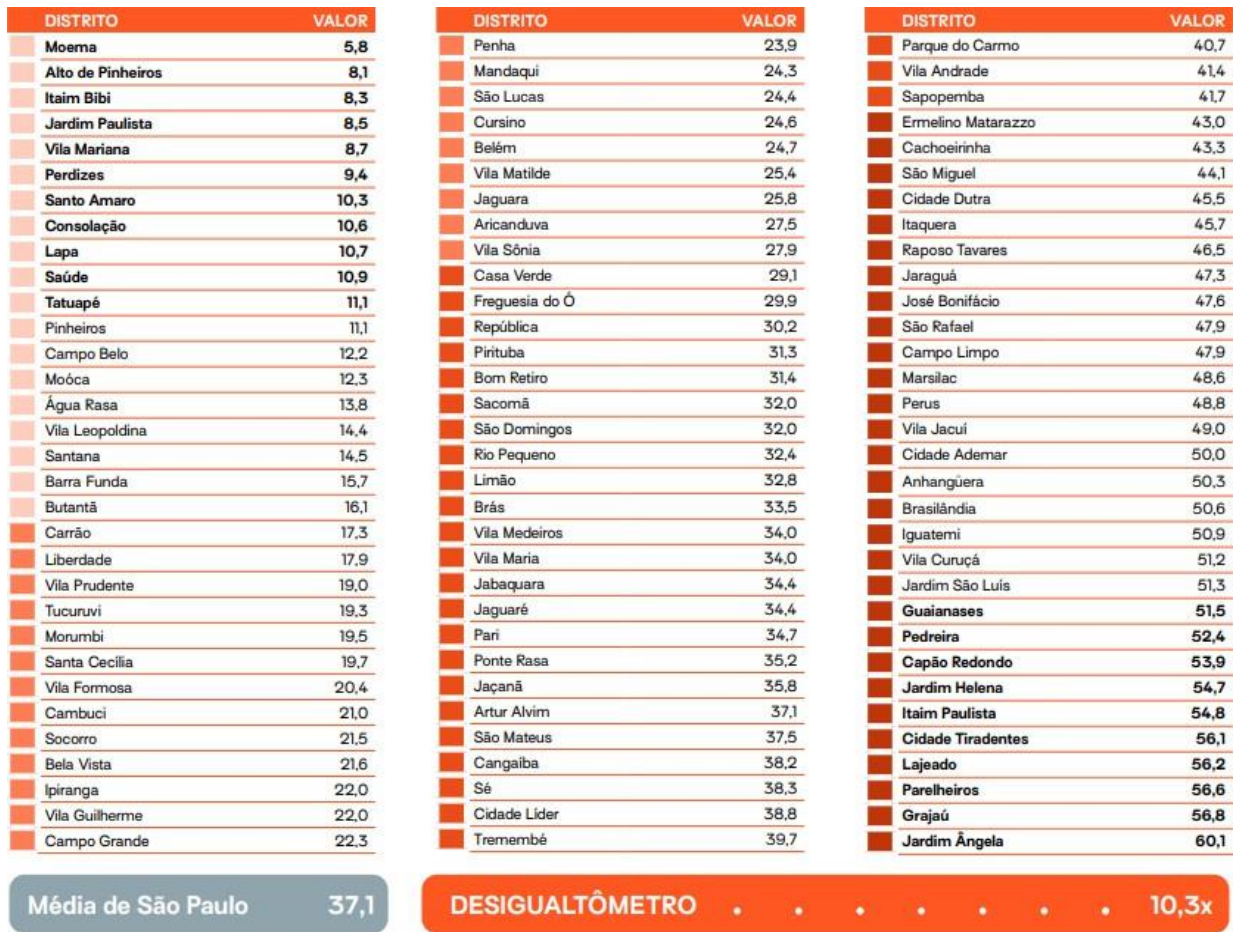
A Rede Nossa São Paulo desenvolveu o Mapa da Desigualdade, mostrando dados sobre a realidade na cidade de São Paulo e abaixo, dados da pesquisa em 2021 e 2022. Para melhor análise das tabelas é importante situar o leitor sobre a cidade de São Paulo (Mapa 1). Os bairros como Jardim Paulista, Itaim Bibi e Alto de Pinheiros são considerados um dos mais afortunados, enquanto Jardim Ângela, Grajaú, Iguatemi e outros são territórios extremamente periféricos. Outra realidade são os bairros como Sé e Brás que concentra a área de comércios e centro da cidade, então verá que embora concentrem grandes concentrações de empregos formais, pela quantidade de lojas, mas também há grande pobreza e violência por ser um dos locais da conhecida Cracolândia Paulistana. No primeiro gráfico verá o mapa de São Paulo, com a distribuição por zonas que influenciam fortemente a qualidade de vida.

Mapa 1 - Nome dos bairros de São Paulo – ano base 2020



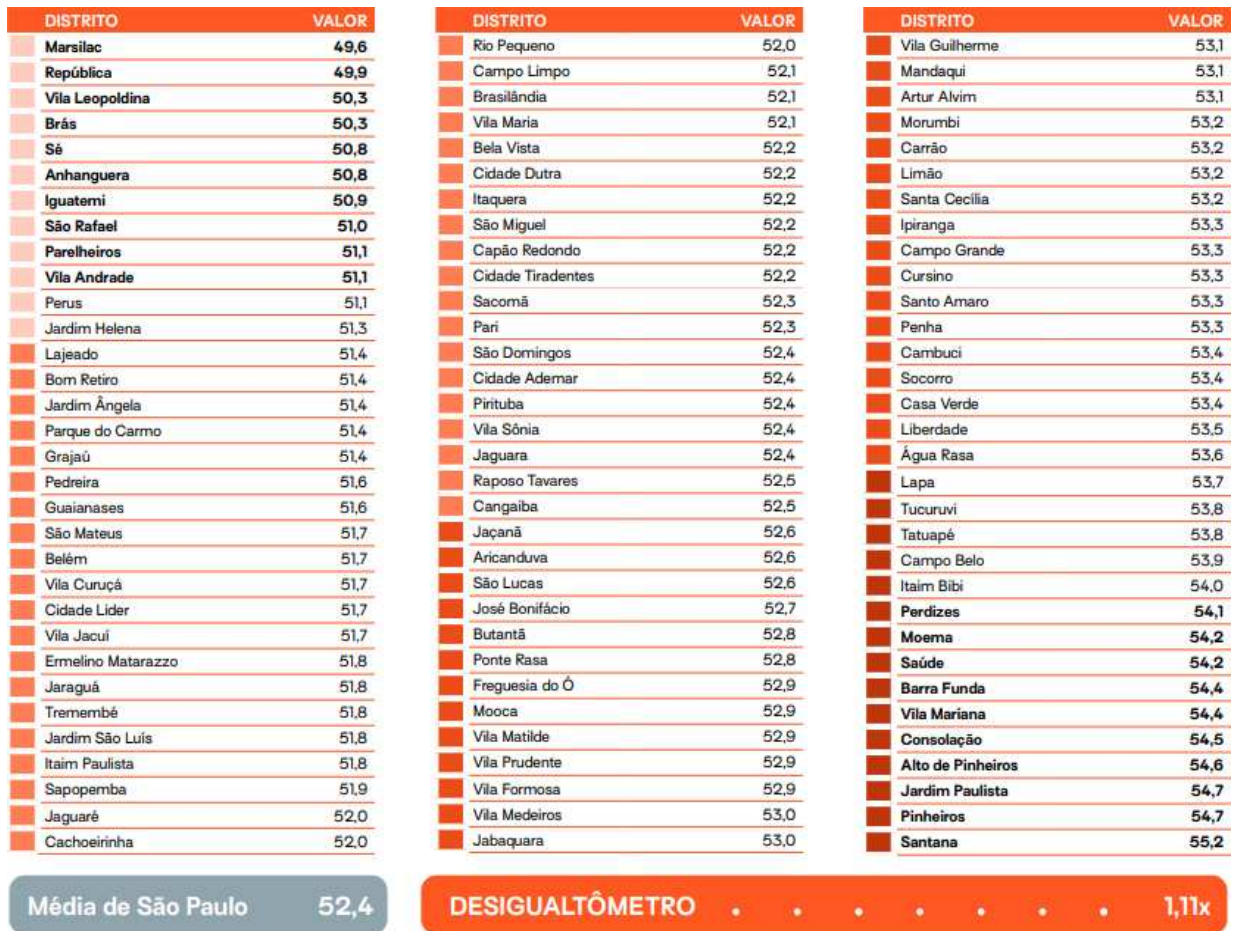
Fonte: IBGE – Elaboração: RNSP (2022)

Figura 2 - Proporção % da população preta e parda por bairro de São Paulo



Fonte: IBGE – Elaboração: RNSP (2022)

Figura 3 - Descrição: Proporção % da população feminina por bairro de São Paulo



Fonte: IBGE – Elaboração: RNSP (2020)

Figura 4 - Proporção (%) de domicílios em favelas em relação ao total de domicílios, por bairro de São Paulo



Fonte: IBGE – Elaboração: RNSP (2022)

Os dados acima apresentam o cenário inicial sobre a cidade de São Paulo, com a distribuição da população em São Paulo de acordo com o número de pretos e pardos (Figura 2), mulheres (Figura 3) e o número de territórios em favelas na capital (Figura 4). Sobre a raça, em complemento, no Censo de 2010, 63,9% dos habitantes paulistas se declararam brancos, 29,1% pardos e 5,5% pretos (SEADE, 2010). Entretanto, esses números têm proporções bem diferentes quando retratamos a periferia da capital, onde o índice vai a 60,1% de pretos e pardos no Jardim Ângela, periferia de São Paulo. A pesquisa realizada pela produtora independente de Jornalismo Periferia em Movimento, contrasta os dados acima com a população do bairro Moema, onde apenas 5,8% se autodeclararam preto ou pardo. Essas discrepâncias indicam a grande desigualdade que há na cidade em critérios de ocupação até de acesso as políticas públicas sociais, que influencia diretamente a percepção de acesso aos direitos sociais, pode ser observado que uma boa parte dos bairros considerados periféricos também tem altos índices de violência policial. Na Figura 4 é “desigualtômetro” apresenta a proporção de domicílios que estão nas

periferias em relação ao total de domicílios na metrópole, D'Andrea (2020) afirma que intelectuais paulistas entendem periferia como um território cujas principais características são pobreza, condições precárias e afastados do centro, em síntese, o antônimo de desenvolvimento. São regiões frequentemente associadas a ideia de distanciamento em relação ao que é considerável produtivo e modelo de vida ideal e desejado, o termo Favela então carrega um estigma depreciativo e preconceituoso.

A formação das favelas paulistanas está diretamente relacionada com o período de modernização e industrialização brasileira, o que é no mínimo contraditório, pois o objetivo do desenvolvimento industrial deveria ser a redução da pobreza. A relevante pergunta trazido pelo Lara (2012), o desenvolvimento gera pobreza? As favelas são a expressão da pobreza? Para buscar algumas explicações é importante voltar alguns capítulos na história. Segundo o IBGE, Favelas e Comunidades Urbanas são territórios onde a própria população de forma autônoma e coletiva busca atender as suas necessidades de moradia e usos como comércio e outros serviços diante da incompletude das políticas públicas e investimentos privados direcionados à garantia de direitos, são retratos da desigualdade socioespacial, agravadas com a insegurança jurídica da posse. De forma pragmática, Guimarães (2000) também conceitua Favela como a região onde se concentram as moradias que tenham ao menos duas das seguintes características: Proporções mínimas - agrupamentos prediais ou residenciais formados com número geralmente superior a cinquenta; Tipo de habitação – predominância de casebres ou barracões de aspecto rústico, construídos principalmente com folha de flandres, chapas zincadas ou materiais similares; Condição jurídica da ocupação – construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida; Melhoramentos públicos – ausência, no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada; e Urbanização – área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro apresenta seu conceito sobre as comunidades denominadas de favelas, é uma área composta por ocupações em sua maioria sem vínculos de propriedade somada a precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos (BRASIL, 2011). Em síntese aos conceitos citados acima as favelas são tidas como territórios onde há uma ocupação irregular e com acesso insuficiente às políticas públicas de direitos sociais, entretanto é importante conhecer

a origem e os motivos da sua formação para, além do conceito, compreender as suas potencialidades como espaço de construção cultural e de coletividade.

Segundo estudos as favelas se tornaram mais comuns por volta dos anos 1940 em São Paulo, como a favela do Oratório na Mocca, a favela da Rua Guaicurus na Lapa e outras na Barra Funda ou extremo sul da cidade. Nos anos 70 é elaborado o Cadastro de Favelas pela Secretaria do Bem-Estar Social, mensurando que a população que residia em favelas representava menos de 2%, esse número a partir de então cresce vertiginosamente, chegando 5,2% em 1982 e em 1987 já chegava em 8,9% da população municipal (TASCHNER, 2001). Portanto, as favelas ou comunidades periféricas, são ilustradas como locais de ausência do desenvolvimento, quando na verdade são a consequência desse próprio modelo de modernização, permeada pelo racismo e crescimento desordenado.

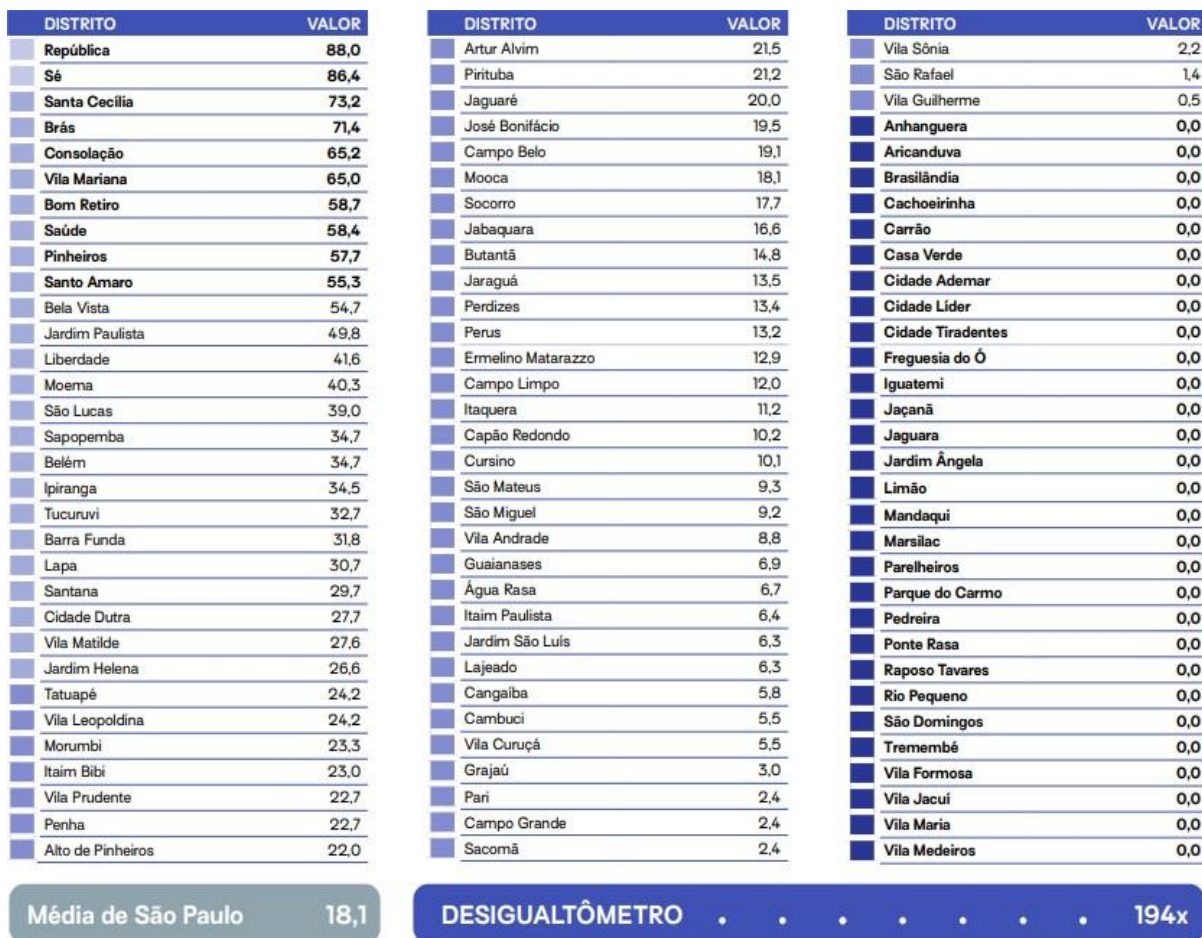
Realizar esse delinear sobre as comunidades paulistanas é relevante tendo em vista a grande presença dos pequenos negócios, sejam formais ou informais, nas favelas. A partir dos relatos desta pesquisa foi possível identificar que as mulheres empreendedoras tinham uma ligação com o seu território, em sua maioria acreditando ser relevante a realização de ações que pudessem contribuir com a comunidade, desde trabalhos sociais até a formação e emprego de outras moradoras.

Figura 5 - Taxa de oferta de emprego formal, por dez habitantes participantes da população em idade ativa (PIA), por bairro de São Paulo



Fonte: IBGE – Elaboração: RNSP (2022)

Figura 6 - Proporção (%) da população que reside em um raio de até 1 km de estações de sistemas de transporte público de alta capacidade (trem, metrô e monotrilho, por bairro de São Paulo)



Fonte: IBGE – Elaboração: RNSP (2022)

Nas duas figuras acima notamos as baixas taxas de oferta de empregos formais nas regiões consideradas periféricas (Figura 5), que vai de encontro com o grande desafio que é se deslocar com transporte público até os centros de uma grande metrópole como São Paulo (Figura 6). Portanto, uma das consequências desses desafios é o aumento da informalidade, que pode se transformar em oportunidade por meio dos negócios locais.

São Paulo é o estado que mais gera vagas formais de trabalho no Brasil, em 2024 entre janeiro e outubro ofertou 609 mil postos, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (SECRETARIA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SP, 2024), número que corresponde a 28,7% das vagas com carteira assinada do país, o estudo também afirma que esses dados refletem a confiança das empresas e a eficácia das políticas públicas voltadas à geração de emprego e renda. São dados que refletem a redução da taxa de desemprego que recuou para 6,6% (CNN, 2025). Do ponto de vista histórico São Paulo oferta uma boa parte dos pontos de trabalho do país, uma característica multifatorial que combina a

concentração de recursos para política públicas e infraestrutura, grande abertura para investimento externo que dá espaço para grandes corporações.

É relevante conectar essa grande oferta, que como vimos tem uma taxa de desigualdade de 290x, com o acesso ao transporte, quanto as pessoas que residem nas proximidades das estações de sistemas de transporte público. O residente da cidade de São Paulo usa cerca de 2h30 horas por dia no transporte, são números altíssimos que impactam no estresse, burnout, redução das horas de sono e conseqüentemente menor disponibilidade para realizar outras atividades durante o dia, como esporte ou tempo em família. O Malu Vieira no Jornal da USP (2024) propõe que soluções além das já implantadas, como rodízio de veículos e investimentos no transporte público, mas também um novo modo de pensar o deslocamento urbano para um futuro mais fluído.

Figura 7 - Coeficiente de mulheres vítimas de violência (todas as categorias) para cada dez mil mulheres residentes de 20 a 59 anos, por bairro de São Paulo

DISTRITO	VALOR
Alto de Pinheiros	116,5
Vila Andrade	125,4
Perdizes	134,4
Anhangüera	159,3
Marsilac	164,9
Saúde	170,7
Jardim Paulista	173,9
Vila Sônia	175,0
Iguatemi	175,0
Vila Leopoldina	176,9
São Lucas	183,9
Vila Mariana	184,3
Moema	187,0
Morumbi	187,4
Santa Cecília	187,9
São Rafael	188,8
Jardim São Luís	189,1
Consolação	190,1
Campo Grande	193,2
Jardim Ângela	194,9
Mandaqui	199,4
Vila Prudente	199,8
Tremembé	205,1
Carrão	205,5
Liberdade	206,4
Jardim Helena	207,1
Cidade Tiradentes	208,8
Sacomã	209,7
Pinheiros	210,9
Cachoeirinha	212,1
Sapopemba	212,3
Rio Pequeno	213,3

Média de São Paulo 234,6

DISTRITO	VALOR
Itaim Bibi	213,6
Vila Formosa	213,7
Pedreira	214,3
Cidade Ademar	214,5
Grajaú	215,5
Vila Jacuí	221,8
Jaguarié	222,8
Cidade Dutra	224,7
Água Rasa	225,0
Vila Maria	225,1
São Domingos	231,6
Brasilândia	231,8
Moóca	232,1
Itaim Paulista	233,2
Campo Belo	233,2
José Bonifácio	233,4
Lajeado	237,1
Capão Redondo	237,4
Campo Limpo	237,6
Tucuruvi	239,6
Cursino	240,4
Jabaquara	242,1
Vila Medeiros	245,2
Vila Matilde	245,6
Vila Curuçá	247,6
Parelheiros	249,0
Jaçanã	249,6
Penha	251,0
Jaraguá	251,8
Lapa	252,5
Raposo Tavares	259,6
Casa Verde	260,8

DISTRITO	VALOR
Aricanduva	261,5
Ermelino Matarazzo	262,7
Santana	264,3
Cidade Líder	264,6
Butantã	266,9
Limão	268,0
Ipiranga	268,8
Parque do Carmo	269,6
Cangaíba	275,8
Guaianases	276,4
Jaguara	276,5
Tatuapé	279,6
Freguesia do Ó	289,6
Vila Guilherme	290,3
Pirituba	290,5
Artur Alvim	299,1
Ponte Rasa	301,9
Bela Vista	305,9
Socorro	307,8
São Mateus	308,4
Belém	316,6
Cambuci	318,9
Perus	319,6
Santo Amaro	329,4
Itaquera	334,7
São Miguel	340,5
Bom Retiro	358,4
República	470,9
Pari	507,5
Brás	571,0
Sé	613,5
Barra Funda	636,2

DESIGUALTÔMETRO 5,5x

Fonte: IBGE – Elaboração: RNSP (2022)

Figura 8 - Coeficiente de mulheres vítimas de feminicídio, para cada dez mil mulheres residentes de 20 a 59 anos, por bairro de São Paulo



Fonte: IBGE – Elaboração: RNSP (2020)

Como observação, para o cálculo, são considerados os registros por local de ocorrência do crime, para manter o anonimato da vítima; (2) A categoria de classificação dos óbitos por feminicídio têm como base as definições Lei 13.104 de 2015, conhecida como a “Lei do Feminicídio”, considerando apenas as ocorrências com desfecho de vítima fatal e torna o feminicídio um homicídio qualificado e hediondos, com penas mais altas chegando a 30 anos. É importante destacar que essa legislação foi atualizada em 2024 com a Lei 14.994/2024, aumentando a pena para até 40 anos. O enrijecimento da lei pode reduzir o sentimento de impunidade, embora a legislação por si só não seja a única responsável pelas medidas que devem ser tomadas, mas também provocar e mobilizar a sociedade quanto a seriedade do tema. Entretanto, ter penas justas para quem praticou o crime é apenas uma parte do problema, sendo necessário agir nas causas raízes da violência de gênero baseada na lógica patriarcal e misógina do machismo, já discutido nesta dissertação em capítulos anteriores. O

Programa Empreenda Mulher atua no fomento ao desenvolvimento e independência econômica em prol das mulheres beneficiadas, sendo a dependência financeira uma das causas que sustentam a violência doméstica e dificulta a quebra de vínculos tóxicos.

Quando ao coeficiente de mulheres vítimas de violência demonstra uma redução significativa em comparação ao estudo anterior, que marcou um desigualtômetro de 15x (MAPA DA DESIGUALDADE, 2020) enquanto o estudo de 2022 tem desigualtômetro de 5,5%. As razões para essa redução podem estar relacionadas ao fortalecimento das políticas públicas e acolhimento e comunicação sobre a violência doméstica nos últimos anos. Relaciono esse dado com o coeficiente de mulheres vítimas de feminicídio no estudo de 2021, pois este dado não é apresentado no relatório 2022.

Figura 9 - Coeficiente de pessoas vítimas de violência homofóbica e transfóbica para cada cem mil habitantes, por bairro de São Paulo

DISTRITO	VALOR
Anhanguera	0
Barra Funda	0
Belém	0
Cachoeirinha	0
Cambuci	0
Carrão	0
Ermelino Matarazzo	0
Iguatemi	0
Jaguara	0
Jaguarié	0
Jardim São Luís	0
Lapa	0
Limão	0
Moema	0
Parelheiros	0
Pari	0
Parque do Carmo	0
Pedreira	0
Penha	0
São Domingos	0
Socorro	0
Tatuapé	0
Vila Andrade	0
Vila Formosa	0
Itaim Paulista	0,43
Campo Limpo	0,44
Cidade Dutra	0,49
Jardim Ângela	0,59
São Rafael	0,63
São Mateus	0,64
Vila Curuçá	0,65
Brasilândia	0,71

Média de São Paulo 1,9

DISTRITO	VALOR
Sacomã	0,76
Vila Medeiros	0,81
Vila Sônia	0,82
Vila Maria	0,88
Cursino	0,88
Mandaqui	0,92
Campo Grande	0,94
Grajaú	1,03
Cidade Ademar	1,05
Ponte Rasa	1,11
Perus	1,12
Água Rasa	1,21
Moóca	1,25
Cidade Tiradentes	1,27
Vila Jacuí	1,37
Sapopemba	1,38
São Lucas	1,40
Jaraguá	1,41
José Bonifácio	1,47
Cidade Líder	1,48
Saúde	1,49
Vila Mariana	1,51
Campo Belo	1,57
Lajeado	1,72
Consolação	1,74
Perdizes	1,74
Jabaquara	1,74
Pirituba	1,75
Ipiranga	1,78
Morumbi	1,89
Vila Prudente	1,91
Freguesia do Ó	2,14

DISTRITO	VALOR
São Miguel	2,24
Santa Cecília	2,26
Aricanduva	2,33
Rio Pequeno	2,43
Artur Alvim	2,99
Tucuruvi	3,11
Tremembé	3,13
Santana	3,53
Cangaíba	3,62
Jardim Helena	3,69
Capão Redondo	3,71
Butantã	3,72
Itaim Bibi	4,11
Jaçanã	4,16
Pinheiros	4,55
Guaianases	4,56
Casa Verde	4,65
Vila Matilde	4,74
Alto de Pinheiros	4,88
Born Retiro	5,14
Itaquera	5,20
Jardim Paulista	6,61
Vila Leopoldina	6,65
Vila Guilherme	7,01
Raposo Tavares	7,45
Liberdade	8,24
Brás	9,08
Bela Vista	9,56
Sé	11,24
Santo Amaro	12,09
República	22,64
Marsilac	23,74

DESIGUALTÔMETRO 56x

Fonte: IBGE – Elaboração: RNSP (2022)

Figura 10 - Coeficiente de agressões decorrentes de intervenção policial registradas nas unidades de saúde para cada 100 mil habitantes, por bairro de São Paulo



Fonte: IBGE – Elaboração: RNSP (2022)

As quatro figuras anteriores informam sobre diversas violências, desde agressões às mulheres e público LGBTQIAP+ até a violência policial, outros dados são apresentados na pesquisa na íntegra como homicídio de jovens, violência racial e mortes por intervenção policial. Conectando com dados de pesquisas anteriores, notou-se que o número de casos de feminicídios quase triplicaram em relação a 2019 juntamente com o aumento no número de agressões e mortes por intervenção policial. Ambos os estudos do Mapa da desigualdade citados acima, realizados em 2021 e 2022, revela dados do período da Pandemia da COVID 19 que devastou o mundo. A Pandemia COVID 19 se deu pela disseminação mundial do vírus SARS- COV-2 que no Brasil causou 715.108 mortes e 39.181.954 casos, segundo o painel Coronavírus (CORONAVÍRUS BRASIL, 2025). Estudo realizado no Rio de Janeiro pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) a pandemia atingiu de forma mais expressiva as áreas mais

pobres das cidades. Por trata-se de uma crise viral que afetou de forma mais intensa a população com alguma comorbidade, foram geradas diversas notícias falsas que impactou nos cuidados de saúde da população jovem, que levemente se sentiu, de certa forma, imune. De acordo com o Mapa da Desigualdade, essa hipótese é corroborada. Como o exemplo de Iguatemi, distrito da zona leste e localizado próximo ao rio Tietê com 48,7% de jovens e 20,8% de óbitos por covid-19 que vai na contramão quando sabemos que o maior grupo de risco da Covid 19 são pessoas idosas. Ao conhecer essas informações, como o contexto da sociedade no momento do estudo, o impacto da pandemia em regiões com os maiores índices de desigualdade social e o impacto na população jovem, mostrando que o território tem alto impacto na saúde, nos mostra que o território é mais que um lugar físico em que se nasce, mas um espaço que contribui fortemente com a sua trajetória.

Diante dos dados acima é notável o abismo que há na cidade São Paulo, entre os bairros mais afortunados, como zona sul 1 e parte da zona oeste, em comparação a grande periferia da zona leste, zona norte e demais, que é secundarizada no acesso às políticas públicas e as oportunidades sociais, como acesso à educação, saúde e participação política – social.

5.2 Conhecendo os atores institucionais

Diversos atores participam dos processos de formação de políticas públicas, entre eles: Poderes do Estado, servidores públicos, grupos ou organizações não governamentais, entidades de classe, sindicatos, comunidades e outros grupos de interesse. Que podem exercer influência direta ou indireta, em diferentes momentos na agenda governamental.

Portanto, para avaliar uma política pública é crucial mapear quais são os atores envolvidos na sua formulação e implementação, quais foram seus objetivos e interesses iniciais e seu status hoje. Nesse item foram apresentados os atores institucionais responsáveis por formular e implementar o programa Empreenda Mulher.

5.2.1 A Secretaria de desenvolvimento econômico de São Paulo

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico de São Paulo foi responsável pela formulação do Programa Empreenda Mulher, mediação e conquista do orçamento para realização e controle da aplicação dele. Abaixo, uma foto tirada pela pesquisadora na SDE -

SP durante a realização de uma palestra sobre políticas públicas e os ODS, que aconteceu durante uma das visitas realizadas.

Foto 1 - Palestra na SDE - SP sobre Políticas públicas e ODS



Fonte: Pesquisadora (2022)

Criada em 1965, a SDE - SP exerce um papel fundamental para a retomada do crescimento econômico do Estado, e trabalha para atrair investimentos, fomentar o empreendedorismo, a inovação tecnológica, além de oferecer qualificação profissional de acordo com as demandas atuais e futuras do mercado de trabalho. Uma de suas coordenadorias é responsável direta pela atuação do Banco do Povo, a CEMPE.

5.2.2 A Coordenadoria de empreendedorismo e da micro e pequena empresa (CEMPE)

A CEMPE promove ações voltadas ao desenvolvimento do empreendedorismo, em especial por meio de iniciativas dirigidas às microempresas e empresas de pequeno e médio porte. Também fazem parte das atribuições da coordenadoria a coleta, a organização e

a análise de informações que permitam promover a adequação do perfil e das necessidades dos micros e pequenos empresários às reais demandas do mercado, além da realização de estudos, produção e difusão de matérias e dados relacionados ao empreendedorismo. A coordenadoria é responsável pelo Banco do Povo Paulista, que concede linhas de microcrédito para empreendedores de pequenos negócios, viabilizando o desenvolvimento social e econômico local e a geração de emprego e renda. Sob coordenação de Bruna Barros.

5.2.3 O banco do povo paulista

O Banco do Povo nasceu há cerca de 20 anos, com o objetivo de proporcionar o microcrédito produtivo para promover o desenvolvimento socioeconômico e a criação de oportunidades com o crédito facilitado. Os programas realizados pelo banco têm como público-alvo os empreendedores informais, MEI, ME e outros, o Empreenda Rápido e o Empreenda Mulher.

O banco possui sede em todas as cidades do estado de São Paulo, mas serão estudadas as mulheres beneficiadas na capital, com sede no bairro Boa Vista.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise de dados dessa dissertação foi realizada através da Análise Crítica do Discurso - ACD, baseando-se principalmente nos autores Lilie Chouliaraki, Norman Fairclough em sua obra de 1999 e em Denise Simões Rodrigues e Maria Lucia Melo em sua obra de 2020. Inicialmente, foi realizada a primeira etapa do método que é a Seleção dos textos-discurso que são valorosos para a pesquisa, neste caso foram os questionários via formulários online, as anotações de entrevistas, áudios e anotações de visitas realizadas com os atores: Funcionários do Banco do Povo e mulheres beneficiadas.

Na sociedade os indivíduos são valorizados de acordo com as diferentes posições sociais que ocupam e essa posição é influenciada pelas oportunidades educacionais e profissionais, comportamento político e social e acesso aos bens (ALVES, SOARES, 2009). Neste trabalho foi aplicado um questionário com o objetivo de conhecer alguns desses fatores, como escolaridade, renda familiar e outras questões.

Quanto ao segundo elemento da ACD, que é identificar o Posicionamento social, ideológico e político do sujeito-enunciador foi possível perceber durante as entrevistas que os participantes do Banco do Povo possuem perfis ideológicos similares no que foi possível conhecer nessa pesquisa, essa situação pode se dar por: Pertencerem a uma mesma organização há um longo período e perfil socioeconômico similar, mesmo que suas experiências de vida e desafios sejam diferentes. Entre as mulheres beneficiadas já é perceptível uma diversidade e até divergência de posicionamento social, essa situação pode se dar por: Abrangência de origem social e territorial, incluindo fatores como território e família, diversidade de negócios, trajetória profissional e outros fatores.

6.1 Membros do Banco do Povo entrevistados

O formulador tem o papel de identificar problemáticas que necessitam da atenção governamental e buscar soluções possíveis para sua superação, ou seja, as lentes pelas quais um problema público é visto afeta todas as próximas etapas, como implementação e avaliação, e consequente a vida das pessoas impactadas (CAPELLA, 2018). Nesse sentido, para que haja uma formulação responsável é preciso ter critérios e premissas reais diante dos problemas sociais, para que seja implementado exatamente aquilo que a população precisa (PEDONE, 1986). Portanto, conhecer os atores formuladores e implementadores é essencial para compreender o impacto que a política está gerando em suas beneficiadas. Neste capítulo

serão apresentados os resultados das conversas realizadas com esses membros e buscou alcançar o primeiro objetivo desta dissertação, que é identificar as premissas e objetivos do programa a partir da visão dos membros institucionais que fizeram parte da formulação e implementação do Programa Empreenda Mulher. Os atores foram questionados nas dimensões institucional-política, econômica e social da ABS.

Ao longo da pesquisa visitei o banco por diversas vezes e nessas visitas realizei pequenas entrevistas prévias e informais para conhecer mais sobre o programa, conhecendo os membros formuladores como Sueli Cavalheiro como uma das primeiras idealizadoras do Programa, os implementadores como a gestora Aline e as recepcionistas que estão diariamente lidando com as beneficiadas. Posteriormente, foram realizadas três entrevistas com membros do banco, com um questionário socioeconômico e um questionário semiestruturado com perguntas baseadas nas três dimensões da Sustentabilidade, institucional-político, econômico e social.

6.1.1 Escolha dos membros do Banco do Povo participantes

A etapa de seleção dos entrevistados do Banco do Povo aconteceu através da indicação da gestora das pessoas chave que estivessem em diferentes níveis da organização e que tivessem conhecimento ou vivência sobre o Empreenda Mulher. Os três funcionários entrevistados participaram da formulação, implantação tática ou operacional do Programa Empreenda Mulher.

6.1.2 Perfil socioeconômico

O questionário aplicado com os funcionários teve como objetivo conhecer o perfil socioeconômico dos entrevistados para compor a análise de discurso uma vez que o contexto social do ator pode influenciar na percepção que o mesmo terá de uma política pública.

Todos os entrevistados são funcionários públicos que moram em São Paulo e são nascidos em estados diferentes (Pará, São Paulo e Minas Gerais), possuem idades similares, de 31 a 49 anos, são pessoas pardas e brancas com ensino superior completo ou incompleto.

6.1.3 Análise de discurso a partir das entrevistas

A seguir serão analisadas as entrevistas com os membros do Banco do Povo atuantes na política pública nos mais diversos níveis de gestão e cargos como controladoria, atendimento, gestão de unidade e membro da coordenadoria. De acordo com Fontes (2021) a observação participante e as conversas informais com os atores são importantes complementos às entrevistas para conhecer na prática o que é dito no discurso assim como para identificar possíveis distorções. A análise a seguir está fundamentada por essas três vivências, a observação realizada no Banco do Povo, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, nas conversas informais com os colaboradores assim como as entrevistas em si.

Com essas diversas visões pude perceber o quanto é unânime que todas desejam tornar o programa maior e com mais parcerias para apoiar cada vez mais as mulheres, entretanto ao analisar sob o ponto de vista da sustentabilidade na dimensão institucional-política nota-se uma certa fragilidade quanto aos processos e procedimentos da política, principalmente no que tange ao seu crescimento, que dependem muito do impulso que o gestor vigente coloca. Existem os processos básicos padrões de empréstimos, como por exemplo o cadastro em sistema, mas não foram identificados processos mais robustos para acompanhamento pós-crédito e sucesso dos negócios, por exemplo. Essa realidade nos faz refletir o quanto as políticas públicas devem transmitir segurança e perenidade para os seus usuários. Aplicando ao Empreenda Mulher, acredito que o papel do pós-crédito é subestimado, ele possui o papel de acompanhar a beneficiária após a adesão do crédito e buscar garantir o seu sucesso. A realização de uma estratégia de pós-crédito pode impactar muito positivamente o sucesso da política, desde influenciar a inadimplência, a continuidade dos negócios e maior segurança e confiança das beneficiárias na política por serem acompanhadas a posteriori.

Analisando as características do discurso segundo Rodrigues, Melo (2020) percebemos que os “Atos da fala” presentes em alguns discursos demonstram que a pessoa entrevistada busca colocar-se na situação da pessoa beneficiada mostrando que possui domínio sobre o tema em que atua. Essa ideia está em consonância com o conceito de Lugar de Fala, que é quando o autor do discurso vivencia e faz parte da construção da situação da

qual está se referindo, trazendo um ponto de vista real e conhecedor de determinada realidade (RIBEIRO, 2017). De forma complementar, é preciso questionar até que ponto alguém com outra realidade consegue compreender o real impacto do Empreenda Mulher na vida das beneficiadas, quando não se está nesse ponto de vista e somente imagina o que as mulheres enfrentam.

Atualmente um dos critérios para obtenção do crédito é a realização de ao menos um curso de gestão no parceiro SEBRAE, que segundo relatos, são cursos rápidos em diversos temas entre finanças, marketing e outros assuntos que podem apoiar o empreendedor. Acredito que esta parceria está entre os pontos positivos do programa mas ainda com muito a melhorar e com potencial de ser explorado, entre as mulheres entrevistadas foi citado que o curso foi tão básico que não foi determinante para o sucesso do seu negócio ou não a ajudou de forma significativa. Nas entrevistas com os membros do banco, foi percebido como algo por pura formalidade, mas como citei, com potencial de ser expandido. Segundo Alice e Ruppenthal (2012) há pouca interferência dos bancos, mesmo que sociais, na elaboração de projetos de negócios pois não há interesse genuíno em capacitar as mulheres para realizar a atividade a qual estão se propondo e comprometendo-se a realizar, ao solicitar o crédito. Ademais, é sabido que uma boa parte dos negócios não sobrevivem aos primeiros anos por falta de gestão e capacitação. Visando mudar esse cenário e gerar sustentabilidade para os empreendimentos foi publicada a Medida Provisória nº 226 que estabeleceu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) no Brasil, que entre as suas diretrizes está a prestação de orientação educativa para apoiar nas necessidades do negócio (SAMPAIO, 2016). Entretanto, essa normativa parece estar distante da realidade. De acordo com o segundo elemento da ACD, pragmática onde se deve observar as conversas informais para compreender seus significados, foi possível perceber que os entrevistados acreditam no potencial do Programa de apoiar ainda mais as mulheres e que deve ser buscada a sua expansão, através de parcerias com outras organizações, como o SEBRAE.

No terceiro elemento, que se busca compreender o poder de repercussão, as pessoas entrevistadas destacaram que o simplório fato de haver um programa dedicado às mulheres, mesmo com poucas diferenças dos demais, já é capaz de colocá-las em evidência e provocar uma mudança na motivação e na autoconfiança das mulheres beneficiadas.

No quarto elemento, Repertório interpretativo que busca compreender a temática e a direção das palavras do entrevistado, nota-se que ao tratarmos sobre os diferenciais do Empreenda Mulher as respostas são voltadas ao seu aspecto técnico e sistêmico, como o parcelamento diferenciado em detrimento dos demais programas. Sobre as polaridades,

entrevistas diferentes níveis hierárquicos da instituição promoveu um olhar mais completo sobre o programa, foram entrevistadas pessoas que atendem as mulheres então possuem um olhar mais próximo da realidade, que fazem parte do corpo administrativo de revisão das propostas então trazem uma visão mais crítica por ser alguém externo à vida das mulheres e por fim, a gestão que participou da formulação então pôde contribuir principalmente com o primeiro objetivo da pesquisa, que é de compreender as premissas e objetivos propostos na formulação do programa.

6.2 Mulheres beneficiadas entrevistadas

Esta etapa buscou alcançar o segundo e terceiro objetivo da pesquisa, que é identificar a influência do programa na trajetória das mulheres e avaliar o seu acesso às oportunidades sociais após a participação no Empreenda Mulher.

6.2.1 Escolha dos bairros participantes

O processo inicial para coleta de dados se deu em escolher em quais bairros deveriam morar as mulheres escolhidas para participar das entrevistas, pois conforme já dito, a região de moradia em São Paulo é um fator determinante para alguns marcadores sociais como pobreza e vulnerabilidade social. Solicitei ao Banco do Povo a lista com os bairros que já solicitaram crédito, recebi uma listagem com 196 bairros, incluindo a data em que foi feita a solicitação, a quantidade de propostas solicitadas e o valor, muitos estavam duplicados pois mais de uma pessoa solicitou crédito naquele mesmo bairro.

A pesquisa tem como público-alvo as mulheres negras e periféricas beneficiadas com o Programa Empreenda Mulher aplicado pelo Banco do Povo na cidade de São Paulo – SP, então o primeiro passo para determinar os bairros que seriam escolhidos foi filtrar pelo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH dos bairros paulistanos e utilizei como fonte a matéria do Jornal Estadão com a listagem com os 20 menores IDH's da capital (ESTADÃO, 2016). Ao cruzar com os bairros com atuação do Empreenda Mulher, apenas 05 bairros foram encontrados, são eles: Jaraguá (0,791), Guaianazes (0,768), Perus (0,772), Capão Redondo (0,782) e Itaim Paulista (0,762) somando 07 mulheres, conforme tabela - 1.

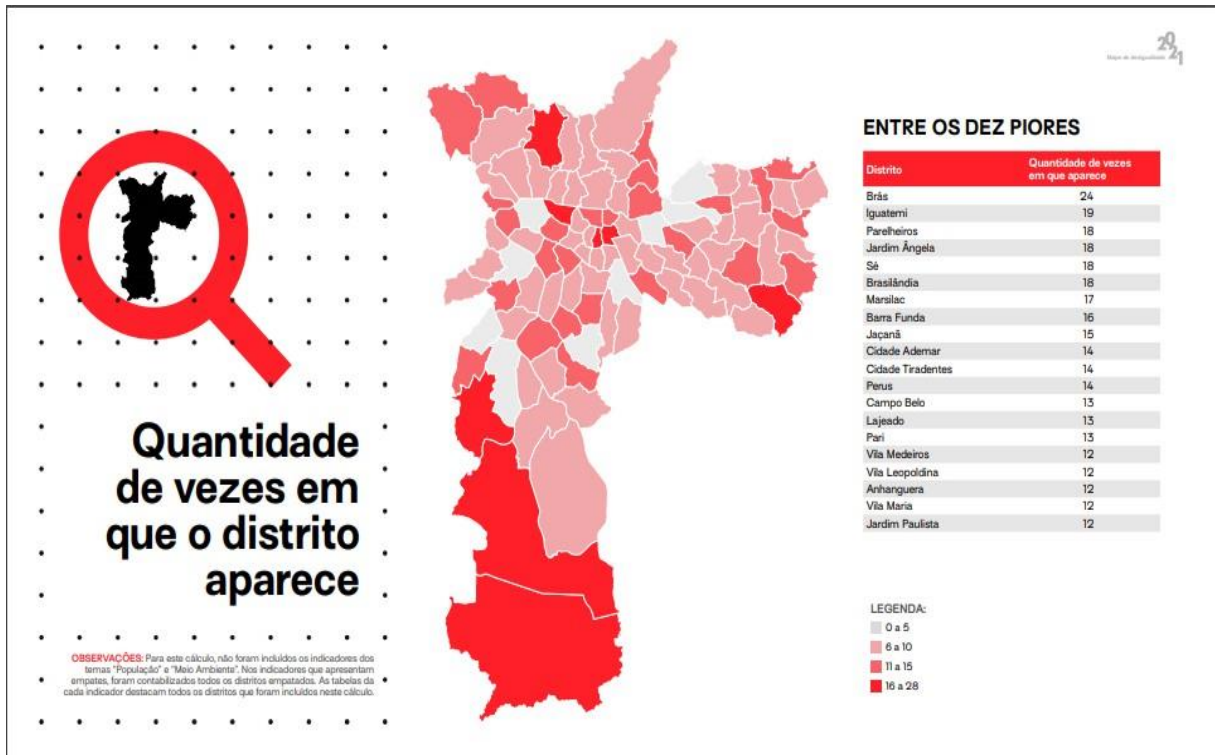
Tabela 1 - BAIROS COM EMPREENDA MULHER ENTRE OS 20 PIORES IDH's

BAIRROS COM EMPREENDA MULHER ENTRE OS 20 PIORES IDH's			
Data Solicitação	Bairro	Nº propostas	Valor Solicitado
01/03/2023	JARAGUÁ	1	R\$ 21.000,00
04/12/2022	JARAGUÁ	1	R\$ 21.000,00
	GUAIANAZES	1	R\$ 21.000,00
22/11/2022	PERUS	1	R\$ 21.000,00
	CAPÃO REDONDO	1	R\$ 15.000,00
23/02/2022	ITAIM PAULISTA	1	R\$ 21.000,00
	JARAGUÁ	1	R\$ 15.589,53

Fonte: Banco do Povo e autora da pesquisa

Devido aos recursos de tempo para entrega da pesquisa, deslocamento e profundidade necessária nessa dissertação busquei entrevistar até 10 mulheres e como no critério acima identifiquei apenas 07 beneficiadas, incluí um novo critério na seleção dos bairros. Utilizei o Mapa da Desigualdade desenvolvido pela Rede Nossa São Paulo, já citado nessa pesquisa. Entre as diversas realidades citadas pelo mapa, ele traz dados sobre os 96 distritos da capital abordando diversos indicadores nas áreas da administração pública utilizando fontes públicas e oficiais a fim de identificar prioridades e necessidades da população em seus distritos, contribuindo para as políticas públicas que busquem reduzir desigualdades. Ao final do mapa é apresentado o seguinte resumo, com os 20 bairros mais citados com os piores índices, conforme figura 11 a seguir.

Figura 11 - 20 bairros mais citados com os piores índices no Mapa da Desigualdade.



Elaboração: RNSP (2020)

Da mesma forma que o IDH, realizei o mesmo cruzamento entre os bairros citados acima e os que possuem Empreenda Mulher e foram encontrados mais 05 bairros e 13 beneficiadas, conforme tabela abaixo, sendo número suficiente para minha pesquisa.

Tabela 2 - BAIRROS COM EMPREENDA MULHER ENTRE OS MAIS CITADOS NOS PIORES ÍNDICES DO MAPA DA DESIGUALDADE 2021

BAIRROS COM EMPREENDA MULHER ENTRE OS MAIS CITADOS NOS PIORES ÍNDICES DO MAPA DA DESIGUALDADE 2021			
Dt. Solicitação	Bairro	Nº Proposta	Valor Solicitado
07/03/2023	BRÁS	1	R\$ 17.990,00
11/11/2022	BRÁS	1	R\$

			21.000,00
17/05/2022	BRÁS	1	R\$ 12.600,0
20/07/2022	BRÁS	1	R\$ 21.000,00
23/08/2021	BRÁS	1	R\$ 21.000,00
24/09/2021	BRÁS	1	R\$ 21.000,00
26/10/2022	BRÁS	1	R\$ 21.000,00
17/09/2022	SÉ	1	R\$ 21.000,00
28/04/2022	SÉ	1	R\$ 20.000,00
22/11/2022	PERUS	1	R\$ 21.000,00
	VILA MARIA	1	R\$ 11.390,32
	JARDI M PAULIS TA	1	R\$ 21.000,00
29/11/2021	JARDI M PAULIS TA	1	R\$ 21.000,00

Fonte: Banco do Povo e autora da pesquisa

Portanto, as mulheres escolhidas para a entrevista foram prioritariamente dos bairros acima, entretanto não é possível realizar uma ligação entre as mulheres de fato entrevistadas com o quadro acima, tendo em vista que a base é anônima devido aos critérios de LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados.

6.2.2 Escolha das mulheres participantes

A partir da seleção dos bairros condizentes com a proposta da pesquisa, o Banco do Povo buscou entre os seus contatos as mulheres que gostariam de participar das entrevistas. Entretanto, devido à falta de retorno de algumas convidadas, foi necessário convidar outras mulheres que aceitassem participar. Foram contactadas

cerca de 20 mulheres, destas 09 aceitaram participar da entrevista e somente 05 compareceram e realizaram de fato a entrevista.

Essa limitação operacional de disponibilidade das entrevistadas gerou um viés na pesquisa, pois entende-se que apenas as beneficiadas com uma relação positiva com o Banco é que foram contactadas e que porventura aceitaram participar da pesquisa. Esse ponto de vista foi visível no momento de entrevistas, pois todas as mulheres apresentaram elogios e posições favoráveis ao programa.

A captura de dados aconteceu de forma online em duas etapas: A captura de dados socioeconômicos através de formulário via google forms e a realização de entrevistas semiestruturadas através de vídeos chamadas. As entrevistas foram guiadas por um questionário pré-estabelecido com perguntas abertas para garantir que sejam contempladas as dimensões da sustentabilidade trabalhadas nesta pesquisa, Institucional Política, Econômica e Social. Durante a aplicação das entrevistas, foi possível unir ou destrinchar algumas perguntas, a depender da experiência de cada entrevistada.

6.2.3 Perfil socioeconômico

A partir do formulário socioeconômico foi possível captar que as beneficiadas possuem a mesma faixa etária, de 31 a 49 anos, possuem escolaridades diversas desde o ensino fundamental até o ensino superior. São oriundas de São Paulo, Bahia, Ceará e outros. As beneficiadas que responderam ao questionário possuem atualmente a mesma renda familiar, de 03 a 05 salários-mínimos e nas entrevistas foi possível perceber que houve uma evolução em sua renda. Possuem negócios nos segmentos da beleza, vestuário e alimentação.

6.2.4 Análise de discurso a partir das entrevistas

As entrevistas realizadas com foco em conhecer a história de vida das mulheres foram essenciais para alcançar os segundo e terceiro objetivos específicos dessa dissertação, que foram respectivamente, identificar a influência do programa Empreenda Mulher na trajetória profissional e renda familiar das mulheres beneficiadas e avaliar o acesso às oportunidades sociais das beneficiadas desde sua inserção no programa Empreenda Mulher.

Conforme dito acima, o discurso das entrevistadas contribuiu de forma significativa para o segundo e terceiro objetivo específico que correspondem às dimensões econômica e social da ABS, entretanto as entrevistas também trouxeram a percepção que as beneficiadas têm dos objetivos e da forma como a política pública é implementada. Elas foram indagadas sobre com qual objetivo procurou o empreenda mulher, qual é o objetivo do programa em sua visão, foram convidadas a dar sugestões de como o programa poderia ser melhor e como o programa impactou sua vida. Sobre os motivos pelo qual pegaram o crédito as respostas foram diversas, desde expandir o negócio, muda-lo do online para física, criar, construir e esses objetivos faziam parte dos seus sonhos e todas afirmam que sem o empreenda mulher seu caminho teria sido muito mais difícil e a distância até os seus sonhos teria sido ainda maior, e percebemos esse discurso nas seguintes falas “Sem o empreenda mulher eu teria mais dificuldade no caminho, talvez eu não conseguisse fazer tanto, ou demoraria muito mais”, “Com o Empreenda Mulher eu pude ir para um prédio e colocar sala, empregar as pessoas e o valor veio em ótimo momento, os juros baixos e o prazo para começar a pagar me ajudaram muito, fez a diferença”, “Hoje eu consigo trabalhar de verdade, com algo que eu vejo sentido e vontade em fazer” “Pude montar meu negócio e não trabalhar para os outros, algo que eu sempre quis” e entre outras.

As mulheres se referem ao Empreenda mulher como uma experiência, uma oportunidade mas que ainda precisa ser melhor utilizado e expandido, não só no sentido de conceder mais dinheiro, mas de preparar as beneficiadas, é possível perceber essa percepção nas seguintes falas “É uma ótima experiência mas a pessoa precisa saber como utilizar, e se você não souber, o dinheiro vai embora e você não vai usar. E ainda vai se sentir culpada e frustrada. Para mim foi um sonho, mas para isso a gente precisa aprender, ter conhecimento, fazer aulas e conhecer a própria vida e seu momento. Tem que se dedicar.”, “Seria ótimo se pudesse ter mais cursos específicos que ajudassem no negócio de cada mulher, por setores. Por exemplo, gerenciar uma padaria é muito diferente de gerenciar uma loja de roupas, ou de produtos de beleza. Cada setor muda muito e o curso é muito geral e pequeno, acho que não é um conhecimento real que faz a diferença” e “A parte difícil é lidar com o financeiro, não entendo de administração e isso me atrapalha muito”.

A literatura que aborda a temática do microcrédito comumente referem-se ao tema da capacitação como um dos gargalos para o fortalecimentos dos programa, Silva (2010) destaca que organizações como UNO – União Nordestina une a

concessão de crédito a formação técnica, o programa Mulher Empreendedora realizado em Fortaleza – CE também prevê a capacitação e acompanhamento das empreendedoras, realizando consultoria com as beneficiadas até um ano após a concessão do crédito (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2020) e em 2024 a Prefeitura do Município de Santos lançou um programa de Microcrédito que tem entre os seus pilares a capacitação para apoiar na gestão assim como o acompanhamento técnico junto a entrega do crédito (PREFEITURA DE SANTOS, 2024).

Ademais, o relatório “Avaliação de Implementação da Política de Microcrédito Produtivo Orientado – Relatório Final” publicado pelo Departamento de Avaliação Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação Ministério da Cidadania (2019) relata que há pouco conhecimento sobre gestão entre os empreendedores do programa, muitos afirmam que não separam o dinheiro pessoal da renda do negócio ou acompanham seus lucros de forma continuada, os usuários também afirmam se sentem a ausência do acompanhamento por parte do programa, para ajudá-los a direcionar suas ações com o objetivo de fortalecer o negócio (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019).

Os relatos supracitados demonstram o quanto é atual e enriquecedor para os programas de Microcrédito pensarem sobre suas ações de capacitação para as pessoas beneficiadas, tornar o conhecimento não só uma atividade pontual, mas um pilar na concessão do Microcrédito é benéfico pois promove, entre outros benefícios, mais longevidade aos negócios uma vez que seus empreendedores possuem mais capacidade técnica. Ainda na dimensão Institucional-política as mulheres destacam a importância de fortalecer a comunicação do programa para que o programa chegue a mais pessoas, principalmente quem está começando. Esse pensamento é visível no seguinte relato “Deveria ser mais divulgado e ser mais acessível para quem está começando, quando faço treinamentos vejo que poucas mulheres conhecem”, “Queria que outras pessoas soubessem que dá certo conseguir o Empreenda Mulher, que o governo pode ajudar, muitas pessoas acham que não vão conseguir”. A importância de comunicar corretamente pode influenciar na percepção do público-alvo, se ele reconhece o programa como uma oportunidade alcançável e feita para ele. Como nas falas “Nós mulheres temos uma capacidade muito grande que muitas vezes não reconhecemos, o programa precisa conhecer mais as mulheres para chegar até elas”, “Acredito que o programa ajuda as mulheres pois muitas vezes não achamos que somos capazes de gerir nosso próprio negócio, não fomos ensinadas a ter todo esse

poder”, “A gente se cobra muito e muitas vezes não enxergamos as próprias conquistas e do que somos capazes”, “Tem muitas mulheres que são capazes e só precisam de um empurrão, tem que mostrar mais o programa e chegar até elas” e “Se eu fosse gestora do programa eu contaria a história de outras mulheres que passaram pelo Empreenda Mulher, das dificuldades que passaram e o que fizeram para melhorar. Empreender não é fácil, quando eu comecei tinha pouco conhecimento do negócio”.

O sistema patriarcal que concentra o poder na figura masculina impacta profundamente a forma como as mulheres enxergam o seu lugar na sociedade, como subalterna e que não é capaz de ocupar um lugar de destaque pois no imaginário da sociedade esse lugar pertence ao homem. As lutas e produções feministas tem alterado esse cenário, mas o caminho ainda está longe do fim, portanto essa estrutura de sociedade ainda impacta no modo como a mulher vê a si mesma e suas capacidades.

Foi elaborado o quadro a seguir com o objetivo de compilar os achados desta pesquisa, elucidando as descobertas de acordo com as dimensões da Avaliação com Base na Sustentabilidade (CHACON, 2007) em cruzamento com os critérios da Análise Crítica do Discurso (RODRIGUES; MELO, 2020).

Figura 12 – Resultados alcançados segundo ABS e ACD

	Dimensão da sustentabilidade	Social
Crítérios ACD	Atos da fala	Grande interesse por parte das mulheres que o seu negócio possa representar e apoiar outras mulheres.
	Polaridade	Divergências de origem social e composição familiar, mas 80% delas de origem nordestina.
	Pragmático (conversas informais)	O empoderamento aconteceu de forma diferente entre elas; O desejo de partilhar seus aprendizados revelou o crescimento da autoconfiança entre as entrevistadas.
	Retórica (poder de repercussão)	Acredito que entre os motivadores para o desejo de apoiar outras mulheres venha do fato do programa ser dedicado às mulheres, então por sua vez, elas conhecem mais histórias femininas.
	Repertório interpretativo (temas que adotam)	O posicionamento social e sua grande satisfação em poder atuar de forma que o seu trabalho reflita suas convicções de vida.

	Dimensão da sustentabilidade	Econômico	Ambiental
Crítérios ACD	Atos da fala	Foi percebida que na prática há maior instabilidade na renda com o novo negócio, embora tenha havido crescimento.	Entre as descobertas da pesquisa está a relação com a comunidade, onde as mulheres com negócios físicos aumentaram o seu engajamento com seu bairro.
	Polaridade	Como divergência: o papel que o empreendedorismo tem em sua vida e o sentido de independência; Como congruência: demonstraram ter uma relação afetiva com o negócio que atuam e esta é, uma das razões para buscar empreender.	
	Pragmático (conversas informais)	Em todos os casos a renda proveniente do negócio é a principal fonte das beneficiadas.	
	Retórica (poder de repercussão)		
	Repertório interpretativo (temas que adotam)		

Fonte: Autora (2024)

No início da entrevista apresentei a proposta da pesquisa e a intenção de conhecê-las melhor a fim de compreender como o Empreenda Mulher impactou suas vidas. Solicitei que as mulheres falassem abertamente sobre suas histórias de vida para nos conhecermos melhor, como se deu sua trajetória profissional, quais desafios enfrentaram, como surgiu a ideia de ter o próprio negócio e qual é o papel do empreendedorismo na sua vida. Foram conversas muito fluidas e leves, onde as mulheres demonstraram estar à vontade para contarem suas histórias.

A primeira dimensão da ABS a ser tratada foi a institucional-política, que se conecta com o primeiro objetivo específico desta dissertação. Nele as mulheres foram perguntadas sobre qual é o objetivo do Empreenda Mulher na visão delas, por quê procuraram o microcrédito, o que elas fariam diferente no programa se pudessem e como seriam suas vidas sem ele, mas durante a conversa outras perguntas surgiram. O relato “se você não souber utilizar o dinheiro vai embora e você não vai usar. Para mim foi um sonho, mas para isso você precisa aprender, ter conhecimento e fazer aulas” mostra como a oferta do crédito é uma parte do caminho para promover o desenvolvimento dessas mulheres, é necessário prepara-las e capacita-las para que tenham mais sucesso no empreendimento após o crédito. E outras mulheres também relataram a importância da capacitação, ilustrada nas seguintes falas: “Eu daria oportunidade para elas de estudar, dar cursos antes de empreender”; “Muita gente faz o curso por fazer, e acho que nem sempre é um conhecimento real, seria legal saber a área da pessoa e dar um curso mais específico sobre o negócio”; “ Eu tive várias dificuldades pra conseguir as documentações, eu não sabia muito bem como funcionava ter um negócio pois nunca tive esse contato com administração”; “Um das minhas maiores dificuldades é a administração e o financeiro, saber separar o

dinheiro do negócio e o meu pessoal, mas fui aprendendo na marra com o dia dia e minha amiga sócia que me ajuda muito” e “Tive que aprender a separar o dinheiro do banco e do pessoal”. A capacitação é um grande diferencial do microcrédito orientado em relação aos bancos tradicionais, segundo a experiência do Sistema Nacional de Emprego, seção do Ceará (SINE-CE) no Programa de Apoio a Microunidades de Produção (PAMICRO) relatada por Santiago (2014) a concessão de crédito com capacitação gerencial aos microprodutores gerou uma inadimplência menor que 1%. Na Pesquisa Perfil do Microempreendedor individual realizada em 2019 pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE 54% das dos empreendedores necessitam de aprimoramento em controles financeiros e 50% de orientação para crédito/financiamento (PEREIRA, 2020). Esses relatos e pesquisas revelam o quanto os programas de microcrédito precisam expandir suas ações quanto a capacitação técnica.

Permanecendo na dimensão institucional-política, as entrevistadas também relatam que entender do que as mulheres precisam e comunicar-se melhor com elas tornaria o programa melhor, evidenciado pelas seguintes falas: “Nós mulheres temos uma capacidade muito grande, então o Empreenda Mulher poderia ajudar mais buscando entender do que as mulheres precisam” sobre a comunicação “Ele (o EM) deveria ser mais divulgado e chegar nas (empreendedoras) que estão começando, hoje eu do curso de beleza para muitas mulheres que não conhecem essa oportunidade e eu acabo falando do EM para elas”; “Seria bom divulgar o programa de uma forma mais ampla, eu só conheci o programa por uma amiga minha” e “Eu conheci o EM pela Aliança Empreendedora, fazia curso lá, mas poucas mulheres conhecem”.

Como um dos pontos de mais destaque nas entrevistas com as mulheres foi a presença de um posicionamento social na maioria das entrevistadas e a sua grande satisfação em poder atuar de forma que o seu trabalho refletisse suas convicções de vida, essa característica enquadra-se na dimensão social da ABS e está entre os requisitos de análise da ACD. Esse posicionamento se deu no grande interesse delas que o seu negócio pudesse representar e apoiar as mulheres, principalmente do seu entorno como por exemplo, a priorização de que suas funcionárias sejam do seu próprio bairro, a busca por mostrar mulheres reais e fora do padrão eurocêntrico em seu negócio de beleza e outros exemplos, algumas falas retrataram esse posicionamento: “Atualmente trabalho com roupa de mulheres, adoro esse meu espaço de vesti-las e trabalhar na loja com mulheres. Gosto como elas saem daqui mais fortes,

felizes e autoconfiantes. A roupa é como ela se mostra ao mundo e demonstra sua personalidade. Hoje já somos amigas e nos ajudamos, criamos um laço” e “Gostaria de dizer a todas as mulheres que tenham coragem de ir atrás do seu negócio, crescer, expandir, muitas vezes somos ensinadas que não temos essa capacidade, mas quero encorajar as outras mulheres a conseguirem”. Entre elas há quem participa de feiras locais para expor seus produtos trazendo para o seu negócio clientes da região, em alguns casos as mulheres destacaram que priorizam empregar mulheres da sua região em seu negócio mostrando o quanto acham importante contribuir para a melhoria da renda de outras mulheres de sua região.

Entre elas há quem busca levar bem-estar às mulheres e relata o quanto se sente realizada quando uma cliente diz que se sente mais confiança e feliz usando seus produtos. Há quem busca representar em seu negócio mulheres com diversas belezas através de fotos e decoração, retratando as mulheres reais e de todas as cores especialmente mulheres negras, pois comumente os salões de beleza retratam a beleza do ponto de vista americanizado, tendo a mulher branca e loira como ideal. É interessante como a crítica à “beleza ideal” já está sendo questionado e combatido pelas mulheres ditas mais “comuns”, fora dos ambientes acadêmicos, Wolf (2018) conta em sua obra como as mulheres são levadas a pensar que bela é aquela alta, magra, branca, loira e sem poros ou assimetrias na pele. Entre as grandes intervenções do movimento feminista está a quebra de paradigmas quanto ao que se espera do corpo de uma mulher e ele foi desafiando de forma ousada as normas que fazem as mulheres sentirem auto-ódio por não alcançarem esse padrão, então ter iniciativas hoje que promovam a saúde e a beleza de forma inclusiva para todas as mulheres certamente é benéfico e vai ajudar que mais mulheres assumam e amem seus corpos (HOOKS, 2018). As ações realizadas pelas mulheres entrevistadas do Empreenda Mulher de valorização feminina contribuem para tornar suas regiões mais acolhedoras e podem ajudar a elas mesmas, a se fortalecerem e superar as situações de desvalorização que vivenciaram ao longo de suas trajetórias.

Ao analisar as entrevistas de acordo com Rodrigues, Melo (2020) quanto aos Atos da fala (aquilo que é trazido na fala sobre a vida do sujeito) e Polaridade (oposições existentes nos discursos) notou-se que as beneficiadas possuem percepções diferentes sobre o sentido de liberdade e independência, viu-se presente em um discurso a “necessidade das mulheres de escapar da vida doméstica e sair para trabalhar independente dos pais ou maridos”, e como afirmam Arruzza, Bhattacharya e

Fraser (2019) essa é uma narrativa historicamente predominante na mulher branca que precisou de fato lutar para conseguir sua participação no mundo do trabalho, entretanto em outros discursos via-se a luta por uma vida com mais dignidade, oportunidades e qualidade de vida, que é a urgência presente na vida da mulher negra periférica.

Ainda de acordo com Rodrigues, Melo (2020) no quesito polaridade, que diz respeito às diferenças entre as entrevistadas, foi descoberta a influência na dissertação da quarta dimensão da Avaliação com Base na Sustentabilidade, o Ambiental. Esse pilar trata para além da gestão ambiental, mas a gestão e relação com o território, as relações sociais, políticas e produtivas das pessoas com o meio em que vivem (CHACON e NASCIMENTO, 2020). Ou seja, considera o meio ambiental de forma ampliada considerando a conexão com o território. Segundo Ferreira (2019), territorialidades é como as pessoas usam, organizam e dão significado ao lugar. Esse conceito pode ser retratado por uma estrutura tridimensional entre sociedade, espaço e tempo em que o indivíduo produz, consome e se relaciona tomando para si e ao mesmo tempo é produto daquele espaço (RAFFESTIN, 1993) e Morais (2018) complementa que o território pode ser considerado como produto da relação entre o homem e o meio ambiente, e ambos os conceitos território e territorialidades são dimensões constitutivas da relação do ser humano com o meio ambiente, ou seja, é fruto dos conteúdos, processos e relações que lá acontecem, interferem e modificam. Essa forma ampliada de considerar o meio ambiente inclui as relações produtivas entre as pessoas e a natureza, que atualmente assume uma atuação complexa e contraditória como resultado das ações humanas e do capitalismo que trata a natureza apenas como objeto de consumo, entretanto é crucial que o ser humano veja-se como parte integrante do meio ambiente para que possa revisitar a forma como se relaciona com ele (RODRIGUES, SOUZA, s.d.).

A partir dos conceitos podemos observar que considerar o meio ambiente vai para além das questões ligadas a natureza propriamente ditas, como flora e fauna do local. Mas também compreender a comunidade que ali reside, a cultura e os costumes presentes que ditam a forma como a região funciona, os residentes mais antigos, os mais novos, os pequenos negócios e a feira que enchem as ruas. Com esses elementos é possível compreender o papel fundamental que o território tem na construção de uma comunidade e o quanto alguém se permite pertencer a determinado local, quer tenha crescido nele ou não.

Essa presença foi percebida durante as perguntas do Dimensão Social quando foram perguntadas sobre quais e se realizam atividades em seu bairro, sua opinião sobre as políticas públicas de oportunidades sociais como meios de transporte e postos de saúde, as relações e amizades que mantinham e como tudo isso se relaciona com o seu negócio. A partir desses questionamentos as mulheres relataram sobre sua participação na comunidade e foram percebidos diversos pontos que chamaram atenção nesse sentido, tornando importante analisar os discursos considerando o meio ambiente.

Por fim, entre as mulheres que mudaram de bairro durante o crescimento do negócio foi relatado que a relação com a comunidade cresceu também devido as diversas ações promovidas pelo próprio bairro, sendo percebida como uma cultural local e não necessariamente uma postura individual mas que já compõe os costumes da própria região como nas falas a seguir “o bairro se junta muito para ações urbanistas de melhoria do bairro, tem muitas associações e grupos de vários temas, mas é algo muito novo pra mim, eu não tinha convivência com iniciativas comunitárias”, “Antes eu tinha só uma loja virtual mas graças ao Empreenda Mulher consegui montar minha loja física e pude criar uma conexão com minhas clientes. As feiras também me ajudam muito”, “Hoje eu participo de grupos no meu bairro, as vezes nos juntamos para arrecadar coisas, teve uma ação no Dia das Crianças de arrecadar brinquedos e quilos de alimentos para pessoas da nossa região. Busco conhecer os influencers da região e fazer parcerias locais, com outros negócios da região e meu negócio cresceu muito, já temos funcionários”. Esses costumes e interações que as entrevistadas passaram a adotar pode ser entendida como uma cultura local, que segundo Vicente (2020) engloba diversos processos sociais de significação, produção, circulação na vida social, é também uma expressão simbólica e construção coletiva e em complemento, Fontes (2022) compreende as relações comunitárias como experiências significativas ligadas ao local de moradia. Os negócios das mulheres as fazem ter um convívio maior com a vizinhança e essas experiências vivenciadas no território passam a compor a identidade dessas mulheres, que influenciam e são influenciadas pelos costumes de seu bairro.

Esses relatos são unicamente das mulheres que possuem negócios físicos de produtos e serviços mesmo que não estejam atualmente no bairro que cresceram, mas estão criando laços. Em contraponto, entre as mulheres que possuem negócios virtuais foi percebida uma menor relação com o seu entorno e nenhuma relação afetiva

com seus clientes. O estabelecimento de uma relação entre afeto e empreendedorismo ainda é um conceito recente, mas essa conexão é percebida no sentimento de autorrealização dos donos de pequenos negócios. O afeto desempenha um papel importante no processo de empreender, impactando a criatividade e inovação presentes no negócio (BARON, 2011) e a presença desse afeto impacta no aumento da capacidade de explorar oportunidades, de pensar em soluções criativas, inovadoras, na formação de relações mais confiantes e positivas de trabalho, e essas atitudes são observadas naqueles que gostam e tem paixão pelo que fazem (OLIVEIRA; DAVEL, 2021).

Como um ponto de convergência entre elas, foi percebido que todas as mulheres tinham um laço afetivo com o seu produto ou serviço, menos que não o tivessem com a comunidade em si, mas seus negócios representam não somente a fonte de renda mas a realização de sonhos que tinham desde a infância ou que há tempos buscavam. Seja através de um sonho antigo pela culinária em que acreditava não ser possível ter sucesso nessa área, o desejo de ser independente em seu trabalho ou agir com criatividade investindo na beleza para além de trabalhar para outras pessoas.

Essas polaridades presentes nos discursos, como oportunidades sociais e educação, revelam o quanto as políticas públicas desempenham papéis diferentes na vida de suas beneficiadas, a depender do seu ponto de partida na vida.

No critério Pragmático, as conversas informais revelaram diversas questões importantes como o empoderamento, mas isso aconteceu de forma diferente entre elas, cada uma tem de uma história de vida diferente e conseqüentemente o seu empoderamento também foi a partir de situações diferentes. Entre as entrevistadas foi possível perceber o quanto elas se empoderaram a partir da criação do seu negócio, em algumas delas veio a partir da grande força de vontade de mudar de vida e quando descobriram o Empreenda Mulher foi a oportunidade para conseguirem realizar seus sonhos como por exemplo, abandonar antigos subempregos em áreas que não as deixavam satisfeitas e felizes. Em outra, o empoderamento veio quando conseguiu viver do seu negócio e assim pôde ter mais liberdade para que o seu trabalho refletisse seu pensamento de vida, que é o negócio relacionado a beleza onde a beneficiária pode trabalhar com o bem-estar para mulheres, que era sua grande vontade. Ainda no quesito empoderamento, quando foram questionadas sobre como se deu a educação na sua vida, muitas não tiveram acesso à educação até o nível superior, mas com a criação

do seu negócio passaram a conseguir enxergar novas oportunidades e foi percebido o crescimento dessa valorização do aprendizado em todas as mulheres entrevistadas, seja para conhecerem mais sobre gestão, sobre a parte técnica do seu negócio ou até mesmo a retomada da educação formal. O empoderamento é um processo por meio do qual pessoas ou comunidades adquirem controle sobre questões de seu interesse (BAQUERO, 2006) mas também é viver de forma autônoma com altivez e espaço para refletir sobre si e os outros (BAQUERO apud HERRIGER, 2006), Simon descreve uma mulher empoderada como aquela que participa e toma decisões sobre sua vida, tem uma visão crítica sobre a realidade e consegue atuar na sua qualidade de vida (SIMON, 2015). Esse é um conceito amplo, com muitas definições e no âmbito das mulheres entrevistadas pode-se afirmar que esse empoderamento vem acontecendo não somente pela independência econômica com o negócio, mas com a nova forma de enxergar as possibilidades em sua vida e o crescimento da autoconfiança de que é possível mudar sua realidade.

Entre as entrevistadas notou-se sua vontade de compartilhar o que aprenderam com outras mulheres e a vontade de “trazê-las para perto” e crescerem juntas. Esse desejo por partilhar seus aprendizados revela o crescimento da autoconfiança e de passar a se sentir responsável pelo crescimento, esse é um sentimento de ter controle sobre a própria vida e não de que está à mercê da sorte. Acredito que nos sentimos assim quando temos oportunidades na vida e embora o caminho rumo ao desenvolvimento pessoal delas ainda esteja sendo traçado, mas o Empreenda Mulher foi um ponto de partida e recomeço para muitas delas. Muitas frases podem exemplificar o que foi concluído acima, como: “ Eu me cobrava muito, muitas vezes a gente não enxerga as próprias conquistas e hoje eu me vejo uma mulher muito guerreira. Não pensei que teria coragem de conquistar tudo que eu conquistei”, “Agora que montei meu negócio quero ensinar outras mulheres a aprenderem sobre as técnicas e poderem crescer também”, “Nós mulheres temos uma capacidade muito grande”. “Hoje eu me defino como uma mulher forte e determinada”, “Quero construir um espaço que tenha valor e traga a história de outras mulheres”, “queria trazê-las para trabalhar aqui” e etc.

Os critérios atos da fala e pragmático estão muito conectados com as histórias de vida dos autores do discurso, pois as pessoas trazem em suas falas traços da sua vida assim como nas conversas informais. A seguir citarei alguns traços de suas vidas que segundo as mulheres, foram relevantes para quem elas são hoje. Quando

ouvi: “meu ex-marido deixou um rombo financeiro no meu nome e fiquei com medo de sujar meu nome e fui pagando aos poucos”.

Sobre a Retórica, foi notável como as empreendedoras passaram a querer ajudar outras mulheres quando passaram a participar do Empreenda Mulher, analisando o discurso acredito que isso se deve ao fato de que o programa é dedicado às mulheres então por sua vez, elas conhecem mais histórias femininas. E por fim, no quesito Repertório Interpretativo, as empreendedoras se colocam felizes por seu negócio contribuir com outras mulheres, por exemplo: “No meu equilíbrio consigo acolher as mulheres, pois eu não sou só, sou com as outras mulheres ao meu redor”. Posso conectar esse posicionamento com o conceito de autonomia proposto por Biroli (2013) que segundo a autora tem um viés individual, entretanto em parte das entrevistadas foi evidente o sentimento de comunidade e empatia com outras mulheres e seus desafios.

A pesquisa buscou responder se o programa promoveu o desenvolvimento pessoal das beneficiadas, esse desenvolvimento pode estar relacionado com questões relativas à melhora da saúde e bem-estar, maior conhecimento sobre suas fortalezas e fraquezas, maior qualidade do seu convívio social e, o crescimento profissional. Conforme citado no referencial teórico, o desenvolvimento deve expandir as liberdades como a participação política e reduzir privações, como o acesso à saúde (SEN, 2010). A partir da análise acima acredito que o Empreenda Mulher é capaz de promover o desenvolvimento pessoal das mulheres parcialmente, pois ainda enfrentam muitos desafios. Durante as entrevistas foi dito pelas beneficiadas que tão importante quanto receber o dinheiro é saber como usá-lo, então pode-se concluir que fornecer o microcrédito sem a devida orientação, capacitação e acompanhamento é improdutivo e pode trazer até insucesso para o programa e frustração para suas beneficiadas.

O Programa influenciou e modificou fortemente a trajetória das mulheres e hoje, em todos os casos, a renda das mulheres cresceu e vem unicamente do seu negócio, que foi criado ou expandido a partir do investimento do Empreenda Mulher. A independência financeira foi importante para que as entrevistadas pudessem voltar-se a si mesmas e compreender o que é importante para elas.

Sobre o terceiro objetivo específico da pesquisa que trata das oportunidades sociais, nota-se que após a estruturação do seu negócio, o primeiro investimento realizado pelas entrevistadas foi na melhoria da sua moradia. Seja na mudança para uma residência mais digna, expansão ou até mudança para um bairro

que julga ser mais confortável e ter mais acesso. Segundo Pessanha (2019), a moradia é um direito fundamental e impacta a saúde, qualidade de vida, acesso a oportunidade, educação e empregabilidade das pessoas. O problema de moradia nas grandes capitais é abissal, causado pela superpopulação não planejada concentrada nas cidades que afeta não somente a qualidade da moradia em si, deixando os moradores à margem, mas também prejudicando o acesso aos direitos humanos, civis, econômicos, políticos, sociais, culturais e ademais, deve ser encarado como um problema de raça, gênero, classe e segregação econômica (ROLNIK, 2009). Com as falas das autoras acima fica evidente o impacto que a melhoria da moradia tem na vida das pessoas, no Empreenda Mulher as mulheres são agentes dessa mudança. Nas entrevistas, algumas falas evidenciam essa melhoria nas residências das famílias: “A gente saiu de uma casa de 900 reais e hoje realizamos o nosso sonho da casa própria” e “sem a oportunidade do Banco do Povo, ainda estaria na kitnet”. Tal mudança proporcionou uma melhoria na vida de todo o núcleo familiar, para além das beneficiadas. Nesse sentido, o investimento em políticas públicas que incentivem a renda das mulheres poderá contribuir com toda a sociedade.

Dando continuidade a dimensão social, é relevante abordar a estrutura de oportunidades sociais e contexto de vida que as entrevistadas tinham acesso. “Eu não tive oportunidade de estudar quando nova, meus pais não tinham condições para me oferecer com muitos filhos. Mas hoje tenho a oportunidade de conseguir as coisas e minha vida mudou muito”, “Cresci na periferia mas ao longo da vida tive algumas oportunidades, no bairro que eu morava não tinha tanto acesso a lazer e transporte mas hoje considero que tenho mais qualidade de vida”, “Nunca tive oportunidade de fazer faculdade, mas hoje estou construindo minha vida”, “Foi difícil criar meus filhos sozinhas, trabalhando a noite e tudo que eu conseguia era para eles. Com filho pequeno é difícil. Parei os estudos no ensino médio, sempre pensei em fazer faculdade, mas no meu tempo não tinha tantas bolsas e não era tão acessível como hoje. Mas hoje busco fazer vários cursos para me ajudar. Hoje tenho gosto do meu filho estar fazendo faculdade”. É possível perceber que maioria das mulheres entrevistadas tiveram pouco acesso a oportunidades sociais como a escolarização, mas a valorizam e orgulham-se que seus filhos possam ter acesso ao ensino superior. Esse acesso reflete a democratização da educação no Brasil que impactou no crescimento do acesso ao ensino superior no país. Esse é um conceito recente, chamado “estudantes de 1º geração” e são conceituados como estudantes cujos pais não têm nenhum tipo de

educação superior (REDFORD; HOYER apud FELICETTI *et al*, 2019) e segundo pesquisa realizada na Universidade Estadual do Paraná de 2015 a 2018 foi possível verificar que 75% dos estudantes são os primeiros de suas famílias a ingressarem no ensino superior (PATARO, 2019) e atualmente a universidade tem deixado de ser um espaço exclusivo dos mais ricos para ser ocupada por diversos cidadãos dos mais variados contextos sociais (SCHUH, 2017). O acesso as oportunidades sociais como a educação provoca discussões estruturais que impactam não somente o indivíduo, mas as próximas gerações e nas entrevistas foi possível identificar em havia famílias cujos descendentes podem ser considerados como estudantes de 1ª geração. Ainda sobre o contexto social das mulheres entrevistadas e retratando o critério da ACD Polaridades, foi notável que cerca 80% das mulheres são de origem nordestinas, sejam elas mesmas ou seus pais. Segundo Fontes (2021) a cidade de São Paulo vivenciou diversas migrações nos anos 1970 e essas famílias ansiavam ingressar no mundo do trabalho formal e foi muito presente nos discursos a frase “vim fazer a vida em São Paulo”.

Neste subcapítulo foram relatados os achados a partir dos discursos das mulheres entrevistadas, sendo considerados aqueles comentários presentes em todas ou na maioria delas. Entretanto durante a discussão da dimensão social e os impactos do negócio na relação com a comunidade, um comentário chamou atenção por conter vestígios do conhecido receio que uma boa parcela das mulheres tem até hoje, que é de serem ligadas ao feminismo. Entre as mulheres entrevistadas uma delas comentou que atualmente tem participado de um grupo de mulheres do bairro que se unem para propor melhorias, mas como ela citou “não é nada feminista...”. O feminismo busca colaborar para avançar rumo a igualdade de gênero, onde nenhum gênero deve ter um papel de dominação ou subordinação na sociedade (BIROLI, 2013) entretanto esse receio das mulheres de serem associadas ao feminismo como algo negativo não é tão atual, Adichie (2019) comenta que quando foi chamada de feminista pela primeira vez, durante uma discussão com um amigo, o tom era de desaprovação como se fosse associada ao terrorismo ou algo tão mal-visto quanto. Wolf (2018) cita que nos anos 1980 o extremo conservadorismo alavancou um forte “antifeminismo”, tornando qualquer ideia ligada ao feminismo como grosseira, descontrolada, exagerada e outros adjetivos que buscavam depreciar o seu objetivo central, tornando-se quase um “palavrão” criando o estereótipo da feminista como feia e incapazes de satisfazer um homem. Toda essa mídia agressiva que criou esse modelo de feminista gerou um imaginário na mente das pessoas onde se firmou o grande receio em se associar ao

feminismo, tal percepção está presente até os dias de hoje, buscando deslegitimar as lutas em busca pela igualdade de gênero.

Abaixo, um panorama geral sobre cada entrevista, com nomes fictícios para preservar a identidade das participantes:

A trajetória da Maria muito me emocionou, uma mulher que trabalhou a vida toda como doméstica e até em dois empregos para sustentar seus filhos como única provedora do lar. Tendo crescido em uma vida sem oportunidades, buscou no microcrédito uma oportunidade de atuar com aquilo que gosta e não trabalhar mais para ninguém. No início teve dificuldade em se registrar como empreendedora, pois não tinha nenhuma formação ou orientação para montar um negócio, então buscou cursos para aprender mais e encontrou o Empreenda Mulher, saiu do seu trabalho como doméstica para ter o seu próprio negócio no ramo da beleza. Hoje sua renda é proveniente do salão, conseguindo mudar-se para uma moradia maior e com mais cômodos, aumentando sua qualidade de vida. A Maria afirma que “sem a oportunidade do Banco do Povo, ainda estaria na kitnet trabalhando com as faxinas”. Sobre o modelo de negócio, o que mais chamou atenção foi o seu desejo de que em seu salão não tivessem fotos de mulheres loiras e perfeitas, mas sim, de mulheres comuns e reais, que lutam diariamente, mas que gostam de se sentirem bonitas. O título do seu negócio traz a força que ela tem, Maria Bonita. Abaixo na foto 2, uma foto de uma parte do salão onde se vê diversas fotos de mulheres negras.

Foto 2: Foto do negócio de uma das entrevistadas, Maria.



Fonte: Instagram Maria Bonita (2024)

Luzia é uma mulher que se encontrou após o Programa, se recuperou das dívidas que o ex-marido deixou e pôde expandir seu negócio e trabalhar em algo que a faz feliz. Hoje ela relata o quanto se sente bem em poder levar esse bem-estar e a beleza para mulheres, pois muitas vezes, segundo ela, somos desvalorizadas pelo outro e ao acreditar nisso, deixamos de acreditar em nós mesmas.

Bianca vem de Brejo Santo - CE, com 17 anos voltou para São Paulo mas sente que seu coração é do Nordeste. É uma mulher que gosta e tem muito talento para a beleza, sempre lutou para crescer embora nem sempre tivesse condições de explorar

seu potencial. O Programa permitiu que ela alcançasse seus sonhos, entre eles o da casa própria. Ela afirma que sem o Empreenda Mulher teria mais dificuldades no caminho, talvez não tivesse conseguido conquistar tudo que conquistou ou, demoraria muito mais. Hoje ela se sente uma mulher corajosa, independente, guerreira e orgulhosa de si. Essas características percebidas na Bianca gera a reflexão de que considerando o mundo em que vivemos, onde nenhuma mulher é boa o suficiente, sentir-se como a Bianca é realmente uma vitória e um grande passo para o seu desenvolvimento. Pode-se afirmar que Bianca é uma mulher empoderada, pois conhece a si mesma com todas as suas potencialidades e desafios, enxergando um futuro para si e as mulheres ao seu redor.

Foto 3: Foto do negócio de uma das entrevistadas, Bianca.



Fonte: Instagram (2024)

Carla nasceu no interior da Bahia com mãe lavadeira e pai pedreiro, desde jovem veio tentar a vida em São Paulo assim como sua irmã e muitos outros nordestinos que trilharam esse mesmo caminho. Trabalhou sempre em casas de família mas do que gostava mesmo era de cozinhar, fez cursos na área para aprender mais até que o desemprego bateu na porta e uniu a necessidade com a oportunidade para montar seu negócio por meio do Empreenda Mulher. Carla é uma mulher muito ligada a família, se define como mãe, mulher, dona de casa, esposa, amiga e dedicada a ajudar o próximo. Com todas as incertezas da vida, mudar de um emprego fixo em casa de família para o empreendedorismo foi um desafio, pois como ela diz “Empreender é muito difícil pois não é seguro, você precisa conquistar um público” mas a renda é melhor, permitiu que ela conseguisse melhorar sua casa e através dele, estar mais perto dos filhos, pois trabalha em casa. Segundo ela, o objetivo do Empreenda Mulher é ajudar as mulheres, pois “muitas vezes as mulheres não têm o pensamento de trabalhar pra si mesma achando que não tem capacidade de conseguir e lidar com o público é difícil, mas o Empreenda Mulher ajuda bastante”. Seu trabalho online lhe permite ter mais alcance e conforto em casa, mas em contraponto acredita não ter muita relação com seus clientes pois são aleatórios e ainda não criou vínculos em seu bairro.

Tainá possui uma realidade um pouco diferente das demais entrevistadas, mesmo sendo periférica, mas possuiu uma estrutura familiar sólida que a permitiu ter acesso a oportunidades como por exemplo, convênio médico, formação superior e educação. Seguiu uma carreira com emprego fixo, mas estava infeliz e seu maior desafio foi fazer essa transição, ela diz: “sempre gostei de cozinhar, mas nunca pensei que poderia ser uma profissão”. O Programa foi muito importante para que ela pudesse arriscar uma nova carreira e assim como nas demais, usou o negócio para ajudar outras pessoas pois seus primeiros clientes foram ong’s do bairro.

A partir das entrevistas realizadas foi possível identificar de que forma o Empreenda Mulher impactou a vida das mulheres beneficiadas, na dimensão econômica, com a independência econômica. Na dimensão social: Através da oportunidade de as mulheres atuarem com o que gostam, com a criação de laços entre as mulheres por participar de um programa dedicado a elas e ao passarem pela experiência de criar e gerir o próprio negócio, podem passar a se sentir mais empoderadas. Contudo, é preciso observar suas limitações quanto a dimensão institucional-política, como por exemplo, ao exigir apenas um curso como critério para

sua participação quando poderia promover uma capacitação mais estruturada e que certamente poderia influenciar positivamente a continuidade dos negócios após o empréstimo, existindo assim oportunidades para outras parcerias que apoiem as mulheres quanto a sua capacidade técnica.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade de gênero prejudica profundamente o desenvolvimento não somente das mulheres, mas de toda a sociedade. De acordo com o ODS 5, é necessário garantir a participação plena das mulheres em todos os setores da sociedade, seja na esfera política, econômica ou pública (ONU-BRASIL, 2015). Essa é apenas uma entre tantas outras metas cruciais na busca pela igualdade de gênero, pode-se afirmar que elas são complementares entre si e devem funcionar de forma integrada para garantir o sucesso do objetivo. Entre essas desigualdades está a inserção econômica, mas que infelizmente não é assegurada a todas as pessoas. Acredito que esse não haja uma solução única para este problema e sim, que é necessário um conjunto integrado e multifacetado de iniciativas sólidas e duradouras que enfrentem a desigualdade de gênero.

O microcrédito surge apenas como uma dessas facetas, como uma ferramenta que contribuiu com a construção das condições para fortalecer o processo de autonomia produtiva e, por consequência, pessoal, em especial para as mulheres.

Nesta dissertação foi avaliado o Empreenda Mulher na cidade de São Paulo, programa de Microcrédito produtivo implementado pelo estado de São Paulo em 2021. A motivação para criação do Programa se deu no período da pandemia da COVID 19, devido ao enorme desemprego do período.

Hoje, em 2023, após dois anos de implementação do Programa, respondo: Em que medida as Políticas Públicas de Microcrédito orientadas às mulheres são capazes de promover o desenvolvimento pessoal das beneficiadas?. A partir do trabalho realizado é possível concluir que a intenção em construir o Empreenda Mulher se deu em incentivar a participação das mulheres no pequeno empreendedorismo, principalmente diante da situação avassaladora que foi a pandemia do COVID 19 em 2020 e 2021 em que muitas famílias perderam seus empregos e necessitavam de uma outra saída para sua subsistência. Olhando sob a ótica institucional-política da ABS, essa intenção de maior participação das mulheres aconteceu de fato, pois hoje há mais mulheres clientes do banco do povo mesmo o programa tendo poucos diferenciais em comparação aos demais programas da instituição. O fato de ter uma comunicação, prazos maiores e linha dedicada às mulheres já foi capaz de aumentar sua participação no mundo dos negócios. A pesquisa foi realizada por meio de diversas visitas aos atores institucionais, como a

Secretaria de Desenvolvimento Econômico de São Paulo, Coordenadoria de Empreendedorismo e da Micro e Pequena Empresa (CEMPE) e no Banco do Povo onde pude observar o dia a dia da política. Ademais, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os funcionários do banco e mulheres beneficiadas.

A partir das entrevistas foi possível identificar as premissas e objetivos propostos na formulação do programa, conforme afirmado pela entrevistada “Havia uma grande discrepância entre os homens e mulheres clientes do Banco, notamos que as mulheres não se enxergavam como empreendedoras. Então implementamos o Empreenda Mulher e mesmo tendo pouca diferença dos demais programas do banco, mas ter um programa dedicado a elas fez toda a diferença na adesão e na autoconfiança feminina”. A partir do relato acima é possível concluir que o programa tem contribuído na inclusão das mulheres no microcrédito produtivo.

Ao analisar a dimensão econômica da ABS, o programa influenciou em demasiado a trajetória e a renda das mulheres beneficiadas, pois elas relataram que o programa foi sua grande saída e chance de mudarem de vida, seja do ponto de vista pessoal, profissional ou financeiro. Ademais, mencionam o quanto suas vidas estariam diferentes caso não tivessem conseguido participar do Empreenda Mulher.

O acesso às oportunidades sociais que as beneficiadas tiveram após a inserção no programa variou entre as mulheres, pois algumas que possuíam uma estrutura familiar mais consolidada e logo, tinham mais acesso, como por exemplo, ser dependente do convênio de saúde do cônjuge. Mas em todas nota-se que as oportunidades cresceram após o Empreenda Mulher, desde a busca pela continuidade nos estudos, maior autoestima, tempo disponível para cuidados com a saúde, mudança para um bairro com mais acesso a transporte e outras políticas públicas.

Quanto a pergunta proposta para esta dissertação, sob o ponto de vista da dimensão social, foi possível perceber durante as entrevistas outros desafios que as mulheres enfrentam para além da questão financeira, como a dificuldade de capacitação para conseguir conduzir seu negócio, o acompanhamento e desenvolvimento da família como a busca por uma moradia digna e outros. Portanto, mesmo que o microcrédito promova a autonomia financeira das mulheres, não se pode garantir que esse acesso seja suficiente para promover seu desenvolvimento pessoal, sua completa independência, a modificação da sua realidade e do seu entorno com acesso às oportunidades sociais.

Avaliar esta política pública utilizando a ABS trouxe uma visão mais ampla sobre a ideia de desenvolvimento e isso é importante pois as pessoas e a sociedade possuem demandas que originam das diversas áreas da vida, as políticas precisam desse olhar ampliado sobre as pessoas, elas não são só renda ou trabalho, mas também é crucial pensar sobre como interagem com o meio ambiente e sua dignidade como seres humanos.

Entre os objetivos de uma pesquisa de Políticas Públicas está o potencial de contribuir com o seu aperfeiçoamento, então após a aprovação desta dissertação serão buscados os atores para lhe dar a devolutiva e agradecimento por suas participações. As observações aqui identificadas podem colaborar com a evolução do Empreenda Mulher por contemplar o ponto de vista das mulheres e ser uma análise externa aos colaboradores que estão diariamente lidando com a política pública, fornecendo um olhar crítico de fora da situação. Para as beneficiadas, esse trabalho poderá trazer mais confiança para a sua atuação, pois saberão que não estão sozinhas e sua opinião é importante.

Por fim, um ponto que chamou atenção durante a dissertação foi o papel do Agente de Crédito. São funcionários do banco que trabalham em campo, recebem a demanda da mulher que solicita o crédito e avalia sua situação, conhecendo o negócio das beneficiadas para que possa reportar a instituição as necessidades das solicitantes e posteriormente, acompanha a devida aplicação do crédito, mas só no que tange a questão financeira. De acordo com Kochhann (2017), o agente de crédito contribui com a sustentabilidade da operação do microcrédito, pois caso sejam realizadas visitas aos negócios pode reduzir a inadimplência no programa, em suas visitas de inspeção e reuniões ele também pode adequar o valor do crédito à realidade das empreendedoras. Além dessas funções, acredito que o agente poderia ter um papel ampliado sendo mais ativo e propositivo, podendo ser usado como um canal para levar mais conhecimento e informação para as mulheres, principalmente na etapa após a obtenção do valor do empréstimo.

A criação de uma estratégia de pós-crédito poderia gerar muito sucesso e sustentabilidade para a política, uma vez que irá influenciar positivamente no sucesso dos negócios investidos. Com um acompanhamento desestruturado, as mulheres têm pouca assistência técnica e consultoria para continuar seu empreendimento, acabando por retornar ao banco para novas solicitações em demorado ou até na própria falência.

Para além da cobrança de retorno do valor, o pós-crédito deve focar na busca pelo sucesso do usuário.

Essa foi uma etapa do processo pouco explorada devido a questão de tempo e escopo da dissertação, entretanto futuros estudos nesse sentido poderão contribuir muito com a melhoria da política pública Empreenda Mulher e até com outros programas brasileiros, pois ele permite que o programa se aproxime das mulheres beneficiadas para entender sua realidade, que devem ser o foco de toda a política, implementar ações que mude a vida das pessoas.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Livro como adaptação da palestra proferida por Chimamanda Ngozi Adichie no TED Talk, em 2009. Tradução de Julia Romeu. Companhia das Letras, 2019.

ALICE, Leandro; RUPPENTHAL, Janis Elisa. **Microcrédito como fomento ao empreendedorismo na base da pirâmide social**. GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas, Ano 7, nº 1, jan-mar/2012, p. 23-34. Disponível em: <https://revista.feb.unesp.br/gepros/article/download/439/402>. Acesso em: 07 fev. 2024.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural** / Silvio Luiz de Almeida. Sueli Carneiro. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamilá Ribeiro). São Paulo: Pólen, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Editora Jandaíra. São Paulo, 2020.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; JOSÉ, José Francisco. **Medidas de nível socioeconômico em pesquisas sociais: uma aplicação aos dados de uma pesquisa educacional**. SciELO - Scientific Electronic Library Online, Opin. Publica 15 (1) •Jun2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/ZPqgk8hQZ4hwFMMknJf6pnQ#>. Acesso em: 01 jun. 2023.

ALVES, Pedro. **Desigualdade salarial cresce no Brasil e mulheres são primeiras a sentir o impacto da crise**. Jornal O Estadão - Caderno Capitu - Economia. 2019. Disponível em: <https://arte.estadao.com.br/focas/capitu/materia/mulheres-sao-as-primeiras-a-sentir-impacto-da-crise-enquanto-desigualdade-salarial-cresce-no-brasil> Acesso em: 01 nov. 2022.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Editora Boitempo. 2019.

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL. Org. Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG – São Paulo: Todos os bichos, 2009. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012F4F674618242E/Atlas%20da%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20-%20publica%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 02 maio. 2023.

BACHA, Maria de Lourdes; SANTOS, Jorgina; SCHAUN, Ângela. **Considerações teóricas sobre o conceito de Sustentabilidade**. VII Simpósio de excelência em gestão e tecnologia, 2010. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos10/31_cons%20teor%20bacha.pdf Acesso em: 01 nov. 2022.

BANCO DO NORDESTE. **Crediamigo Delas - A nova linha de microcrédito do banco do nordeste**. Site Banco do Nordeste - Área Microfinanças. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/crediamigo-delas> Acesso em: 01 nov. 2022.

BARCELLOS, Thais; SPOTORNO, Karla. **Participação das brasileiras na força de trabalho cai ao menor nível em 30 anos 2021**. CNN Brasil – tópico mercado de trabalho, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/participacao-das-brasileiras-na-forca-de-trabalho-cai-ao-menor-nivel-em-30-anos/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

BARON, Robert A. **The role of entrepreneurs in firm-level innovation: Joint effects of positive affect, creativity, and environmental dynamism**. Journal of Business Venturing.26(1),49–60.Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0883902609000603> . Acesso em: 27 abr. 2024.

BARONAS, Roberto Leiser. **Formação discursiva e discurso em Foucault e em pêcheux: notas de leitura para discussão**. V seminário de estudos em análise do discurso: O acontecimento do discurso: filiações e rupturas. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDEDOSUL.2011.Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/5SEAD/SIMPOSIOS/RobertoLeiserBaronas.pdf>. Acesso em: 19 maio. 2023.

BARONE, Francisco Marcelo; LIMA, Paulo Fernando; DANTAS, Valdi; REZENDE, Valéria. **Introdução ao Microcrédito**. Conselho da Comunidade Solidária: Brasília, 2002.Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/outras_pub_alfa/microcredito.pdf. Acesso em: 16 maio. 2023.

BAQUERO, Rute. **Empoderamento: Questões conceituais e metodológicas**. REDES – Revista do Desenvolvimento Regional, v.11, n. 2, p. 77-93, maio/ago, 2006. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/10843> . Acesso em: 27 abr. 2024.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. Coleção Feminismo Plurais - Suely Carneiro. Pólen livros, 2019.

BEZERRA, Ester Dias. **Um olhar ao ecofeminismo a partir do pensamento de Vandana Shiva**. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/69379>. Acesso em: 22 maio. 2023.

BIROLI, Flávia. **Autonomia e desigualdade de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática**. Editora Horizonte, 2013.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdade: Os limites da democracia no Brasil**. 1. ed. São Paulo. Editora Boitempo, 2018.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luiz Felipe. **Feminismo e Política: Uma introdução**. 1ºed. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lucia; RANGEL, Patrícia Duarte. **Gênero e Feminismos: Argentina, Brasil e Chile em Transformação**. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2019. Disponível em: <http://generoediversidade.ufba.br/wp-content/uploads/2020/01/amostra-genero-e-feminismos.pdf>. Acesso em: 08 maio. 2023.

BNDES. Site BNDES – aba Conhecimento. **Microcrédito no Brasil: histórico e legislação.** Artigo.2016. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/microcredito-brasil>. Acesso em: 16 maio. 2023.

BORGES, Thiago. **Periferias de SP são mais negras, mais jovens e vivem menos que no restante da cidade.** Periferia em Movimento, 2022. Disponível em: <https://periferiaemmovimento.com.br/mapadadesigualdade112022/>. Acesso em: 17 abr. 2023.

BRANDÃO, Izabel F. O. **Dossiê literatura e ecologia: vozes feministas e interseccionais.** Revista Ártemis - v. 29 n. 1. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/issue/view/2500>. Acesso em: 22 maio, 2023.

BRASIL. Lei Complementar nº 111 de 01/02/2011. **Política Urbana e Ambiental do Município.** Prefeitura do Rio de Janeiro, 01 fev. 2011. Disponível em: https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3678296/4353007/PlanoDiretorLC111_2011.PDF . Acesso em: 12 jan. 2025.

BRITO, Priscilla. **SPM: 10 anos de políticas para as mulheres?.** Site Blogueiras Feministas. Disponível em: <https://blogueirasfeministas.com/2013/04/18/spm-10-anos/>. Acesso em: 01 nov, 2022.

BURSZTYN, Maria Augusta; BURSZTYN, Marcel. **Fundamentos de Política e Gestão Ambiental – Caminhos para a Sustentabilidade.** Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2012.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formulação de Políticas / Ana Cláudia Niedhardt Capella.**--Brasília:Enap,2018. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3332/1/Livro_Formula%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas.pdf. Acesso em: 08, jan de 2024.

CARNEIRO, Lucianne. **IBGE vê recorde de informalidade como característica estrutural do mercado de trabalho.** Jornal Valor Econômico Brasil. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/06/30/ibge-ve-recorde-de-informalidade-como-caracteristica-estrutural-do-mercado-de-trabalho.ghtml>. Acesso em: 12 maio, 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.** Artigos NEABI – Núcleo de estudos afro-brasileiros e indígena. 2013. Disponível em: <https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>. Acesso em 09 maio, 2013.

CANEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo – selo negro – 2011. Consciência em debate. Disponível em: https://daffy.ufs.br/uploads/page_attach/path/11065/Sociologia_9g.pdf. Acesso em 08 maio, 2023.

CARRIL, Lourdes. **Quilombo, favela e periferia: A longa busca pela cidadania.** São Paulo-Annablume: Fapesp, 2006. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Quilombo_favela_e_periferia/5dTCE-naTqUC?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover . Acesso em 08 maio, 2023.

CARVALHO, Keila Lúcio de. **Economia solidária como estratégia de desenvolvimento: Uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile.** Anais do I circuito de debates acadêmicos. IPEA – CODE 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo21.pdf>. Acesso em 02 maio, 2023.

CHACON, Suely Salgueiro. **O Sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semiárido.** Série Teses e Dissertações. Vol. 8. BNB, Fortaleza, 2007.

S. S. **Hora de agir: a universidade como protagonista do desenvolvimento sustentável.** Entre Ações: diálogos em extensão, v. 3, n. 1, p. 17- 30,30 ago. 2022. Disponível em <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/entreacoes/article/view/891/654>. Acesso em: 15 nov, 2022.

CHACON, Suely Salgueiro; NASCIMENTO, Verônica Salgueiro do. **Para além do (pré)conceito e do discurso - Proposta de avaliação de políticas públicas com base na sustentabilidade.** Volume 4, número 18, Fortaleza. Revista Aval, 2020.

CHAGAS, Paulo Victor. **A Secretaria de Políticas para Mulheres será vinculada ao ministério.** Repórter da Agência Brasil - Brasília. 2018.
Disponível: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-06/secretaria-de-politicas-para-mulheres-sera-vinculada-ministerio>. Acesso em: 01 nov, 2022.

CLUBE DA FALA. **Análise do discurso: O que é e quais suas metodologias aplicadas.** Blog do site Clube da Fala, 2022. Disponível em: <https://www.clubedafala.com.br/blog/analise-do-discurso/>. Acesso em: 17 maio, 2023.

CNN. **Taxa de desemprego recua a 6,6% na média de 2024, menor da série histórica.** Site CNN Brasil – Macroeconomia.2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/taxa-de-desemprego-recua-a-66-na-media-de-2024-menor-da-serie-historica/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento Feminista Negro Conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** Tradução de Natália Luchini. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4123078/mod_resource/content/1/Patricia%20Hill%20Collins.pdf. Acesso em 08 maio, 2023.

CORONAVÍRUS BRASIL. **Painel Coronavírus – COVID 19.** 2025. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

CORREIA, Mariana. **'As Marias': Microcrédito para negócios femininos.** Folha de Pernambuco – Economia. Pernambuco – 2017. Disponível: <https://www.folhape.com.br/economia/as-marias-microcredito-para-negocios-femininos/43539/>. Acesso em: 01 nov, 2022.

CHRISPINO, Álvaro. **Introdução ao estudo das políticas públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada.** FGV Editora, Rio de Janeiro. 2016.

DAVIS, Ângela Yvonne. **Mulheres, raça e classe – original 1944**. Tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2016.

D'EAUBONNE, Françoise. **As Mulheres Antes do Patriarcado**. Título Original: Les Femmes avant le patriarcat – 1977. Tradução: Manuel Campos e Alexandra de Freitas. Capa Estúdio Vega. Editora: Vega.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta / Constância Lima Duarte**. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4711.pdf>. Acesso em 08 maio, 2023.

EMMA, Siliprandi. **Ecofeminismo: Contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais**. USP – Universidade de São Paulo - Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre. V1.n1. jan\mar . 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4422099/mod_folder/content/0/ecofeminismo%20.pdf?forcedownload=1. Acesso em 22, maio, 2023.

ESTADÃO. **IDH - Os 20 melhores e os 20 piores distritos de São Paulo**. Jornal Estadão-Cidades. 2016. Disponível em: <https://fotos.estadao.com.br/galerias/cidades,idh-os-20-melhores-e-os-20-piores- distritos-de-sao-paulo,24925>. Acesso em: 01, jul de 2023.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Norman Fairclough; Izabel Magalhaes, coordenadora da tradução, revisão técnica e prefacio. – Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2001. Disponível em: <https://sabinemendesmoura.files.wordpress.com/2012/08/discurso-e-mudanc3a7a- social-norman-fairclough.pdf>. Acesso em: 19 maio, 2023.

FELICETTI, Vera Lucia; MOROSINI, Marília Costa; CABRERA, Alberto F. **Estudante de primeira geração (p-ger) na educação superior brasileira**. Cadernos de Pesquisa, v. 49, n. 173, p. 28–43, jul. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/T6sjwTGYzWfq439nnwPvQqb/?lang=pt#>. Acesso em: 27 abr. 2024.

FERRAREZI, Celso Junior. **Guia do trabalho científico: do Projeto à Redação Final**. [S.l.]: Editora Contexto, 9 fev, 2012. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=3cNnAwAAQBAJ&printsec=copyright&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 01 nov, 2022.

FERREIRA, Daniel Nunes. **Território e territorialidades do comércio popular no bairro alecrim – natal/rn**. Universidade federal de Pernambuco - Centro de filosofia e ciências humanas - Departamento de ciências geográficas - Programa de pós- graduação em geografia. Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/39018/1/DISSERTA%20Daniel%20Nunes%20Ferreira.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

FONTES, Leonardo. **Histórias de quem quer fugir e de quem quer ficar: laços comunitários nas cambiantes periferias de São Paulo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. ed. 37 (109). 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/Vr7NMxNq8wb7xm4d8N6pYVg/#>. Acesso em: 27 abr. 2024.

FONTES, Leonardo. **Trabalhadores e periféricos: identidades em (des)construção nas periferias de São Paulo**. In: MAGALHAES, Alex; MOURA, Tatiana. *Periferias urbanas: transformações e ressignificações*. e-cadernos CES, 36 | 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/6488>. Acesso em: 27 abr. 2024.

FORTALEZA DIGITAL. **Nossas Guerreiras**. Site Fortaleza Digital-Área Desenvolvimento Econômico. 2022. Disponível em: <https://digital.fortaleza.ce.gov.br/ords/fortaleza-digital/r/portal/servico?area=desenvolvimento-economico&servico=nossas-guerreiras>. Acesso em: 01 nov, 2022.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. Brasília, 2ª edição. Liber Livro Editora, 2005.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”**. Cadernos De Campo (São Paulo – 1991), 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50109/54229>. Acesso em 06 maio, 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais. Hoje, Anpocs, 1984. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/enrol/index.php?id=79771>. Acesso em 09 maio, 2023.

GONZALEZ, Lelia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização Flávia Rios, Marcia Lima. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRPE. **Gênero, raça, pobreza e emprego: o Programa GRPE no Brasil / Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego (GRPE) — [Brasília]: OIT - Secretaria Internacional do Trabalho, 2006**. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_226572.pdf. Acesso em 01 maio, 2023.

GUIMARÃES, B. M. (2000). **“As vilas favelas em Belo Horizonte: o desafio dos números”**. In: QUEIROZ RIBEIRO, L. C. (org.). *O futuro das metrópoles: desigualdade e governabilidade*. Rio de Janeiro, Revan/Fase, pp. 351-374. Disponível em: https://observatoriodasmetropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/futuro_das_metrosoles.pdf. Acesso em: 12 jan. 2025.

GUITARRARA, Paloma. **"Bangladesh"**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/bangladesh.htm>. Acesso em: 01 nov, 2022.

GUSFIELD, Joseph. **The Culture of Public Problems**. Drinking-Driving and the Symbolic Order. The university of Chicago Press, 1981. Disponível em: <https://press.uchicago.edu/ucp/books/book/chicago/C/bo5968867.html> Acesso em: 16 abr, 2023.

HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana. **Organização, trabalho e gênero**. Editora Senac São Paulo – Série trabalho e sociedade, 2007.

HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher - Mulheres negras e feminismo**. Plataforma Gueto. 1ª edição 1981.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo** [recurso eletrônico]: políticas arrebatadoras / bell hooks; tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva. pp.79-109, 1984. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2237/1985>. Acesso em 08 maio, 2023.

IBDN, Instituto Brasileiro de Defesa da Natureza. **O Tripé da Sustentabilidade**. Disponível em: <https://ibdn.org.br/tripe-da-sustentabilidade/#o-ibdn> acesso em: 24 abr, 2023.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Brasil – Retrato das desigualdades – Gênero e Raça**. Programa Igualdade de Gênero e Raça – UNIFEM - Diretoria de Estudos Sociais – IPEA. 2003. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/primeiraedicao.pdf>. Acesso em 14 maio, 2023.

JAEGGI, Rahel; FRASER, Nancy. **Capitalismo em debate - uma conversa na teoria crítica**. Editora Boitempo Editorial. 2020. Disponível: https://boitempoeditorial.files.wordpress.com/2020/03/capitalismo-em-debate_livreto_download.pdf. Acesso em: 02 maio, 2023.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Valores públicos e a avaliação de políticas**. Nexo – Políticas Públicas – Ponto de Vista. 2021. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2021/Valores-p%C3%BAblicos-e-a-avalia%C3%A7%C3%A3o-de-pol%C3%ADticas>. Acesso em: 30 abr 2023.

KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. **Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional**. Economia e Sociedade, Campinas, SP, v. 15, n. 1, p. 79–112, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642922>. Acesso em: 30 abr. 2023.

KENDALL, Mikki. **Feminismo na Periferia: Comentários das mulheres que o movimento feminista esqueceu**. Editora Rua do Sabão. 2022. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Feminismo_na_Periferia/0C9IEAAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover. Acesso em: 14 maio, 2023.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. Münster: Unrast Verlag, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/w3ZbQh>>. Acesso em: 09 maio, 2023.

KOCHHANN, Shaiane Caroline. **Instituições de Microfinanças brasileiras: Implicações da lei 11.110 sobre os modelos de negócios sustentáveis**. Universidade Federal da Santa Maria/UFSM – Centro de Ciências Sociais e Humanas - Programa de Pós-graduação em Administração/PPGA – Mestrado Acadêmico em Administração. Santa Maria, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/14145/DIS_PPGADMINISTRACAO_20

17_KOCHHANN_SHAIANE.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 mar. 2024.

LARA, Fernão Lopes Ginez de. **Modernização e desenvolvimentismo:** Formação das primeiras favelas de São Paulo e a favela do Vergueiro. Dissertação de mestrado – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2012. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11032013-111954/publico/2012_FernaoLopesGinezDeLara_VCorr.pdf . Acesso em: 12 jan. 2025.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado:** história da opressão das mulheres pelos homens. *The Creation of Patriarchy* foi publicado originalmente em inglês em 1986. Tradução Luiza Sellera. – São Paulo: Cultrix, 2019.

MAPA DA DESIGUALDADE. **Rede Nossa São Paulo.** 2021. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/2021/10/21/mapa-da-desigualdade-2021-e-lancado/>. Acesso em: 15 maio, 2023.

MAPA DA DESIGUALDADE. **Rede Nossa São Paulo.** 2022. Disponível em: https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Mapa-da-Desigualdade-2022_Tabelas.pdf . Acesso em: 26 fevereiro, 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. - São Paulo, Editora Atlas 2003.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo:** Ilegalidade, desigualdade e violência. Estudos urbanos – Série Arte e Vida Urbana. Editora Hucitec. São Paulo, 1996. Disponível em: https://erminiamaricato.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/11/metropole_periferia_capitalismo_completo.pdf. Acesso em 10 maio, 2023.

MARQUES, Lea. **Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo.** Fundação Perseu Abramo - coleção Reconexão Periferias. São Paulo, 2021.

MELAZZO, Everaldo Santos. **Problematizando o conceito de políticas Públicas:** desafios à análise e à prática do Planejamento e da gestão. Universidade Estadual Paulista – UNESP. Revista FCT - Faculdade de Ciências e Tecnologia. V. 4, N° 2, p. 9-32, 2010. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/download/2253/2062>. Acesso em: 30 abr 2023.

MCCANN, Hanna et al. **O Livro do Feminismo.** 1 ed. Editora Globo Livros. Rio de Janeiro - 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa:** teoria, passos e fidedignidade. Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde (Claves), Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp), Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/33023325_O_desafio_do_conhecimento_Pesquisa_qualitativa_em_saude. Acesso em: 01 nov, 2022.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Avaliação de Implementação da Política de Microcrédito Produtivo Orientado – Relatório Final**. Departamento de Avaliação Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - Ministério da Cidadania – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Brasília, 2019. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/relatorio/relatorio_212. Acesso em: 24 abr. 2024.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA. **Portal do Fundo de Amparo ao Trabalhador**. 2016. Disponível em: <https://portalfat.mte.gov.br/programas-e-aco-es-2/programa-nacional-do-microcredito-produtivo-orientado-pnmpo/>. Acesso em: 01 nov, 2022.

MORAIS, Hugo Arruda de. **Território e territorialidades: Dimensões constitutivas da relação homem e meio ambiente** (Territory and territorialities: constitutive dimensions of the relationship between the man and the environment). Revista Brasileira De Geografia Física, 11(1), 206–222. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbge/article/view/234309>. Acesso em: 14 abr. 2024.

MORAES, Reginaldo C. **Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade**. Scielo Artigos. Educ. Soc.23 (80). Set 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/nWcqW5JLMpXWkMjxtFFDTvF/?lang=pt>. Acesso em 22, maio, 2023.

NETO, Macario Neri Ferreira. **O perfil dos beneficiários do microcrédito produtivo orientado de uma instituição financeira em Mossoró (RN)**. Revista Estudos e Pesquisas em Administração. [S. l.], v. 2, n. 1, p. 67-83. 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/repad/article/view/6080>. Acesso em: 01 nov, 2022.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães; BARROS, Vanessa Andrade de; ARAÚJO, Adriana Dias Gomide; PIMENTA, Denise Aparecida Oliveira. **O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração**. Pesquisas e Práticas Psicossociais 12 (2), São João del Rei, maio-ago de 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-89082017000200016. Acesso em: 01 nov, 2022.

NUNES, Silvia Alexim. **O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000500656>. Acesso em 08 maio, 2023.

OLIVEIRA, Giovane Fernandes. **A enunciação em Michel Pêcheux: uma questão inquietante**. Bakhtiniana, Rev. Estud. Discurso 15 (3).2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bak/a/WVbW9rJSJg3LTRgjCRz4vCk/>. Acesso em: 19 maio, 2023.

OIT. **Alta informalidade é gatilho para a pobreza no trabalho na América Latina e no Caribe**. Site OIT – Economia Informal. Notícias | 6 de Dezembro de 2022. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_863701/lang--pt/index.htm. Acesso em 12 maio, 2023.

OLIVEIRA, Francisca Clara de Paula. **O Brasil sob a hegemonia da ortodoxia neoliberal: algumas reflexões.** Revista LABOR, Fortaleza, v. 1 , n. 6 , p. 262-279, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/4058>. Acesso em 22, maio, 2023.

OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de. **A caminhada histórica das mulheres no Brasil colonial: desigualdades e discriminações.** Polyphōnia. Revista de Educación Inclusiva Publicación científica del Centro de Estudios Latinoamericanos de Educación Inclusiva de Chile. Vol. 3, Núm. 3, Noviembre-Diciembre 2019. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/422383942.pdf>. Acesso em: 01 maio, 2023.

OLIVEIRA, Xênia Lamour Campos; DAVEL, Eduardo. **Afeto e Empreendedorismo: perspectivas e desafios de pesquisa.** Site Research Gate - Conference: XXIV SemeAdAt:Online. Nov. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/356289804_AFETO_E_EMPREENDEDORISMO_perspectivas_e_desafios_de_pesquisa. Acesso em: 27 abr. 2024.

ONU-BRASIL. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 de outubro de 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 01 nov, 2022.

ORLANDI, Eni P. **Nota ao leitor em 1990 em O DISCURSO – ESTRUTURA OU ACONTECIMENTO.** Pêcheux, Michel, 1938-1983. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 5ª EDIÇÃO. Campinas, SP. Pontes Editores. Disponível em: http://muriloaraujo.pbworks.com/w/file/53730830/Pecheux_O-Discorso.pdf. Acesso em: 17 maio, 2023.

ORLANDI, Eni P. **Michael Pêcheux e a Análise de Discurso.** Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – Labeurb – IEL – Estudos da Língua. N1. P 9-13. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/download/973/829/1629>. Acesso em: 17 maio, 2023.

PATARO, Ricardo Fernandes. **Democratização da universidade pública e estudantes de primeira geração na UNESPAR.** Revista Contemporânea de Educação. v. 14 n. 29 (2019): Universidade e pesquisa em educação: trajetórias e a construção de um campo de conhecimento Seção Especial. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/20308>. Acesso em: 27 abr. 2024.

PEDONE, Luiz. **Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.** Brasília. Fundação centro de formação do servidor público - FUNCEP. 1986.

PEREIRA, Tâmara Valéria Brandão de Moura. **Diagnóstico de mercado na aplicação do microcrédito urbano na Região Nordeste.** 2020. 65f. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade - FEAAC, Programa de Economia Profissional - PEP, Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza (CE), 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/54077/1/2020_dis_tvbmpereira.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

PESSANHA, Maure. **Déficit no setor de moradia no País revela espaço para novos negócios.** Artigo de Opinião no Estadão – PME. 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/pme/blog-do-empresendedor/conceito-que-vai-alem-de-quatro-paredes-moradia-tem-abismo-de-oportunidades-no-pais/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Mulher Empreendedora.** Site Prefeitura de Fortaleza - Desenvolvimento Econômico. Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://desenvolvimentoeconomico.fortaleza.ce.gov.br/component/k2/projeto-mulher-empreendedora.html>. Acesso em: 01 nov, 2022.

PREFEITURA DE RECIFE. **Prefeitura lança o Cred Pop - Crédito Popular do Recife e inicia cadastro para beneficiados.** Site Prefeitura de Recife. Recife - 2021. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/30/03/2021/prefeitura-lanca-o-cred-pop-credito-popular-do-recife-e-inicia-cadastro-para>. Acesso em: 01 nov, 2022.

PREFEITURA DE SANTOS. **Projeto vai conceder microcrédito para empreendedores de Santos. Site da Prefeitura de Santos – Notícias.** Abr, 2024. Disponível em: <https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/projeto-vai-conceder-microcredito-para-empreendedores-de-santos>. Acesso em: 24 abr. 2024

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO - informações sobre as cooperativas de crédito / instituições financeiras cooperativas. **História do Cooperativismo » Idealizadores do Cooperativismo.** Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo-2/historia-do-cooperativismo/idealizadores-cooperativistas/>. Acesso em 03 maio, 2023.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia de poder.** Editora Ática S.A. – Série Temas- volume 29 - Geografia e política. Título original: Pour une géographie du pouvoir. Disponível em:

[https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20RAFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder\(3\).pdf](https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20RAFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder(3).pdf). Acesso em: 10 mar. 2024.

REDAÇÃO LDNOTÍCIAS. **Prefeitura assina contrato para início do Cred Salvador que disponibiliza R\$ 10 milhões para microempreendedores.** Rádio Salvador FM. Salvador– 2021. Disponível em: <https://www.portalsalvadorfm.com.br/noticias/83217,prefeitura-assina-contrato-para-inicio-do-cred-salvador-que-disponibiliza-rdollar-10-milhoes-para-microempreendedores.html>. Acesso em: 01 nov, 2022.

REICHMANN, Rebecca. **Mulher Negra Brasileira um retrato.** Rede de Defesa da Espécie Humana no Rio de Janeiro. v. 3 n. 2.1995. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16468/15038>. Acesso em: 09 maio, 2023.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de Discurso Crítica.** Editora Contexto–São Paulo. 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/16380216/An%C3%A1lise_de_discurso_cr%C3%ADtica Acesso em: 19 maio, 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?.** Companhia de Letras. 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. Acesso em: 08, jan de 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista.** São Paulo: 1ª Companhia das Letras, 2019.

RODRIGUES, Zoraide de Lima Soares; SOUZA, Roseane Cleide de. **MEIO AMBIENTE E “QUESTÃO SOCIAL”: um debate necessário.** Site CRESS – Conselho Regional de Serviço Social – 11º Região. IV Congresso Paranaense de Assistentes Sociais. s.d. Disponível em: <https://cresspr.org.br/2012/07/25/meio-ambiente-e-questao-social-um-debate-necessario/>. Acesso em: 14 abr. 2024.

ROLNIK, Raquel. **Direito à moradia.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Revista Desafios do Desenvolvimento. Ano 6 . Edição 51 – 2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1034:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 11 mar. 2024.

RODRIGUES, Denise Simões; MELO, Maria Lucia. **Estudo sobre análise de discurso como procedimento metodológico na pesquisa documental.** Revista Educação – UFSM.v.45,2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/34018/pdf>. Acesso em: 19 maio, 2023.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Garamond. Rio de Janeiro. 2002.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** Editora Fundação Perseu Abramo - Coleção Brasil Urgente – São Paulo. 2004.

SAMPAIO, Paulo Soares. **O Microcrédito Produtivo Orientado no Brasil: um Panorama da Evolução do Quadro Regulatório, dos Atores Institucionais e de seu Efeito na Superação da Pobreza.** O Microcrédito Produtivo Orientado no Brasil(p. 47-104).Periódicos UNB. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rdsr/article/download/19227/17727/32501>. Acesso em 15 maio, 2023.

SANTOS, Gilvan Nunes dos. **O microcrédito no Brasil.** Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Econômicas e sociais. Departamento de Ciências Econômicas. Trabalho monográfico como requisito para bacharel em Ciências Econômicas. 2009. Disponível em: <https://itr.ufrj.br/portal/wp-content/uploads/2017/10/t25.pdf> . Acesso em: 16 maio, 2023.

SANTOS, Giselli Caetano dos; ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **Pobreza Conceitos, mensuração e enfrentamento no brasil.** V Jornada Internacional de Políticas Públicas – Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital, 2011. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/DESIGUALDADES_SOCIAIS_E_POBREZA/POBREZA_CONCEITOS_MENSURACAO_E_ENFRENTAMENTO_NO_BRASIL.pdf. Acesso em: 29 abr. 2023.

SANTOS, Vinicius Correia. **Economia solidária: principais conceitos e a materialidade na realidade brasileira.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará. Orientadora:

Adriana de Azevedo Mathis - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2010. Disponível em: <https://ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Dissertacoes/2010/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Vinicius%20Correia%20Santos.pdf>. Acesso em 02 maio, 2023.

SANTIAGO, Eduardo Girão. **Microcrédito, emancipação empreendedora e combate à pobreza: controvérsias e outros caminhos**. In: MATOS, Franco de; MACAMBIRA JÚNIOR, Leôncio José Bastos; CACCIAMALI, Maria Cristina (Orgs.). A atividade e a política de microcrédito no Brasil: visões sobre sua evolução e futuros desafios. Fortaleza: IDT/USP, 2014, p. 55-74. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21290/1/2014_capliv_egsantiago.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

SARDENBERG, Cecília M.B. **Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista**. NEIM/UFBA, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>. Acesso em 08 maio, 2023.

SCHUH, Malu Santarem. **A trajetória da primeira geração da família na universidade: Contribuições acerca da formação acadêmica na PUCRS**. PUCRS – Dissertação da Escola de humanidades. Programa de pós-graduação Mestrado em educação. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/10123/1/000483464-Texto%2bCompleto-0.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2024.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/causasp.html>. Acesso em 30 abr. 2023.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Governo do Estado de São Paulo – Portal de estatísticas do estado de São Paulo**. Coluna Retratos de São Paulo, 2010. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/retratosdesp/view/index.php?indId=5&temaId=1&locId=1000#:~:text=No%20Censo%20de%202010%2C%2063,brasileira%20resid e%20em%20S%C3%A3o%20Paulo>. Acesso em: 17 abr. 2023.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2 ed. São Paulo, CengageLearning, 2015.

SECRETARIA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SP. **SP lidera geração de empregos formais no Brasil com quase 2 mil novas vagas por dia**. Site Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Destaques, 2024. Disponível: <https://www.desenvolvimentoeconomico.sp.gov.br/sp-lidera-geracao-de-empregos-formais-no-brasil-com-quase-2-mil-novas-vagas-por-dia/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Companhia de Letras. São Paulo, 2010.

SEN, Amartya. Poor, relatively speaking. **Oxford Economic Papers**. v. 35 n. 1, p.153- 169, Mar, 1983.

SILVA, Edna Lucia da; MENEZES, Estera Muszkat. & Menezes, Estera. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312125489_Metodologia_da_Pesquisa_e_Elaboracao_de_Dissertacao Acesso em: 01 nov, 2022.

SILVA, Jonathan Chasko da; ARAÚJO, Alcemar Dionet de. **A METODOLOGIA DE PESQUISA EM ANÁLISE DO DISCURSO**. Grau Zero — Revista de Crítica Cultural, v. 5, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/grauzero/article/download/3492/2240/0>. Acesso em: 17 maio, 2023.

SILVA, Rita Josina Feitosa da. **Avaliação dos Impactos do Programa Crediamigo em população de baixa renda de Fortaleza**. Universidade Federal do Ceará. Dissertação do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas. Fortaleza, 2010. Disponível em: <https://mapp.ufc.br/wp-content/uploads/2021/01/rita-josina.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2024.

SIMON, Vanessa Silveira Pereira. **Trajetórias fenonômicas e empoderamento: histórias de vida de mulheres na economia social e solidária catarinense**. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio- Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/160773/337919.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 abr. 2024.

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. **Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer**. v. 10 n. 2 (2020). Pesquisa e Debate em Educação. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559> Acesso em: 01 nov, 2022.

TASCHNER, Suzana Pasternak. **Favelas em São Paulo – censos, consensos e contrassensos**. Cadernos Metrópole – Desigualdade e Governança. São Paulo. Volume nº05. Disponível em: https://www5.pucsp.br/ecopolitica/downloads/art_2001_Favelas_Sao_Paulo.pdf . Acesso em: 12 jan. 2025.

TENÓRIO, Jefferson. **O Averso da Pele**. Companhia de Letras, 2020.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1. Ed. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30334>. Acesso em 08 maio, 2023.

TRISOTTO, Fernanda. **Mulheres, negros e pessoas com pouca instrução são maioria entre os pobres**. Gazeta do Povo – Economia – Pesquisa do IBGE. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/quem-sao-os-pobres-no-brasil-sexo-cor-instrucao/>. Acesso em 01 maio 2023.

VELOSO, Fernando. **O impacto da pandemia no mercado de trabalho**. FGV IBRE - Instituto Brasileiro de Economia - Blog do IBRE – Macroeconomia. 2021. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/o-impacto-da-pandemia-no-mercado-de-trabalho> . Acesso em: 12 jan. 2025.

VERGÈS, Françoise. Um feminismo decolonial. Ubu Editora – Brasil, 2020.

VIEIRA, Malu. **O desafio do trânsito em São Paulo: como melhorar a mobilidade urbana.** JORNAL DA USP - Jornal da USP no Ar - Jornal da USP no Ar 1ª edição – Atualidades. 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/o-desafio-do-transito-em-sao-paulo-como-melhorar-a-mobilidade-urbana/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

VICENTE, Wilq. **Cultura e cidade:** centros e periferias em perspectiva. Pol. Cult. Rev., Salvador, v. 13, n. 2, p. 215-237, jul./dez, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/36661>. Acesso em: 10 mar. 2024.

WHITFIELD, John. Evolution: equilíbrio trabalho-vida. Natureza 484, 317 (2012). Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/blogs/fator-x/noticia/2015/05/ciencia-comprova-que-igualdade-de-genero-existiu-na-pre-historia.html>. Acesso em: 01 nov, 2022.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza:** como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Tradução Waldéa Barcellos. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

WOOLF, Virginia. **As mulheres devem chorar... Ou se unir contra a guerra:** Patriarcado e Militarismo. tradução, organização e notas Tomaz Tadeu, posfácio Guacira Lopes Louro. – 1. ed. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2019. Publicado em 1938.

WWF. **Sustainability.** 2023. Disponível em: <https://www.worldwildlife.org/topics/sustainability>. Acesso em: 16 abr. 2023.

XAVIER, Giovana. **Feminismo:** direitos autorais de uma prática linda e preta. Catálogo Intelectuais Negras Visíveis – Folha de São Paulo - 2017. Disponível em: <https://agoraqueasaelas.blogfolha.uol.com.br/2017/07/19/feminismo-uma-pratica-linda-e-preta/> . Acesso em 08 maio, 2023.

YUNUS. **Muhammad Yunus.** Site Yunus Negócios Sociais – Área Yunus Investimentos. Disponível em: <https://www.br.yunusb.com/> . Acesso em: 01 nov, 2022.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

QUESTIONÁRIO VIA FORMULÁRIO ELETRÔNICO POR MEIO DA PLATAFORMA GOOGLE FORMS - SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA

Questionário aplicado com as pessoas participantes da pesquisa membros do Banco do Povo, o objetivo foi coletar informações sobre a situação socioeconômica a fim de conhecer o perfil demográfico, educacional, profissional e familiar dos participantes.

MEMBROS DO BANCO

Idade:

() 18 a 30 anos

() 31 a 49 anos

() Acima de 50 anos

Escolaridade:

ensino fundamental (1º grau) incompleto ensino fundamental (1º grau) completo

ensino médio (2º grau) incompleto Ensino médio (2º grau) completo superior

incompleto

Ensino superior completo mestrado incompleto mestrado completo doutorado

Profissão:

Gênero: () Feminino () Masculino () LGBTQIAP+ () Prefiro não informar

Estado civil: () Solteiro(a) () Casado(a) ou união estável ()

Viúvo(a) () Separado(a)

Local de nascimento (cidade e estado):

Local atual de moradia (cidade e estado):

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS -

O roteiro abaixo foi utilizado como norteador para as entrevistas realizadas, por tratar-se de uma entrevista semiestruturada, foram propostas perguntas básicas que pudessem contemplar os objetivos da pesquisa. As entrevistas tiveram o objetivo de compreender a percepção dos membros do banco sobre os diferentes aspectos do programa de Empreenda Mulher, incluindo suas premissas iniciais, a evolução dos objetivos ao longo do tempo e os impactos econômicos e sociais do programa nas mulheres beneficiadas.

MEMBROS DO BANCO

DIMEN SÃO	PERGUNTA	VÍNCULO
Instituci onal	Quais as premissas pensadas para o programa quando ele foi formulado?	Obj Esp. 1
	Os objetivos propostos para o programa se modificaram ao longo da sua implementação?	Obj esp. 1
	O programa é direcionado para mulheres com CPF e CNPJ, quais diferenças você percebe entre esses públicos?	Obj Esp. 1
	O programa possui um agente de crédito? Que nos programas históricos de microcrédito acompanham a implementação do valor emprestado. Se sim, quais desafios eles encontram em suas visitas?	Obj Esp. 1
Econô mica	O valor emprestado às mulheres pode chegar até 21 mil, sendo um valor maior em relação aos programas históricos de microcrédito. Esse valor foi pensado de que forma?	Obj Esp. 2
	De que forma o programa pode ter influenciado a renda familiar das mulheres beneficiadas?	Obj Esp. 2

	Como se dá o perfil profissional das mulheres quando chegam até o banco?	Obj Esp. 2
Soci al	Você acredita que o programa influencia na independência das mulheres beneficiadas? Se sim, de que forma?	Obj Esp. 3
	Quais dificuldades as mulheres beneficiadas enfrentam quando iniciam a jornada do microcrédito?	Obj Esp. 3
	De que forma o microcrédito pode influenciar o núcleo familiar das mulheres beneficiadas?	Obj Esp. 3
	Se há, quais impactos sociais você acredita que o programa traz para as mulheres beneficiadas e seu núcleo familiar?	Obj Esp. 3

QUESTIONÁRIO VIA FORMULÁRIO ELETRÔNICO POR MEIO DA PLATAFORMA GOOGLE FORMS - SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA

Questionário aplicado com as mulheres beneficiadas teve como objetivo conhecer o perfil socioeconômico das mulheres de forma anonimizada.

MULHERES BENEFICIADAS

Qual o nome do seu empreendimento?

Explique, brevemente, alguns dos serviços que você realiza em seu empreendimento.

Qual a sua idade? () 18 a 30 anos () 31 a 49 anos () Acima de 50 anos

Escolaridade:

ensino fundamental (1º grau) incompleto ensino fundamental (1º grau) completo ensino

médio (2º grau) incompleto

ensino médio (2º grau) completo

superior incompleto superior completo mestrado incompleto mestrado completo doutorado

Não sei informar

Estado civil: () Solteira () Casada ou união estável () Viúva ()

Separada

Local de nascimento (cidade e estado):

Renda média familiar: [] Nenhuma. [] Até 02 salários-mínimos [] de 03 a 05 salários-mínimos [] de 06 a 08 salários-mínimos [] Igual ou superior a 09 salários- mínimos

A casa em que você reside é:

() Emprestada ou cedida () Própria (em pagamento) () Alugada

() Própria já quitada

Em relação à casa em que mora, marque quais dos itens abaixo você possui

() automóvel () televisão

() banheiro

() empregada mensalista\ diarista () máquina de lavar roupa

() geladeira

() TV

() computador ou notebook

() internet paga

Quantidade de cômodos:

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS - MULHERES BENEFICIADAS

O roteiro abaixo foi utilizado como norteador para as entrevistas realizadas, por tratar-se de uma entrevista semiestruturada, foram propostas perguntas básicas que pudessem contemplar os objetivos da pesquisa. As entrevistas tiveram o objetivo de compreender a percepção das mulheres beneficiadas sobre o Empreenda Mulher e qual mudança provocou na sua vida.

DIMEN SÃO	PERGUNTA	VÍNCULO
Institucio nal - Política	Com qual objetivo procurou o Empreenda Mulher?	Obj Esp. 1
	O que mudou em sua vida após o EM ?	
	Qual você acha que é objetivo do EM ?	
	Em sua opinião, de que forma o EM poderia ajudar mais as mulheres beneficiadas?	
	Como seria sua vida caso não tivesse aderido ao EM?	
Econô mica	Como se deu sua trajetória profissional? (ocupações anteriores, ano de início, identificar abandono escolar)	Obj Esp. 2
	A renda proveniente do empréstimo do EM é sua ocupação principal ou complementar?	
	De que forma o EM impactou sua renda familiar?	
	Na sua visão, quem é você?	

Soci al	Quais foram os maiores desafios da sua vida? E quais são hoje?	Obj Esp. 3
------------	-------------------------------------------------------------------	------------

Quais oportunidades profissionais, educacionais ou sociais você já vivenciou?
Conte-me sua história de vida e da sua família. Sempre viveram neste bairro? Quais ocupações seus pais tinham/tem?
Conte-me sobre seu dia a dia hoje e de sua família.
Como se dá o seu acesso e da sua família a saúde? (identificar se mudou após aderir ao EM)
Como se dá o seu acesso e da sua família a educação?(identificar se mudou após aderir ao EM)
Como se dá o seu acesso e da sua família ao transporte público? (identificar se mudou após aderir ao EM)
Você acredita que a alimentação sua e da sua família são suficientes? (identificar se mudou após aderir ao EM)
Você participa ou já participou de grupos ou movimentos na sua comunidade? (identificar se mudou após aderir ao EM)

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa científica. Caso você não queira participar, não há problema algum. Você não precisa me explicar por que, e não haverá nenhuma punição por isso. Você tem todo o direito de não querer participar do estudo, basta selecionar a opção correspondente no final desta página.

Para confirmar sua participação você precisará ler este documento e depois selecionar a opção correspondente no final dele. Este documento se chama TCLE (Termo de Consentimento livre e esclarecido). Nele estão contidas as principais informações sobre o estudo, objetivos, metodologias, riscos e benefícios, dentre outras informações.

Este TCLE se refere a pesquisa sobre “PROGRAMA DE MICROCRÉDITO EMPREENDA MULHER DO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA AVALIAÇÃO A PARTIR DAS BENEFICIADAS” cujo objetivo é “Avaliar o desempenho do programa de microcrédito Empreenda Mulher na cidade de São Paulo, a partir da visão das mulheres negras e periféricas beneficiadas, destacando o recorte de gênero e raça que permeia essa política pública”. Para ter uma cópia deste TCLE você deverá imprimi-lo, ou deverá gerar uma cópia em PDF para guardá-lo em seu computador. Você também poderá solicitar à pesquisadora do estudo uma versão deste documento a qualquer momento pelo e-mail registrado no final deste termo.

A pesquisa foi realizada por meio de um questionário e entrevista online, constituído por 13 (treze) perguntas referentes ao objeto analisado. E uma entrevista semiestruturada com a gestora da escola de gastronomia social. A precisão de suas respostas é determinante para a qualidade da pesquisa.

Você não será remunerado, visto que sua participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Caso decida desistir da pesquisa você poderá interromper o questionário e sair do estudo a qualquer momento, sem nenhuma restrição ou punição.

A pesquisa não oferece nenhum risco aos seus participantes, visto que tem como finalidade a obtenção de informações acerca da política pública da escola, não apresentando informações

para além do que foi vivenciado.

Com esta pesquisa, será possível abstrair as possíveis falhas na implementação da política pública, bem como, estimular a criação de novos programas para o desenvolvimento local, trazendo para os habitantes uma melhoria na qualidade de vida, melhoria econômica, cultural e social.

Os pesquisadores garantem e se comprometem com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para este estudo. Da mesma forma, o tratamento dos dados coletados seguirá as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18).

É garantido a você o direito a ressarcimento em caso de despesas comprovadamente relacionadas à sua participação no estudo, bem como, ao direito a indenização em caso de danos nos termos da lei.

Para contatar um dos pesquisadores da pesquisa, você poderá encaminhar um e-mail, ligar ou mandar mensagens pelo WhatsApp para eles a qualquer momento:

PESQUISADORA RESPONSÁVEL:

Sara de Araújo Almeida - aluna do mestrado de Avaliação de Políticas Públicas –
Universidade Federal do Ceará - UFC Email: sara.araujo.almeida@gmail.com

Telefone/Whatsapp: (85) 989190689

Orientadora: Profa. Dra. **Suely Salgueiro Chacon**

(<http://lattes.cnpq.br/7717558830395336>)